



**MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA, E
ABASTECIMENTO
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DA SFA/SP
EXERCICIO DE 2010**

MARÇO 2011



**MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA, E A-
BASTECIMENTO
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ES-
TADO DE SÃO PAULO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DA SFA/SP EXERCICIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e da Portaria CGU 2546/2010.

SÃO PAULO, 30/MARÇO/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento
SFA	Superintendência Federal de Agricultura
DDA	Divisão de Defesa Agropecuária
UTRA	Unidade Técnica Regional de Agricultura
SIPOA	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIPOV	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SSA	Serviço de Saúde Animal
SSV	Serviço de Sanidade Vegetal
SEFIP	Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários
SEFIA	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DPDAG	Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário
SESAG	Serviço de Suporte Agropecuário
SVA	Serviço de Vigilância Agropecuária
SVA/SNT	Serviço de Vigilância Agropecuária no Porto de Santos
SVA/GRU	Serviço de Vigilância Agropecuária no Aeroporto Internacional de Guarulhos
SVA/VCP	Serviço de Vigilância Agropecuária no Aeroporto Internacional de Viracopos
UVAGRO	Unidade de Vigilância Agropecuária
EQC	Estação Quarentenária de Cananéia
DAD	Divisão de Apoio Administrativo
FFA	Fiscal Federal Agropecuário
FFA MV	Fiscal Federal Agropecuário Médico Veterinário
FFA EA	Fiscal Federal Agropecuário Engenheiro Agrônomo
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
IN	Instrução Normativa
RP	Restos a Pagar
SIPLAN	Sistema de Planejamento
SIAFI	Sistema de Administração Financeira
SIF	Serviço de Inspeção Federal
APPCC	Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
BPF	Boas Práticas de Fabricação
PPHO	Procedimentos Padrão de Higiene Operacional
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
OMS	Organização Mundial de Saúde
DIPOA	Divisão da Inspeção de Produtos de Origem Animal
INSPANIMAL3	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
PADCLASSIF	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
IPVEGETAL2	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

FISCORGEN	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
FISCPLANTA2	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos
FISCANIMAL2	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos
VIGIFITO	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos
ERRADMOSCA	Erradicação da Mosca da Carambola
PCEVEGETAL	Prevenção e Controle de Pragas dos Vegetais e suas partes
VIGIZOO	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e insumos
FEBREAFTOSA	Erradicação da febre aftosa
PCEANIMAL	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
FISCGENE	Fiscalização de Material Genético Animal
FISPROVET	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
FISFECOI	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
FISCALSEM	Fiscalização de Sementes e Mudanças
FISAGROTOX	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
FISCAGRIC	Fiscalização de Serviços Agrícolas
FISCINAN	Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal
RASTREAB	Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar
DESENORG	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica
CETORGAN	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
GAPSUCRO	Gestão e Administração do Programa
PRODESA	Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário
MANUTSFAs	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
CF	Certificação Fitossanitária
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
CDA	Coordenadoria de Defesa Agropecuária da SAA
PNSA	Programa Nacional de Sanidade Avícola
PNSS	Programa Nacional de Sanidade Suídea
RENASEM	Registro Nacional de Sementes
SISBOV	Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos
ERA	Estabelecimento Rural Aprovado
UP	Unidade de Produção
LI	Licença de Importação
CE	Comunidade Européia
RT	Responsável Técnico pela Ação
MEGP	Modelo de Excelência e Gestão Pública

SIGSIF	Sistema de Informações Gerenciais do SIF
RIISPOA	Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal
SI	Certificado Sanitário Internacional
PAFI	Programa Auxiliar de Fiscalização e Inspeção
ER	Estabelecimentos Relacionados
AAAs	Agentes de Atividades Agropecuárias
POA	Plano Operativo Anual
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária

SUMÁRIO

Identificação	06
Introdução	07
Responsabilidades Institucionais	10
Competência Institucional	11
Objetivos Estratégicos	
Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais	12
Análise do andamento do Plano Estratégico	12
Análise do Plano de Ação	13
Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	14
Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	14
INSPANIMAL3	14
PADCLASSIF	23
IPVEGETAL	27
RESIDUOS	31
FISCORGEN	34
Programa 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária	36
FISCPLANTA	36
FISCANIMAL	39
VIGIFITO	44
ERRADMOSCA	46
PCEVEGETAL	49
VIGIZOO	52
FEBREAFTOSA	55
PCEANIMAL	57
Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	72
FISCINAN	72
FISCGENE	78
FISPROVET	80
FISFECOI	84
FISCALSEM	89
FISAGROTOX	94
FISCAGRIC	98
Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	101
RASTREAB	101
CETORGAN	105
Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia	106
GAPSUCRO	106
Programa 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Biodiversidade	107
DESENORG	108
Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	110
Programa: 0750 – Apoio Administrativo	111
Desempenho Orçamentário/Financeiro	117
Inscrição de Restos a pagar no Exercício e saldos de Exercícios Anteriores	119
Informações sobre a Composição de Recursos Humanos	119
Informações sobre Transferências no Exercício	125
Declarações dos usuários dos sistemas SIASG e SICONV	128
Informações sobre o cumprimento da Lei 8730/1993	128
Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	128
Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental	130
Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ	132
Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	134
Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal	135
Informações sobre as providências adotadas para atender as deliberações do TCU	135
Declaração do Contador responsável pela UJ	136
Conclusão	137
Anexo 1 – Organograma	138
Anexo 2 – Mapa Estratégico	139

1. Identificação

Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Poder:	Executivo	
Órgão de Vinculação:	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	
Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo – SFA/SP	
Código SIORG: 2783	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 130067
Situação	Ativo	
Natureza jurídica	Órgão Público	
Principal Atividade:	Regulamentação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura	Código CNAE: 8413
Telefone/Fax	11-3284.6544	11-3284.6044
Endereço Eletrônico:	gab-sp@agricultura.gov.br	
Página institucional na <i>internet</i>	www.agricultura.gov.br	
Endereço Postal	Rua Treze de Maio, 1558 –Bela Vista – São Paulo/SP-CEP 01327-002	
Vinculação ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	
Normativos de criação e alteração da UJ	Norma de criação: Lei Delegada nº 09, de 11/10/1962; Norma que estabelece a estrutura: Decreto 7.127 de 04/03/2010 Regimento Interno: Portaria Ministerial n.º 428, de 09/06/2010	
Unidades gestoras relacionadas à UJ	Nome	Código
	SFA/SP/FUNCAFE	130167
	PESCA	130008

Introdução

“O sucesso nasce do querer. Sempre que o homem aplicar a determinação e a persistência para um objetivo, ele vencerá os obstáculos, e se não atingir o alvo, pelo menos fará coisas admiráveis.”

José de Alencar

Inovação Tecnológica na Gestão de Resultados

O ano de 2010, marcado pelo processo de recuperação econômica do Brasil, trouxe grandes desafios ao trabalho desenvolvido pela SFA/SP em função do acentuado crescimento do consumo interno e do aumento dos preços internacionais das commodities agrícolas exportadas, o que gerou uma demanda maior por serviços do MAPA. Esse aumento do volume de trabalho em todo o âmbito de atuação da SFA/SP foi também resultante da recuperação dos níveis de investimentos no agronegócio, segmento que contribuiu expressivamente para que o PIB de 2010, ficasse acima de 7,5%, o melhor resultado desde 1986, e a taxa média de desemprego atingisse o índice de 6,7%, o menor da série histórica acompanhada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O papel da SFA/SP como executora dos instrumentos de políticas públicas, visando a modernização do agronegócio, deve ser avaliado pela dimensão do espaço geográfico e econômico de sua atuação - o Estado de São Paulo - onde se concentram 44% do PIB do agronegócio. Neste cenário estão localizadas aproximadamente 80% do total de empresas produtoras de alimentos e insumos agropecuários do País. É sede também dos dois mais movimentados aeroportos do Brasil e do maior porto da América Latina, áreas de intenso fluxo das importações e exportações de produtos e subprodutos agropecuários. Este universo, por determinação legal, depende da atuação direta da SFA/SP para que o seu adequado funcionamento.

Para fazer frente a esse desafio, a SFA-SP desenvolve atividades de melhoria da gestão no sentido de simplificar processos, ampliar e sistematizar o uso tecnologia da informação, desburocratizar ações com o objetivo de reduzir o tempo de resposta às demandas dos usuários diretos e indiretos. Igualmente tem empreendido esforços para a modernização da estrutura organizacional e da atualização dos instrumentos legais que fundamentam sua atuação - decretos, portarias, instruções normativas.

O suporte cultural que rege o “*modus-operandi*” da SFA/SP vem da vivência, há mais de 12 anos, com os princípios, ferramentas da qualidade e, sobretudo da adesão ao Modelo de Excelência em Gestão Pública, MEGP, disponibilizados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento.

A propósito, a SFA/SP é organização âncora do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, GESPÚBLICA, no Estado de São Paulo, cabendo-lhe a tarefa de mobilizar, sensibilizar e transferir tecnologias de gestão às organizações públicas de diferentes esferas e poderes do Estado de São Paulo para a busca da excelência visando à simplificação e a modernização administrativa. É importar frisar que a SFA/SP tem histórico de qualidade. Conquistou o Prêmio Nacional de Gestão Pública, PQGF, nos ciclos 2002 (bronze), 2003

(prata), 2004 (prata) e 2005 (pontuação prata sem reconhecimento)¹. É detentora também do Prêmio Top of Mind 2005/2006 na categoria consagração pública.

No exercício de 2010, graças à liderança da Alta Administração e, sobretudo ao planejamento estratégico em execução, a SFA/SP atingiu significativos resultados. Neste período, é importante observar, houve alteração, com a publicação da Portaria Ministerial 428/2010, da estrutura organizacional, com amplas mudanças regimentais, criação de novos serviços, alterações de competência, o que exigiu da administração ações para readequação e reorganização da estrutura física e conjuntural da Superintendência.

No novo regimento, como se pode observar neste RG, as ações técnicas foram divididas em áreas animal e vegetal, com ampliação do número de unidades atreladas à Divisão de Defesa Agropecuária, DDA, que tem a responsabilidade por meio da inspeção e fiscalização agropecuária (Programas PPA 0356 e 0357) de manter a qualidade de alimentos, bebidas alcoólicas e não alcoólicas e insumos (fertilizantes, agrotóxicos, vacinas).

A criação de uma nova unidade - a Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário, DPDAG, permitirá o melhor gerenciamento e coordenação das ações referentes ao desenvolvimento sustentável do agronegócio, do setor de agroenergia, de produção integrada, de Agricultura Orgânica e de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) lançado no final de 2010 com o objetivo de fomentar a utilização de boas práticas para recuperação de áreas degradadas e redução da emissão de gases de efeito estufa, (Programas PPA 0375, 1142 e 6003).

Em termos de perfil funcional, A Divisão de Apoio Administrativo manteve praticamente a sua competência regimental, fazendo a gestão orçamentária e financeira, bem como a gestão de pessoas no sentido de apoiar e fortalecer as ações das áreas técnicas e da administração como um todo ((Programa PPA 0750).

Mesmo com a alteração, em junho, de Regimento Interno, não ocorreu nenhuma descontinuidade administrativa nem desvios nos objetivos institucionais, o que permitiu à SFA/SP, como descrito no RG, executar os seus planos operativos, com o cumprimento das metas, inclusive com algumas ações ultrapassando os índices estabelecidos para o exercício.

O RG da SFA/SP-2010 está estruturado e itemizado de acordo com os dispositivos específicos do TCU, destacando-se a abordagem global da execução dos 5 principais programas – inseridos no PPA 2008/2011 – e das 22 ações com gerenciamento da SFA/SP, de forma a agrupar por programa, as informações relativas ao desempenho operacional de cada unidade, sustentadas por indicadores, metas, índice de cumprimento das metas.

Optou-se na formatação deste RG, devido ao número de páginas antecedendo à introdução, sem prejuízo de informação ou entendimento, pela colocação do glossário de siglas e da relação de tabelas no final do documento.

Por se tratar de uma unidade descentralizada da administração direta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os itens 2.4.1.1-Programação de Despesas Correntes, 2.4.1.2 – Programação de Despesas de Capital, 2.4.1.3 – Quadro Resumo da Programação de Despesas, 2.4.2.1.2 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa, 2.4.2.1.3 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa, 3-Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Crédito, e 14-Renúncia Tributárias deixam de ser abordados neste RG, uma vez que não se aplicam à SFA/SP.

É importante destacar como principais realizações¹, em 2010, o grau de aferição da qualidade de produtos de origem animal (carnes, pescados, laticínios, ovos, mel, material genético, produtos veterinários, alimentos para animal) e produtos de origem vegetal (bebidas, classificação de produtos vegetais), o controle de pragas e doenças (sigatoka negra, febre aftosa, cancro cítrico, brucelose, tuberculose), e fiscalização da produção de insumos agropecuários (vacinas, agrotóxicos, produtos veterinários, fertilizantes, sêmen), dissemina-

ção de práticas sustentáveis de produção, agricultura orgânica, vigilância agropecuária internacional em porto e aeroportos.

Também merece menção especial a entrada em operação do sistema informatizado, SISVIAGRO, nos SVAs do Porto de Santos, Aeroportos de Guarulhos. Esta ferramenta foi criada em parceria com o Comitê de Clientes da SFA/SP, e sua implantação já representa expressivos ganhos em termos de rapidez no atendimento, desburocratização e satisfação dos usuários. Com o referido sistema é possível emitir relatórios sobre importação e exportação de produtos, cruzar informação, acompanhar fluxos de movimentação de processos, produzir estatísticas de volumes de produtos adquiridos, por empresa, país de origem e destino final. O interessado – despachante e/ou empresário - é notificado “on line”, com disparos automáticos de e-mails, sobre a liberação e/ou pendências de seu processo.

As principais dificuldades enfrentadas no exercício na execução das atividades: 1. força de trabalho (técnica e administrativa) insuficiente para atender a crescente demanda por serviços, com reflexos notadamente nas áreas do SIF onde há obrigatoriedade de inspeção permanente e nas atividades-meio; e 2. Limitações impostas pelo ano eleitoral, como restrições à remoção de pessoal, nomeações, promoções de eventos inseridos no calendário agrícola e até a disseminação de informações que pudessem ser confundidas como propaganda eleitoral.

Para o próximo exercício de 2011, a SFA/SP dará continuidade às ações finalísticas previstas no PPA 2008-2011, desdobradas nos planos operativos já submetidos ao estudo de viabilidade e aprovados nas instâncias superiores do MAPA. Em termos da gestão do atendimento, adotará em maior escala a tecnologia da informação, a exemplo do SISVIAGRO, com vistas a diminuir os prazos para registros de estabelecimentos e produtos bem como para liberação de produtos e cargas destinados aos mercados interno e externo. Estabeleceu como meta mobilizadora a redução, até 2012, de 10% das despesas administrativas.

A SFA/SP congrega em seu corpo funcional uma equipe técnico-administrativa multidisciplinar, cuja equipe de trabalho³ é de 1172 pessoas, com destaque para a carreira de estado de fiscais federais agropecuários – agrônomos, veterinários, zootecnistas, químicos, farmacêuticos - que exerce um trabalho finalístico efetivo para garantir a qualidade dos produtos sob a sua inspeção e fiscalização.

Os resultados focalizados neste RG se tornam mais expressivos diante da constatação de que tiveram como foco o desenvolvimento sustentável do agronegócio e a segurança alimentar, visando a saúde, a qualidade de vida da população e a competitividade do agronegócio brasileiro. Fatores que, pelo significado do trabalho realizado, encham de orgulho, em especial, toda a equipe técnico-administrativa da SFA/SP.

2. Planejamento, Gestão Orçamentária e Financeira e Ações Administrativas de Projetos e Atividades.

2.1 Responsabilidades Institucionais da SFA/SP:

2.1.1. Competência Institucional: a SFA/SP é uma unidade descentralizada do MAPA. Foi criada em decorrência da reestruturação das antigas Coordenações Regionais do Ministério da Agricultura, por força da Lei Delegada nº 9 de 11 de outubro de 1962, tendo suas atribuições atuais definidas pela Portaria Ministerial 428/2010.

É de sua competência institucional a execução das políticas públicas, programas, ações que são desenvolvidas através dos macro processos: Registros de Estabelecimentos e Produtos, Inspeção e Fiscalização Higiênico-Sanitária-Industrial de Produtos de Origem Animal e Vegetal, Fomento à Produção Sustentável e Liberação de Produtos.

No item 2.3 – Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade – estão identificados os tipos de programas, objetivos, responsáveis, beneficiários bem como a execução e o conjunto de resultados das principais ações dos programas de responsabilidade da SFA/SP que contribuíram para o alcance dos objetivos setoriais do Mapa no exercício.

2.1.2 Objetivos Estratégicos: Os objetivos e metas institucionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, estão inseridos no Plano Plurianual, PPA, no Plano Estratégico e consolidados no Orçamento Anual aprovado pelo Congresso Nacional. Contemplam os programas, projetos e as ações prioritárias.

A estratégia de atuação do MAPA, em termos de administração direta e indireta, foi estabelecida pelas suas lideranças, a partir da missão – Promover o Crescimento Sustentável do Agronegócio em Benefício da Sociedade - de forma conjunta e participativa visando a atender as suas competências legais como órgão gestor responsável pelas políticas agrícolas (produção, fomento, armazenagem, comercialização, abastecimento, defesa e inspeção agropecuária, pesquisa, agroenergia, cooperativismo e promoção internacional).

As estratégias do Ministério da Agricultura e da SFA/SP para alcançar sua missão e visão institucionais foram sintetizados em um documento denominado Mapa Estratégico (ver Anexo II) que é a representação gráfica dos 18 objetivos estratégicos distribuídos em perspectivas de análises de pessoas, aprendizado e crescimento, processos internos e agronegócio, parceiros e sociedade. Associam-se a estes objetivos estratégicos, os indicadores de desempenho e metas.

Na figura 2.2.2, pode-se acompanhar a correspondência entre estratégias da SFA/SP (desdobramento das estratégias da gestão estratégica do MAPA), objetivos estratégicos, iniciativas do plano de ação e o correspondente alinhamento.

Relação entre Estratégias da SFA/SP, Objetivos Estratégicos, Iniciativas do Plano de ação e o Alinhamento			
Estratégias da SFA/SP	Objetivos Estratégicos	Iniciativas Planos de Ação	Alinhamento das ações
Garantir produtos e serviços de qualidade	<ul style="list-style-type: none"> - oferecer produtos sadios à sociedade - melhorar a imagem da organização - atender requisitos legais - garantir a segurança alimentar 	<ul style="list-style-type: none"> - realizar de auditorias/inspeções/fiscalizações - implantar ações decorrentes de auditorias - elaborar POPs - monitorar IDS 	<ul style="list-style-type: none"> - Metas do PPA - Missão e Visão institucionais - Plano Operativo Anual, POA - Resultados Estratégicos
Promover a disseminação de conhecimentos e tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> - impulsionar o desenvolvimento - medir o impacto da atuação - estimular a agregação de valor à agropecuária - garantir acesso a TI 	<ul style="list-style-type: none"> - realizar reuniões, seminários, palestras e cursos - Promover benchmarking - Participar de eventos 	<ul style="list-style-type: none"> - Missão e Visão Institucionais - POA

Fortalecer a gestão estratégica	<ul style="list-style-type: none"> - aumentar a eficiência e eficácia dos trabalhos - simplificar processos. - promover a cultura da excelência 	<ul style="list-style-type: none"> - implantar sistemas de gestão da Qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Metas MAPA - Visão de futuro - POA
Disseminar informações	<ul style="list-style-type: none"> - melhorar o entendimento entre as partes interessadas - criar mecanismos seguros para tomada de decisão - sistematizar a Comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> - promover reuniões periódicas com as partes interessadas - Promover a descentralização das decisões 	<ul style="list-style-type: none"> - Modelo de Excelência em Gestão Pública MEGP - Mapa Estratégico
Valorizar e reconhecer o trabalho dos servidores	<ul style="list-style-type: none"> - estimular o envolvimento e o comprometimento dos servidores - - incentivar o comprometimento com os valores e o comportamento ético 	<ul style="list-style-type: none"> - gerenciar de forma matricial a participação das pessoas nos processos organizacionais - buscar novos critérios de avaliação 	<ul style="list-style-type: none"> - Visão de futuro
Garantir a satisfação dos cliente/cidadão/sociedade	<ul style="list-style-type: none"> - atender à missão e visão de futuro - dar maior rapidez ao atendimento com ações de desburocratização, descentralização 	<ul style="list-style-type: none"> - realizar pesquisa de satisfação de clientes 	<ul style="list-style-type: none"> - Metas do Mapa - Missão institucional e visão de futuro - POA
Incentivar a agropecuária paulista a adotar as ferramentas da qualidade	<ul style="list-style-type: none"> - elevar o grau de eficiência do segmento - buscar parcerias para adoção de novas tecnologias (APPCC, BPF e PPHO) - melhorar a competitividade no agro-negócio 	<ul style="list-style-type: none"> - realizar convênios com órgãos públicos e entidades de classe - incentivar a realização de cursos e seminários 	<ul style="list-style-type: none"> - Missão - POA

2.2. Estratégia de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais

2.2.1. Análise do andamento do Plano Estratégico: Para as avaliações do alcance dos objetivos são utilizados os indicadores de desempenho, as informações produzidas pelos programas do PPA de competência do MAPA e os dados coletados junto aos diferentes

setores envolvidos. Em razão de mudanças nos cenários interno e externo, as estratégias foram atualizadas, revistas, resultando na segunda versão do Plano Estratégico, mais ajustada com os requisitos e as necessidades da cadeia produtiva do agronegócio e da sociedade.

Destacam-se os seguintes resultados já alcançados pela gestão estratégica do MAPA: a) implantação da gestão por processos, com o mapeamento e melhoria de diversos processos de trabalho; b) maior integração e sincronia entre as estratégias do Mapa e os instrumentos de gestão governamental; c) gestão efetiva da execução e avaliação das estratégias formuladas; d) fortalecimento das ações de valorização do servidor, como o projeto de melhoria da sua qualidade de vida; e) implantação de instrumentos de comunicação interna, melhorando sobremaneira a comunicação da instituição com os seus servidores; f) ampliação e melhoria das ações de promoção internacional do agronegócio; g) desdobramento da gestão estratégica nas Unidades Descentralizadas.

2.2.2. Análise do andamento do Plano de Ação⁴: na SFA/SP as ações são agrupadas em Planos Operativos Anuais, com apresentação e justificativa, estratégias, metas, indicadores, responsáveis e cronograma de execução física e financeira, de acordo com as competências regimentais de cada unidade. Em 2010, a SFA/SP acompanhou, com monitoramento, o andamento e a execução de 20 planos descentralizados e 4 centralizados (ver Item 2.3).

Cabe ao dirigente maior da SFA/SP – o Superintendente Federal – a responsabilidade primária pela execução dos planos de ação de toda a SFA/SP, ficando a cargo dos chefes das divisões, serviços e responsáveis técnicos a responsabilidade secundária.

Em 2010, foram realizadas 46 reuniões semanais da Alta Administração – composta pelo Superintendente, seu substituto, chefes das divisões – com as chefias dos serviços técnicos, para Análise Global do Desempenho e Análise Crítica do Desempenho, ocasião em que é monitorado o andamento de cada plano em execução. Trata-se de um sistema colegiado que alicerça a tomada de decisões pela liderança executiva, com reflexos na melhoria da gestão.

Os resultados alcançados no exercício (item 2.3) contribuíram para o alcance dos objetivos setoriais do MAPA

(¹) Segundo o Regulamento do PQGF uma organização não pode repetir a mesma faixa mais de duas consecutivamente.

(²) indicadores, metas e resultados da Gestão constam na descrição e apresentação dos programas.

(³) não incluídos os demais componentes da força de trabalho

(⁴) corresponde ao Plano Operativo Anual, POA

2.3. PROGRAMAS

Os principais programas da SFA/SP são:

- 2.3.1. Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
- 2.3.2. Programa 0357 – Segurança na Sanidade na Agropecuária
- 2.3.3. Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
- 2.3.4. Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
- 2.3.5. Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia
- 2.3.6. Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
- 2.3.7. Programa: 0750 – Apoio Administrativo

2.3.1 - Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Descrição do Programa:

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a Segurança Alimentar
Objetivo Específico	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores
Responsável pelo Programa	Rafael Olivieri Filipputti - Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA Marcos Fernandes Rizzo – Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV Patrícia Pozzetti – Chefe do Serviço de Saúde Animal - SSA
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidores.

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

2.3.1.1. - Ação 8938 – INSPANIMAL3- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento

to às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, Responsáveis Técnicos – RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.

Unidade Executora Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/DDA/SFA-SP

As atividades executadas ou programadas pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA/DDA/SFA-SP) nos estabelecimentos registrados ou relacionados que comercializam produtos de origem animal (carne, leite, ovos, mel e pescado), de acordo com o previsto nas Leis nº 1.283/50 e 7.889/89 e no Decreto nº 30.691/52, têm por objetivo contribuir para garantir o nível de proteção adequado aos consumidores, assegurando a inocuidade, a qualidade e a identidade desses produtos.

As ações são gerenciadas pelo Plano Interno (PI) denominado INSPANIMAL3. Para esse PI, dentro do SIPLAN – Sistema de Informações de Planejamento, o indicador que cabe ao SIPOA/DDA/SFA-SP é a quantificação do produto “estabelecimento inspecionado”, que trata o número absoluto de estabelecimentos registrados/inspecionados pelo Serviço Inspeção Federal (SIF).

Abordando esse indicador, dentre os aproximadamente 3.500 estabelecimentos registrados no Brasil, apresentamos:

Quantitativo de Estabelecimentos Registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF)					Tabela 1
Categoria/Classe	2006	2007	2008	2009	2010
Matadouro-frigorífico Bovino/ Suíno e outros	61	61	60	63	52
Matadouros de aves e coelhos	48	48	49	47	46
Entrepasto Frigorífico	29	35	36	51	53
Entrepasto de Carnes e Derivados	113	116	101	100	109
Fábrica de Conserva	118	116	116	126	114
Fábrica de Produtos Não Comestíveis	34	35	36	38	45
Fábrica de produtos suínos	02	02	02	02	02
Apiário	*	*	*	*	04
Entrepasto de Mel e Cera de Abelhas	76	70	67	62	61
Fábrica de Produtos Gordurosos	06	06	06	02	07
Entrepasto de Pescados	46	36	35	37	40
Fábrica de Conservas de Pescados	13	13	11	11	11
Barco Fábrica	02	02	02	01	01
Entrepasto de ovos	46	54	55	51	55
Fábrica de Conservas de Ovos	17	13	17	19	16
Usina de Beneficiamento	79	41	40	25	43
Fábrica de Laticínios	93	82	78	96	81

Entrepasto de Laticínios	*	*	*	*	20
Entrepasto Usina	*	*	*	*	04
Posto de Coagulação	*	*	*	*	02
Granja Leiteira	08	02	04	03	03
Posto de Recebimento	*	*	*	*	01
Posto de Refrigeração	14	14	17	20	18
Fábrica de Coalho e coagulantes	02	02	02	0	0
Total por classificação/ categoria	807	748	734	754	788
Total geral de estabelecimentos	759	700	696	706	740

Fonte: SIPOA/SP

Se observarmos a linha referente ao total geral de estabelecimentos, a somatória é diferente do da linha referente ao total de estabelecimentos por classificação/ categoria. Este fato ocorre devido ao fato de que há estabelecimentos que abrangem mais de uma classificação/categoria.

Adicionalmente ao indicador acima, o SIPOA, por desenvolver também ações de inspeção / fiscalização em estabelecimentos relacionados (ER), apresenta:

Quantitativo de Estabelecimentos Relacionados (ER)					Tabela 2
	2006	2007	2008	2009	2010
Granja Avícola	230	230	210	195	190
Estábulo leiteiro	952	952	952	812	2101
Casa Atacadista	332	332	309	311	319
Cestas de Alimentos e Similares	56	56	36	39	51
Apiário	06	04	03	03	08
Curtume	*	*	*	*	20
Total	1576	1574	1510	1360	2689

Fonte: SIPOA/SP

A diferença de estabelecimentos de 2009 para 2010 se deu por refinamento dos dados apurados e pelo processo contínuo de revalidação dos títulos de relacionamento. Está previsto um programa de atualização dos dados desses estabelecimentos para ser iniciado em meados de 2011.

O SIPOA possui suas atribuições definidas na Portaria nº 428/2010, em seu Artigo nº 18, e desempenha ou gerencia outras tarefas, além das atividades de fiscalização/ inspeção rotineiras em estabelecimentos, cujos resultados não são contabilizados diretamente no SIPLAN, mas por possuírem relevância estão resumidamente citadas abaixo:

Indicadores de Desempenho			Tabela 3
Tipo do Indicador	Descrição	Mnemônico	Fórmula do indicador
Eficácia	Conformidade de análises laboratoriais de produtos de origem animal e água	IQ cal =	$\frac{\text{Nº de amostras em conformidade} \times 100}{\text{Nº total de amostras verificadas}}$
Eficácia	Achados em abate de cisticercose em bovinos	IQ acb =	$\frac{\text{Nº de achados de cisticercose em bovinos} \times 100}{\text{Nº total de bovinos abatidos}}$
Eficácia	Achados em abate de tuberculose em bovinos	IQ atb =	$\frac{\text{Nº de achados de tuberculose em bovinos} \times 100}{\text{Nº total de bovinos abatidos}}$

Eficácia	Achados em abate de cisticercose em suínos	IQ acs =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de cisticercose em suínos } \times 100}{N^{\circ} \text{ total de suínos abatidos}}$
Eficácia	Achados em abate de tuberculose em suínos	IQ ats =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de tuberculose em suínos } \times 100}{N^{\circ} \text{ total de suínos abatidos}}$
Eficácia	Achados em abate de pneumonia em suínos	IQ aps =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de pneumonia em suínos } \times 100}{N^{\circ} \text{ total de suínos abatidos}}$
Eficácia	Achados em abate de ascite em aves	IQ aaa =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de ascite em aves } \times 100}{N^{\circ} \text{ total de aves abatidas}}$
Eficácia	Achados em abate de aerossaculite em aves	IQ ara =	$\frac{N^{\circ} \text{ de achados de aerossaculite em aves } \times 100}{N^{\circ} \text{ total de aves abatidas}}$
Eficácia	Supervisões realizadas no ano	IQ sra=	$\frac{N^{\circ} \text{ total de supervisões realizadas em estabelecimentos } \times 100}{N^{\circ} \text{ total de supervisões programadas por ano}}$
Produção	Processos administrativos analisados e tramitados no ano	IP paa =	$\frac{N^{\circ} \text{ processos administrativos analisados}}{\text{Ano}}$
Produção	Rótulos analisados e tramitados no ano	IP raa =	$\frac{N^{\circ} \text{ rótulos analisados}}{\text{Ano}}$
Produção	Requerimento de Anuência de Importação de Produtos de Origem Animal analisados no ano	IP ria =	$\frac{N^{\circ} \text{ requerimentos analisados}}{\text{Ano}}$

Um dos indicadores de eficácia das ações desenvolvidas são as informações relativas às análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos de origem animal e da água de abastecimento utilizada pelas empresas. As amostras são coletadas por servidores do Serviço de Inspeção Federal nos estabelecimentos, seguindo uma programação anual divulgada pelo SIPOA, ou, no consumo, em reinspeções de varejo, conforme previsto no Artigo n° 848, do Decreto n° 30.691/52.

Índice de conformidade das análises laboratoriais em produtos de origem animal e de água de abastecimento – IQ Cal					Tabela 4
Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Total Conforme	8.754	3.134	11.087	47.631	108.533
IQ Cal %	94,9	90,0	94,0	96,5	96,8

Fonte: SIPOA/SP.

Para o ano de 2010, foram avaliados cerca de 112.113 amostras, com 108.533 resultados conformes e 3600 não conformes.

O IQ cal demonstra qual a porcentagem das amostras de produtos de origem animal e de água de abastecimento coletadas oficialmente se apresentaram em conformidade com os padrões da legislação vigente, co-validando os processos produtivos inspecionados.

As avaliações das análises laboratoriais compreendem desde o aspecto nutricional até o aspecto de combate a fraude econômica como a adição de água acima do permitido em leite, aves e pescado.

Ainda no campo de análises laboratoriais o SIPOA tem um papel fundamental no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC do Brasil. Além de participar ativamente da colheita de amostras de produtos de origem animal, gerencia todos os resultados podendo ou não sequestrar os produtos para avaliação e investigação dos motivos da violação conforme preconizado na IN n° 42/99, IN n° 24/09 e Portaria n° 53/2009. Em 2010,

foram sorteadas mais de 3.151 amostras para serem coletadas pelo Serviço Oficial, representando 17,12% do total sorteado no país.

Zoonoses em abates de animais (IQ acb, IQ atb, IQ acs e IQ ats)

Atualmente este Serviço possui equipes de Fiscais Federais Agropecuários (com formação em Medicina Veterinária), e Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal atuando na inspeção *ante* e *post mortem*, previstas no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA, aprovado pelo Decreto nº 30.691/52. Nos 98 (noventa e oito) matadouros-frigoríficos ativos no Estado de São Paulo, registrados no SIF, cada animal destinado ao abate é inspecionado.

Nesse contexto o SIPOA, por meio do Serviço de Inspeção Federal local, evitou que carcaças bovinas e suínas portando cisticercose e lesões de tuberculose, chegassem diretamente ao consumidor. Portanto, as ações de inspeção contribuíram efetivamente para promoção da saúde pública, mediante diminuição do risco da tuberculose zoonótica e risco da doença humana associada ao complexo *teníase-cisticercose*.

As atividades de inspeção sanitária são importantes não só para o diagnóstico das doenças relacionadas à saúde animal que pautam as políticas públicas de prevenção e controle sanitários, mas, sobretudo, representam a mais efetiva barreira no controle de zoonoses e preservação da saúde pública.

Em 2010, mais de 674.821.112 de animais foram abatidos e submetidos à inspeção *ante* e *post mortem* em estabelecimentos sob SIF conforme segue:

Número de animais abatidos e inspecionados pelo SIF em SP						Tabela 5
Espécie	2006	2007	2008	2009	2010*	
Bovinos	4.013.502	4.111.849	3.465.555	3.249.868	3.034.117	
Suínos	1.557.955	1.694.033	1.479.253	1.491.758	1.624.472	
Aves	650.689.917	716.101.319	723.269.000	648.978.986	670.132.250	
Ovinos	9.852	9.538	8.301	21.308	30.273	
Total	656.271.226	721.916.739	728.222.109	653.741.920	674.821.112	

Fonte: SIGSIF/MAPA. * Dados sujeitos a alteração

ANO	Nº de bovinos abatidos	Nº de suínos abatidos	Nº de carcaças detectadas				Tabela 6			
			Cisticercose Bovina	IQ acb %	Tuberculose bovina	IQ atb %	Cisticercose Suína	IQ acs %	Tuberculose Suína	IQ ats %
2006	4.013.502	1.557.955	137.241	3,419	7.912	0,197	0	0,000	24	0,002
2007	4.111.849	1.694.033	128.062	3,114	9.549	0,232	0	0,000	14	0,001
2008	3.465.555	1.479.253	105.052	3,031	9.118	0,263	0	0,000	7	0,000
2009	3.249.868	1.491.758	84.659	2,605	8.226	0,253	0	0,000	16	0,001
*2010	3.034.117	1.624.472	83.033	2,737	7.920	0,261	0	0,000	47	0,003

Fonte: SIGSIF/MAPA. * Dados sujeitos a alteração

O índice IQ acb, que avalia os achados de cisticercose bovina, no ano de 2010 superou o de 2009 iniciando uma tendência de alta e invertendo a tendência dos valores de 2006 a 2008. O índice IQ atb, que avalia os achados de tuberculose bovina, apresentou-se estável em relação aos últimos 03 anos.

Em relação ao abate de suínos, o IQ acs seguiu a tendência dos últimos 03 anos não sendo constatada carcaça suína indicando cisticercose durante os procedimentos de *post mortem* em 2010. O IQ ats apresentou alta em 2010, em relação ao ano de 2009.

Outros índices que avaliam a eficácia dos trabalhos da inspeção *post mortem* podem ser verificados como por exemplo: o IQ aps (que avalia o número de carcaças suínas portando sinais de pneumonia), o IQ aaa e IQ ara (que avaliam o número de carcaças de aves portando

ascite e aerossaculite, respectivamente). Essas enfermidades, em menor grau, também podem ter característica zoonótica.

ANO	Nº de aves abatidas	Nº de suínos abatidos	Nº de carcaças detectadas			Tabela 7		
			Ascite em Aves	IQ aaa %	Aerossaculite em Aves	IQ ara %	Pneumonia Suína	IQ aps %
2006	650.689.917	1.557.955	472.329	0,073	641.986	0,099	678	0,044
2007	716.101.319	1.694.033	498.566	0,070	678.375	0,095	1.170	0,069
2008	731.017.335	1.479.253	588.473	0,081	1.036.083	0,142	851	0,058
2009	648.978.986	1.491.758	378.116	0,058	615.146	0,095	1.033	0,069
2010*	670.132.250	1.624.472	411.406	0,061	578.305	0,086	881	0,054

Fonte: SIGSIF/MAPA. * Dados sujeitos a alteração

O IQ aps teve queda considerável em 2010, podendo sugerir que houve uma melhoria no aspecto de sanidade animal das granjas de suínos, uma vez que a técnica de inspeção não sofreu alteração.

Durante as atividades de rotina da Inspeção Federal, esporadicamente torna-se necessária a ação fiscal de condenação de determinados produtos que não apresentam condições de consumo humano ou que estejam fora dos padrões legais vigentes.

Antes da citada condenação, os produtos passam por uma reinspeção completa, amparada pelo disposto artigo nº 878 do RIISPOA vigente, cujo resultado é avaliado pelo Fiscal Federal Agropecuário que julga a destinação adequada caso a caso.

Seguem abaixo as principais causas de condenação por área:

1) Pescado

Os resultados das inspeções evidenciam que as principais causas de condenação do pescado continuam sendo odor estranho e caracteres organolépticos impróprios, em virtude da degradação protéica do pescado quando este é mantido fora das condições ideais de conservação. Grande parte destas condenações ocorre devido às condições inadequadas de manipulação e armazenamento a bordo, o que nos sugere a necessidade de intensificação das atividades de inspeção neste setor. Visando atingir esse objetivo, a Assessoria de Pescado do SIPOA centralizou a programação de supervisões em estabelecimentos de Pescados, procurando intensificar a verificação da implantação dos programas de autocontrole por parte das empresas.

Condenação de pescados realizada pela Inspeção Federal – Kg								Tabela 8
Animal / Produto	Motivo de Condenação	2006	2007	2008	2009	2010		Recebimento de pescado 2010
File de Peixe Congelado	Odor estranho	1.458	1.781	5.510	16.003	9.145		4.396.793
Peixe Congelado Em Postas	Odor estranho	558	226	1.320	2.277	905		1.196.836
Peixe Eviscerado Congelado	Odor estranho	2482	613	2.818	9.116	4.261		784.963
Peixe Inteiro Congelado	Odor estranho	132	38	816	4.290	639		8.367.697
Camarão congelado	Odor estranho	0	0	1.007	1.723	690		1.816.547
Tilápia	Caracteres Organolépticos	0	0	14.504	5.204	9.896		6.330.206
Truta	Lesão traumática	0	0	31	0	24		183.239
Outros	Odor estranho	7.118	8.838	420	6	2.763		87.763.332
Total condenado		11.748	11.496	26.426	38.619	28.323		

Fonte: SIGSIF/MAPA. * Dados sujeitos a alteração

2) Leite

No ano de 2010, foi verificada a condenação de 1.994.099 litros de leite cru refrigerado, dentre os 1.057.371.895 litros declarados como recebidos no SIGSIF/MAPA conforme segue:

Condenação de Leite					Tabela 9
Causas de condenação de leite cru refrigerado/ quantidade em Litros	2006	2007	2008	2009	2010
Acidez	57.016	127.982	91.311	156.382	859.574
Aguagem	43.749	81.503	93.959	235.264	398.842
Impurezas	*	*	*	*	206.678
Outras causas	113.322	312.000	259.980	514.200	529.000
Total	214.087	521.485	445.250	905.846	1.994.094
Total Recebido	132.657.636	363.681.960	568.308.768	914.532.234	1.057.371.895

Fonte: SIGSIF/MAPA. * Dados sujeitos a alteração

3) Mel

No ano de 2010, foi verificada a condenação de 1.305 kg de mel contendo impurezas, dentre os 122.997 Kg declarados no SIGSIF/MAPA.

4) Ovos

No ano de 2010, foi verificada a condenação de 1.335.214 dúzias de ovos dentre as 183.065.653 declaradas no SIGSIF/MAPA, em sua grande maioria por apresentarem trincos.

Supervisões realizadas no ano nos estabelecimentos (IQ sra)

O SIPOA avalia o desempenho dos estabelecimentos por meio das verificações de rotina e também por meio dos resultados das supervisões executadas. O objetivo principal das supervisões é verificar as condições técnico-higiênico-sanitárias dos estabelecimentos e a aplicação dos programas de autocontroles (Boas Práticas de Fabricação - BPF, Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPHO e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC).

De acordo com a categoria do estabelecimento (matadouro-frigorífico, fábrica de conservas, usina de beneficiamento, entreposto de carnes e derivados, entre outras) e sua habilitação para exportação (Estados Unidos, Canadá, MERCOSUL, entre outros), as frequências de supervisões se alteram dentro do ano. Por exemplo, na área de carnes são atualmente exigidas 06 supervisões anuais para estabelecimentos habilitados à exportação para os Estados Unidos e 02 supervisões anuais no mínimo para estabelecimentos habilitados para exportação para a União Européia.

O SIPOA vem gradativamente centralizando a programação e controle da execução das supervisões com o objetivo de racionalizar os recursos materiais e humanos, bem como determinar quais os estabelecimentos a serem supervisionados com base em seu desempenho e risco apresentados.

As metas de execução são calculadas pelo índice IQ sra englobando todas as áreas:

Supervisões programadas X realizadas em estabelecimentos por ano – IQ sra					Tabela 10
Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de supervisões programadas	122	215	417	365	368
Nº de supervisões realizadas	239	527	814	588	312
IQ sra	196	245	195	161	85

Fonte: SIPOA/ SP.

Em 2010 o IQ sra ficou abaixo de 100 em razão deste Serviço ter programado mais supervisões em 2010 do que a capacidade operacional de execução frente a força atual de trabalho.

Processos administrativos analisados e tramitados no ano (IP paa)

Outro campo de execução do SIPOA é a análise de processos administrativos que compreendem quase que a totalidade do universo das ações executadas (análises de projetos, de relatórios de supervisões, de relatórios de auditorias, de autos de infração e de defesas administrativas, de solicitação de habilitação para exportação, de reimportação e de importação de produtos de origem animal, de PNCR, de resultados de análises laboratoriais fora dos padrões vigentes, de registro de estabelecimentos e de produtos, de processamentos térmicos, de relacionamento de estabelecimentos, de alertas rápidos, de alteração de razão social de estabelecimentos, de denúncia de consumidor, de demandas da ouvidoria, de boletim de recebimento de produtos de terceiros, entre outros).

Número de processos analisados e tramitados					Tabela 11
Ano	2006	2007	2008	2009	2010
IP paa	*	4.383	29.999	38.445	39.852

* Sem contabilização disponível/Fonte: SIPOA/ SP.

Rótulos analisados e tramitados no ano (IP raa)

No ano de 2010 foram analisados 6.161 rótulos conforme apresentado no quadro abaixo. Nesse mesmo ano ocorreu a descentralização das análises de processos de rotulagem que possuem RTIQ (Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade) do Órgão Central para os estados. Paralelamente foi determinado um prazo para a inserção de toda a rotulagem aprovada em papel para a forma digital, o que acarretou num aumento de tempo considerável das análises das novas solicitações por parte do SIPOA e das UTRAs.

Número de Rótulos analisados e tramitados					Tabela 12
Ano	2006	2007	2008	2009	2010
IP raa	3.652	2.961	4.525	4.931	6.161

Fonte: SIPOA/ SP.

Requerimento de anuência de importação de produtos de origem animal analisados por ano (IP ria)

Outra atividade do SIPOA é a análise da anuência de importação de produtos de origem animal importados. Somente estabelecimentos habilitados à exportação para o Brasil e com a rotulagem dos produtos devidamente aprovadas podem colocar seus produtos no mercado nacional.

Conforme estabelecido na Portaria n° 183/98 e na Instrução Normativa n° 40/2008 e suas alterações, o SIPOA analisa os requerimentos conferindo ou não a autorização prévia de embarque para o produto importado.

Além da importação tradicional, o Serviço analisa os requerimentos de reimportação, ou seja, produtos exportados pelo Brasil que retornam ao país por algum motivo.

Cada importação ou reimportação é acompanhada até o procedimento final de reinspeção em estabelecimento registrado ou relacionado.

Em 2010 foram analisados 16.881 requerimentos conforme o quadro abaixo:

Requerimentos de anuência de importação analisados					Tabela 13
Ano	2006	2007	2008	2009	2010
IP ria	10.980	12.601	13.720	15.299	16.881

Fonte: SIPOA/SP.

Certificação Sanitária

Atualmente os servidores do SIPOA e das UTRAs possuem também a atribuição de certificar os produtos de origem animal.

A certificação sanitária pode ser nacional ou internacional. A nacional se dá por meio da emissão de Certificados Sanitários (firmados por FFA) ou por meio da emissão de Guias de Trânsito (firmadas por AISIPOA) que garantem o livre trânsito do produto no território nacional.

A certificação sanitária internacional se dá por meio do Certificado Sanitário Internacional (CSI) que é exclusivamente firmado por FFA e garante que o produto a ser exportado cumpriu todas as exigências durante a sua elaboração firmada no acordo sanitário com o Brasil e o país importador.

Vale ressaltar que não há exportação de produtos de origem animal sem a emissão de CSI com nenhum dos mais de 153 parceiros comerciais do Brasil que ocupa a 1º posição mundial de exportação de carne bovina e de aves e a 4º posição mundial de exportação de carne suína.

O estado de São Paulo no âmbito do SIF emitiu 73.451 CSI no ano de 2010, respondendo por 17,49% do total emitido no Brasil (419.769) para esse mesmo ano.

Autuações e demais Penalidades

Os Fiscais Federais Agropecuários possuem a atribuição, dentre as ações fiscais previstas na Lei nº 7.889/89 e no Decreto nº 30.691/52, de autuar os infratores da legislação vigente.

O SIPOA dispõe de um sistema de controle dessas autuações e o Chefe do Serviço leva em consideração o histórico dos autuados e a gravidade da infração no momento do julgamento das infrações para impor a penalidade.

Nº de Autos de Infração, Termos de Advertência, Autos de Multa e Cobranças Executivas emitidos					Tabela 14
Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de Autos de Infração	183	203	465	447	372
Nº de Termos de Advertência	62	59	128	103	107
Nº de Autos de multa	62	133	326	659	492
Nº de Cobranças Executivas	22	11	50	508	106
Nº de Autos de infração Cancelados	03	0	1	26	70

Fonte: SIPOA/SP.

As punições em decorrência de infrações à legislação sanitária variam desde a advertência até a aplicação de multa, independente dos procedimentos de apreensão, inutilização do produto, suspensão ou cancelamento do registro do estabelecimento que podem ser paralelamente adotados.

A principal causa do aumento no número de Autos de Infração gerados nos anos de 2008, 2009 e 2010 foram as irregularidades observadas durante as supervisões nos estabelecimentos ou nos resultados das análises de produtos de origem animal.

O ano de 2009 foi atípico pois registrou mais de 200 Autos de Multa referentes a fraude cometida por uma empresa específica, ocasionando um número muito superior quando comparado com os outros anos.

Força de Trabalho

O SIPOA conta atualmente com uma força de trabalho muito aquém da necessária para desempenhar todas as suas atividades, tendo em vista a quantidade de estabelecimentos registrados/relacionados e a perda contínua de servidores em processo de aposentadoria.

Pelas razões expostas, todas as atividades programadas dentro do Plano Operativo Anual – POA, para o ano de 2011, levaram em consideração a capacidade operacional real do Serviço e buscou a máxima otimização dos recursos humanos disponíveis, bem como a forma mais inteligente de tratamento dos dados recebidos para orientação das ações a serem executadas.

A citada força de trabalho está distribuída entre a Sede da Superintendência e as Regionais localizadas pelo estado de São Paulo, e é composta por servidores de diversos cargos com atribuições específicas definidas sendo:

Principais recursos humanos envolvidos*

Tabela 15

Cargo do servidor	Número total	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização	Nº ideal
Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	520	100	650
Fiscal Federal Agropecuário	136	100	193
Agente Administrativo	08	100	11

* incluídos os funcionários do Estado todo.
Fonte: SIPOA-SP.

Recursos Financeiros

Tabela 16

ELEMENTO DE DES-PESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)
339014	701.446,38	701.446,38	686.024,81	
339030	42.826,04	50.000,00	38.660,63	6.528,48
339033	108.376,63	109.000,00	102.137,08	
339036	3.104,55	3.104,55	3.104,55	
339039	9.844,00	10.017,00	9.844,00	7.817,66
339093	7.480,65	26.600,00	5.461,85	
TOTAL	873.078,25	900.167,93	845.232,92	14.346,14

Fonte: SIPOA/SP; DAD/SP; SIAFI e SIPLAN

RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 17

	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
FINANCEIRO	873.078,25	900.167,93	859.579,06	95,49
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
META SIPLAN (prod.fiscalizado)	775	740	740	100

Fonte: SIPOA/SP; DAD/SP; SIAFI e SIPLAN

Melhoria dos Diversos Processos

Em 2010 foi idealizado pelo SIPOA/DDA/SFA-SP um programa denominado Programa Auxiliar de Fiscalização e Inspeção (PAFI). O PAFI foi efetivamente concebido e entrará em execução no início de 2011. O objetivo principal do programa é contabilizar todas as ações de fiscalização e inspeção nos estabelecimentos registrados ou relacionados no Estado de São Paulo, além daquelas de caráter exclusivo dos FFAs, com o objetivo de orientar, racionalizar e reforçar as ações do Serviço de Inspeção Federal. Para o ano de 2011, foram programadas no PAFI mais de 5.000 ações de fiscalização/ inspeção no Estado de São Paulo.

Por meio do PAFI será instituído um indicador denominado “fiscalização” que exibirá o número de atividades relacionadas às ações de fiscalização/ inspeção em estabelecimentos registrados (SIF) ou relacionados (ER) no estado de São Paulo.

Além do PAFI, foi concluída por servidores do SIPOA, a informatização dos processos de verificação dos resultados das análises laboratoriais dos produtos de origem animal e de água de abastecimento, bem como dos requerimentos de anuência de importação de produtos de origem animal analisados, ofertando maior agilidade e transparência no tratamento dos dados obtidos.

2.3.1.2 - Ação 4746 – PADCLASSIF: Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Inspeção de Produtos Vegetais - SIPOV

A execução da ação orçamentária 4746 é regida pela descrição do Plano Plurianual dentro das competências definidas pela Portaria 428/2010 em consonância com a Lei 9.972 de 25/05/2000 e com Decreto nº 6.268 de 23/11/2007.

Para a execução dessas ações o SIPOV conta com 2 FFAs atuando de modo exclusivo na sede na gestão do programa, além de 13 que atuam de modo compartilhado com outros programas, resultando num equivalente técnico em 2010 de 4,65 Fiscais Federais Agropecuários para a execução das ações de fiscalização, além de 8 Agentes de Atividade Agropecuária que apóiam as ações de fiscalização, 6 deles atuando junto ao Posto de Classificação Vegetal na Fazenda Ipanema/UTRA-IPA, na classificação fiscal e pericial das amostras coletadas.

A meta anual definida pelo Órgão Central no Plano Plurianual 2008 -2011 (META PPA 2008-2011) foi atingida em 197%.

Fiscalização da Classificação Vegetal							Tabela 18
ATIVIDADE	Un.	2006	2007	2008	2009	2010	Meta 2010
Produto fiscalizado (PPA)	t	1.810.131	1.916.876	1.534.039	1.471.429	1.792.047	1.000.000
Amostras coletadas	Nº	1.169	1.547	1.227	1304	1042	1.176
Estabelecimentos fiscalizados	Nº	422	448	263	350	251	334
Auto de infração	Nº	213	168	162	111	154	312*
Análises Periciais	Nº	60	78	87	58	56	56*
Processo Relatado	Nº	191	133	113	172	93	154*
Multa aplicada	R\$	312.3000	692.600	875.388	1.304.589	511.470,01	502.694*

* = média dos últimos 4 anos- Fonte: SIPOV/SP

As metas definidas pela Coordenação Geral da Qualidade Vegetal em Brasília (CGQV), e pela SFA/SP para os indicadores de desempenho operacional na fiscalização de estabelecimentos e coleta de amostra para o ano de 2010 foram menores que a dos anos anteriores, pois foi prevista a redução do equivalente técnico em função da redução do tempo de dedicação dos fiscais a essa ação. Tal fato é decorrente de dois motivos: a demanda em outras áreas de fiscalização, e a aposentadoria de fiscais. Além dessas questões ocorreu um realinhamento nas ações determinado pela CGQV, buscando focar as ações na área na fiscalização de estabelecimentos em detrimento da fiscalização da qualidade final do produto entregue ao consumidor. Esse realinhamento provocou em 2010 o aumento do tempo demandado para a fiscalização de cada estabelecimento, diminuído o número de estabelecimentos fiscalizados por técnico em comparação a 2009, conforme vemos no indicador ICOF. O número de amos-

tras coletadas por técnico (ICOFa) não variou, considerou-se que devemos refinar a coleta de dados para o ano de 2011, com vistas a perceber em quais tipos de estabelecimento houve uma diminuição ou aumento do número de amostras. Espera-se examinar também o impacto das alterações metodológicas na qualidade dos produtos ofertados para a população.

Apesar das alterações de quantidade de fiscais, e de foco descritos acima, a meta de coleta de amostras foi atingida em 88,6%. Já a meta de estabelecimentos fiscalizados (IFE) foi atingida em 75,1%.

O indicador ICF que já era alto por conta da necessidade de deslocamento de fiscais entre as UTRAs, foi incrementado pelo efeito do reajuste no valor da diária. Este último fator impactou o segundo semestre de 2009 e o ano de 2010 de maneira integral.

Em 2010, foram ainda intensificadas as ações programadas no “Programa de Monitoramento de Produtos Industrializados”, definido pelo órgão central, cuja metodologia provocou um aumento de amostras coletadas por estabelecimento comercial fiscalizado, compensando a diminuição de amostras coletadas em função da mudança de foco para embaladores. O custo de coleta (ICFa) foi de R\$ 41,00.

Principais Indicadores							Tabela 19
Mnemônico	Unidade	2006 n=7.5	2007 n=7,5	2008 n=6.15	2009 n=5.55	2010 n = 4,85	Meta 2010
Eficiência - Custo da Fiscalização (ICF) – Recursos financeiros despendidos / N° de estabelecimentos fiscalizados							
ICF	R\$	48,84	68,25	101,77	111,6	173,86	128,53
Eficiência – Custo da Fiscalização Amostras (ICFa) – Recurso financeiro despendido / N° de estabelecimentos fiscalizados (amostras coletadas)							
ICFa	R\$	17,63	19,76	23,83	29,96	41,88	31,6
Eficiência -Produtividade do Serviço de Fiscalização (ICOF) - N° de estabelec. fiscalizados /N° de Técnicos envolvidos							
ICOF	N°	56,26	59,73	42,95	63,06	54,0	355,33
Eficiência -Produtividade do Serviço de Fiscalização Amostras (ICOFa)- N° de Estabelecimentos Fiscalizados (amostras coletadas) /N° de Técnicos envolvidos							
ICOFa	N°	155	134	199	228	224	187
Produção - Estabelecimentos Fiscalizados (IFE)- N° de estabelecimentos fiscalizados /Ano							
IFE	N°	422	448	264	350	251	335
Eficiência -Indicador de amostras coletadas (IAC)- N° de Amostras Coletadas /Ano							
IAC	N°	1169	1547	1127	1304	1042	1326
Eficácia -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP arroz	%	87,4	90	92	93	87,25	91,6
Eficácia -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP feijão	%	85,67	73	76	85	83	78
Eficácia -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP amendoim	%	61,11	99	43	99	95,65	80
Eficácia -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP óleo soja	%			92,5	100	89	96
Eficácia -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP óleo canola	%			80	94	93,8	87
Eficácia -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP óleo girassol	%			80	85	84	82
Eficácia -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP óleos milho	%			80%	97	98,8	88

Eficácia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP farinha trigo	%			94	100	100	97
Eficácia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP geral	%	85,37	82,37	85	90	87,7	85,7
Eficácia-Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP ton.	%				94	99,4	94

n = equivalente técnico envolvido na ação.
Fonte: SIPOV/SP

Constatou-se uma queda no índice de conformidade de produto para arroz. Considerando que o padrão foi alterado em 2010 e que a safra foi muito impactada por condições meteorológicas espera-se poder avaliar a continuidade deste efeito.

A conformidade do feijão apesar de ser inferior ao ano de 2009, foi acima da média dos últimos quatro anos.

A edição de norma de Boas Práticas de Produção e Beneficiamento para o amendoim, alterou o foco da fiscalização do produto, provocando um aumento na inspeção dos beneficiadores, orientando a implantação de auto controle com vistas a melhorar a qualidade dos produtos oferecidos ao consumidor.

Os índices de conformidade da farinha de trigo e óleos vegetais de soja, de canola, milho e girassol, ainda possuem poucos parâmetros de comparação.

Como abordado no relatório anterior, foram aprimorados alguns indicadores e assim pode-se fazer a comparação entre o volume de produtos fiscalizados no mercado interno (415.958 t) e o volume de produtos com disparidade (1077 t), o que é apresentado como os índices ICP geral e ICP toneladas, demonstrando a conformidade em 99,4% dos produtos fiscalizados, em toneladas, e 87,7% de conformidade geral nas amostras coletadas.

Os resultados das ações da Classificação Vegetal e seus postos de serviços, credenciados e supervisionados pela Qualidade Vegetal, estão apresentados nos quadros seguintes:

Classificação de Produtos Vegetais Importados						Tabela 20
	un	2006	2007	2008	2009	2010
Produto classificado	N°	15	17	17	17	18
Classificação de produto	t	1.849.000	1.882.000	1.537.676	1.464.907	1.792.047
Taxa arrecadada	R\$	1.353.000	1.374.000	1.154.005	1.102.269	1.350.305
Taxa recolhida	R\$	284.000	300.000	256.189	244.704	299.767

Fonte: SIPOV/SP

Em relação à quantidade de produtos classificados na importação vê-se a recuperação da queda na importação de produtos com padrão de classificação.

Com relação às arrecadações proporcionadas pela Fiscalização da Classificação, o quadro abaixo mostra os resultados dos autos de infrações emitidos.

Número de Multas e Valores Aplicados e Recolhidos						Tabela 21
		2007	2008	2009	2010	
multa aplicada	número	131	151	289	88	
multa recolhida	número	56	63	164	16	
Índice de recolhimento	%	42,75	41,72	56	18,8	
multa aplicada	R\$	692.600	875.388	1.304.589	511.470	
multa recolhida	R\$	209.000	302.000	612.852	354.426	
Índice de recolhimento	%	24,56	40,37	46	69	
valor médio das autuações	R\$	6.496,18	4.953,64	4.514,0	5.812	

Fonte: SIPOV/SP

Podemos considerar que o represamento de julgamentos por falta de fiscais diminuiu o número de multas aplicadas. Faz-se necessário uma análise do tempo médio de relatoria, a fim de diagnosticar pontos para melhoria de processo.

Principais recursos humanos **Tabela 22**

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização
Fiscal Federal Agropecuário	15	4,85
Agente de Atividade Agropecuário	8	5,6

Fonte: SIPOV/SP

Recursos Financeiros

Tabela 23

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMA- DO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)
339014	152.467,50	103.566,00	101.216,80	
339030	7.896,00	8.560,00	4.554,48	681,81
339033		15.200,00	12.036,71	
339039	17.500,00	48.000,00	11.807,17	10.001,69
339093	11.000,00	6.000,00	1.849,30	191,28
SUB TOTAL	188.863,50	181.326,00	131.464,46	10.874,78
449052*		80.200,00		

* foram adquiridos veiculos que ainda estão em fase de entrega e pagamento

Fonte: SIPOV/SP, DAD/SP e SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 24

FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
	188.863,50	181.326,00	142.339,24	78,50
META SIPLAN (prod.fiscalizado)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	1.000.000	1.500.000	1.802.043	120,14

Fonte: SIPOV/SP, DADSP, SIAFI e SIPLAN

2.3.1.3 - Ação 8939 – IPVEGETAL2: Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar e garantir a qualidade, conformidade e segurança dos alimentos e outros produtos e derivados vegetais, e quebrar barreiras sanitárias, proporcionando competitividade e acesso dos produtos brasileiros ao mercado interno e externo.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para o controle de qualidade de alimentos, bebidas, vinagres, café, açúcar, álcool etílico potável e de outros produtos de origem vegetal, sujeitos a contaminantes químicos e biológicos, baseados nos princípios gerais do sistema APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle e seus pré-requisitos (boas práticas - BP e princípios-padrão de higiene operacional - PPHO) e da rastreabilidade nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, auditorias e rastreamento do sistema; credenciamento de órgãos, entidades e profissionais integrantes do processo; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RTs e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas
Área responsável pela execução	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV

Com a finalidade de assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e, a qualidade tecnológica satisfatória de bebidas, vinhos e vinagres, ofertados à população, efetuamos nossa atividade sob o regulamento das Leis: nº 7.678 de 08/11/88 que dispõe sobre

a Produção, Circulação e Comercialização do Vinho e derivados da Uva e do Vinho e nº 8.918 de 14/07/94 que dispõe sobre a Padronização, Classificação, Registro, Inspeção, Produção e Fiscalização de Bebidas, bem como, sobre as disposições de seus Decretos Regulamentares e legislação complementar.

Registro de Estabelecimentos e Produtos

Por disposição legal, toda a bebida ou fermentado acético produzido no país deverá receber seu registro prévio, bem como o estabelecimento que o irá produzir. As operações dirigidas ao registro de estabelecimentos e seus produtos requer uma enorme quantidade de trabalho e ocupa os técnicos por um extenso período de tempo, uma vez que, além da execução direta dessa atividade, precisam conhecer todos os aspectos da legislação em suas constantes alterações para a análise de tais solicitações.

Demanda de serviço por FFA					Tabela 25
	2006	2007	2008	2009	2010
Estabelecimentos Produtores Registrados	839	732	635	643	534
Número de fiscais	8	15	11	10	10
Estabelecimento Registrado / Técnico	105	48	58	64	53

Fonte:SIPOV/SP

Estabelecimentos					Tabela 26
	Registros	Renovações	Alterações	Cancelamentos	Total de operações
2009	131	20	32	123	306
2010	135	24	63	244	466

Produtos					Tabela 27
	Registros	Renovações	Alterações	Cancelamentos	Total de operações
2009	1.012	159	965	514	2.136
2010	2249	230	697	893	4069

Fonte:SIPOVSP

Durante o ano de 2010, a Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB/Brasília disponibilizou a este SIPAG uma força tarefa, com o envio de dois a três fiscais de outras localidades durante o período de onze semanas, entre o primeiro e segundo semestres do ano, a fim de auxiliar nos trabalhos de análise destas solicitações.

Fiscalização de Estabelecimentos

A etapa da fiscalização é considerada o processo mais importante na avaliação do segmento produtivo. Na fiscalização dos estabelecimentos é realizada a avaliação do processo de produção e efetuada coleta de amostra para análises fiscais (físico-químicas e/ou microbiológicas), visando monitorar a qualidade das bebidas e vinagres.

No ano de 2010, o percentual de estabelecimentos inspecionados ficou bem próximo a meta determinada pela Coordenação em Brasília, que foi de 325 estabelecimentos.

Estabelecimentos Produtores Fiscalizados					Tabela 28
	2006	2007	2008	2009	2010
Estabelecimentos produtores registrados	839	732	635	643	534
Estabelecimentos fiscalizados	353	551	510	296	308

Fonte:SIPOV/SP

Resultados Obtidos				Tabela 29
Estabelecimento plena conformidade		Estabelecimento não conforme		
		Fechamento	Autos de Infração	Intimações
2009	140	1	65	53
2010	116	1	43	55

Processos Administrativos					Tabela 30
	Instaurados	Relatados	Julgados	Advertências	Multas Aplicadas
2009	65	104	104	15	R\$ 1.026.134,05
2010	43	83	83	17	R\$ 629.272,00

Fonte: SIPOV/SP

Produtos

Os resultados do desempenho da atividade de fiscalização sobre os produtos durante o ano estão apresentados na tabela a seguir:

Atividades Relacionadas aos Produtos		Tabela 31				
		2006	2007	2008	2009	2010
Produto amostrado	unid.	151	229	314	149	344
Produto Apreendido por inconformidade	unid.	24	34	59	29	107

Fonte: SIPOV/SP

Verifica-se que não ocorreram variações significativas na porcentagem de produtos desconformes, ou seja, cerca de 83% das bebidas e vinagres fiscalizados foram encontrados dentro dos seus respectivos Padrões de Identidade e Qualidade.

O serviço obteve uma resposta positiva quanto à manutenção da conformidade dos produtos, que é o objetivo maior.

A meta deste serviço é a de que pelo menos 90% dos produtos estejam em conformidade com seus “padrões”.

Resultados Analíticos					Tabela 32
	2006	2007	2008	2009	2010
Amostras coletadas	151	229	314	149	194
Resultados disponíveis	167	161	384	169	151
Produtos em conformidade	133	139	290	119	126

Fonte: SIPOV/SP

Informa-se, a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos no ano de 2010, juntamente com a série histórica desses resultados desde o ano de 2006.

Principais Indicadores						Tabela 33
Mnemônico	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010
Eficiência - Produtividade do serviço na Fiscalização (IPF) - N° de estabelecimentos / N° de fiscais						
IPF	N°	44	44	46	64	31
Eficiência - Custo da Fiscalização (ICF) - Recurso financeiro despendido/ N° de estabelecimentos fiscalizados						
ICF	R\$	67,84	70,14	99,86	218.01	220.72
Eficiência - Estabelecimentos Fiscalizados (IEF) - N° de estabelecimentos fiscalizados/ N° estabelecimentos registrados						
IEF	%	42	75	81	46	58
Efetividade - Conformidade de produtos (ICP) - N° de amostras em conformidade/ N° total de análises realizadas						
ICP	%	82	86	76	70,44	84

Fonte: SIPOV/SP

Apesar de ter sido apresentada a série histórica dos índices em questão, a comparação dos dados de 2010 deve ser feita apenas em relação àqueles apresentados para o ano de 2009. A partir de 2009 houve alteração da legislação que regulamenta a fiscalização e inspeção de estabelecimentos produtores de bebidas e registro de produtos. Com a implementação dos Procedimentos Operacionais Padrão, determinados pela Portaria SDA/MAPA n° 215/2008, passou a ser necessária, a partir de 2009, a aplicação da Lista de Verificação no ato da fiscalização do estabelecimento.

Quanto ao índice Produtividade do Serviço na Fiscalização, IPF, apresentado na tabela acima, pode-se verificar que o número de estabelecimentos por fiscal reduziu-se em relação

ao ano de 2009. Isso se justifica pelo fato da meta estabelecida pela Coordenação Geral em Brasília, para o número de estabelecimentos inspecionados, ter sido reduzida em função da necessidade da aplicação da Lista de Verificação que demanda um tempo maior do Fiscal dentro do estabelecimento no ato da fiscalização. Além disso, no ano de 2010, houve um aumento da demanda de registro de produtos, tendo apresentado um aumento de 90% em relação ao ano anterior, fato que exigiu uma dedicação mais intensa dos Fiscais nessa tarefa. Com as alterações de legislação ocorridas ao longo dos anos de 2009 e 2010, houve a necessidade de se reverem as metas a serem alcançadas.

Quanto ao Custo de Fiscalização, ICF, este se manteve constante em relação ao ano de 2009. Em 2009, houve um aumento do custo de fiscalização devido a um aumento no valor das diárias, o que elevou o ICF.

Quanto aos índices relativos a Estabelecimentos Fiscalizados, IEF, e Conformidade de Produtos, ICP, esses sofreram um aumento em relação ao ano de 2009, indicando uma maior eficácia e eficiência deste Serviço, uma vez que indicam que os produtos amostrados estão dentro do Padrão de Identidade e Qualidade estabelecido.

A seguir, serão apresentados os recursos despendidos com a fiscalização de estabelecimentos nos últimos anos a partir de 2006

Resultados Financeiros		Tabela 34				
		2006	2007	2008	2009	2010
Diárias	Unid.	155	257	210,5	211	305
	R\$	14.943	26.711	21.698	23.587	51.133,71
Suprimentos	R\$	8.879	11.940	29.235	7.489	15.861
Total	R\$	23.822	38.651	50.933	31.076	67.981

Fonte: SIPOV/SP

A qualidade do trabalho produzido fundamenta-se nos seguintes itens: a realização de roteiros de fiscalização eficiente, com a finalidade de diminuir o custo de cada fiscalização; atendimento das necessidades dos clientes no tocante às solicitações de Registro de Estabelecimentos; programações de fiscalização e atendimento às denúncias recebidas.

Principais recursos humanos		Tabela 35	
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização	
Fiscal Federal Agropecuário	11	9,5	
Apoio Administrativo	4	100	

Fonte: SIPOV/SP

Recursos Financeiros		Tabela 36		
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)
339014	60.534,00	51.215,32	51.133,71	
339030	31.572,00	27.249,00	5.187,25	
339033	8.228,00	14.260,00	9.765,85	
339039	125.650,00	18.310,00	15.589,09	184,77
339093	12.600,00	6.300,00	1.744,09	193,25
SUB TOTAL	238.584,00	117.334,32	83.419,99	378,02
449052	20.000,00	38.500,00		575,00

* foram adquiridos equipamentos de informática que ainda estão em fase de entrega e pagamento

Fonte: SIPOV/SP; DAD/SP, SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO DA AÇÃO				Tabela 37
FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO % (custeio)
	238.584,00	117.334,32	83.798,01	71,42%

META SIPLAN (estabel.inspecionado)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZA- DO/PROGRAMADO %
	325	325	346	106,46

Fonte: SIPOV/SP, DAD/SP, SIPLAN E SIAFI

O Plano Operativo de 2010 previu a realização da reforma da estrutura física do andar onde se encontra este serviço, tendo sido solicitado o recurso de R\$100.000,00 no elemento de despesa 3390-39. Esse valor ainda não foi disponibilizado pelo órgão central.

Quanto ao valor disponibilizado no elemento 3390-30, informamos que este tem origem em recursos disponibilizados inicialmente no elemento ND 3390-39 para atender as necessidades deste Serviço em análise de isótopos de carbono em amostras de vinho. Devido a problemas técnicos com os equipamentos do laboratório contratado para realização de tais análises, o recurso não foi executado em sua totalidade.

Metas para 2011

Para o ano de 2011, foi estipulada pela Coordenação Geral a meta de fiscalização de 325 empresas neste Estado com a aplicação da nova Lista de Verificação para o controle das atividades nos estabelecimentos fiscalizados.

Para atender-se ao estipulado acima, bem como para que este serviço possa analisar todos os pedidos de registros novos de estabelecimentos e produtos, faz-se necessária a participação de pelo menos três novos fiscais, localizados na Sede, perfazendo-se um mínimo de treze fiscais atuando nessa ação.

Devido ao fato de não ter sido possível realizar a reforma do andar em função da não disponibilidade de recursos orçamentários, foi transferida tal atividade para 2011. Também está prevista a aquisição de móveis de escritório e confecção de armários para guarda de processos de registro de produtos na área de bebidas.

Por fim, em relação aos recursos financeiros estimados para serem gastos no exercício das atividades já programadas, o setor estima em R\$ 420.694,00 o necessário para todo o ano, entre diárias e despesas de locomoção segundo o Plano Operativo Anual referente ao exercício de 2011.

2.3.1.4. AÇÃO: 4723 – RESÍDUOS: Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para as garantias de certificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal em conformidade com os limites máximos de contaminantes químicos e biológicos, estabelecidos pela legislação nacional e internacional relativa à inocuidade dos alimentos.
Descrição	Monitoramento, fiscalização e controle dos produtos importados, exportados e de consumo interno por meio de coletas de amostras desde o produtor até o consumidor final com análises laboratoriais; e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo, possibilitando a identificação dos infratores para possível orientação ou punição.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Qualidade Vegetal/DIPOV/SDA/MAPA Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes/SDA/MAPA
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV Serviço de Saúde Animal - SSA

O controle de resíduos e contaminantes, apesar de não ser uma ação descentralizada para os estados, passa a integrar o Relatório tendo em vista a importância que tal atividade

possui para a saúde pública. É uma ação que, em nível estadual, é desenvolvida por dois setores: SIPOV na área vegetal e SSA na área animal.

ÁREA VEGETAL

Na área vegetal, há um termo de cooperação técnica firmado com a CEAGESP permitindo que no ano safra de 2009/2010, 50% do plano nacional fosse executado pela equipe do SIPOV/SP.

Plano Nacional de Controle de Resíduos (PNCR)

Coletas de Produtos Agrícolas – Ano Safra 09/10*												Tabela 38
	Julho 09	Agosto 09	Setembro 09	Outubro 09	Novembro 09	Dezembro 09	Jan 10	Fev 10	Mar 09	Abril 10	Mai 10	Jun 10
Coletas Programadas	18	39	49	54	42	21	42	48	52	52	30	11
Coletas Efetuadas	18	39	49	54	42	21	42	48	52	52	30	11
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

* em conjunto com CEAGESP – Fonte: SIPOV/SP

Com a finalidade de assegurar a adequada utilização dos agrotóxicos nos produtos de origem vegetal ofertados à população efetua-se a atividade sob o regulamento da IN 42/2008.

A IN 21/09 definiu a quantidade de amostras que seriam realizadas bem com os produtos a serem coletados para o ano safra 2009/2010, em nível nacional sendo que, para o Estado de São Paulo, foi definido o número de 450 coletas de produto. O início das mesmas aconteceu em julho de 2009 e o término em junho de 2010, determinado como ano safra 09/10.

Resultados do Monitoramento do PNCR – Safra 2009/2010				Tabela 39
Cultura	N Amostras Analisadas	N Amostras Conformes	Índice de Conformidade (%)	
Abacaxi	4	3	75	
Alface	30	23	76,67	
Banana	28	28	100	
Batata	11	11	100	
Limão	30	27	90	
Maça	11	2	50	
Mamão	2	2	100	
Manga	14	13	92,89	
Melão	13	13	100	
Morango	19	15	78,95	
Tomate	22	21	95,45	
Uva	12	12	100	
Amendoim	23	23	100	
Pimenta do Reino	11	11	100	

Obs: a coleta de amostras foi realizada no Estado de São Paulo, o que não significa que a produção seja do Estado.

Fonte: SIPOV/SP

Metas para 2011

Para o ano vindouro, foi estipulada pela IN 26/10 a coleta de 450 amostras para o ano-safra 10/11, sendo que foi definida a inclusão de mais três culturas, a de pimentão, alho e laranja às culturas que já participaram do programa do ano-safra anterior. As coletas serão realizadas e enviadas para a análise de resíduos aos laboratórios credenciados junto ao MAPA e custeadas pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes – CCRC/DAS- Brasília.

Para atender ao estipulado acima, ou seja, a realização das coletas em conjunto com a CEAGESP, estará sendo absorvida parte do tempo dos fiscais lotados no SIPOV.

Principais recursos humanos			Tabela 40
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização	
Fiscal Federal Agropecuário	8	0,1	

ÁREA ANIMAL

Plano Nacional de Controle de Resíduos (PNCR) – Programa de Controle de Resíduos e Contaminantes em Carne (PCRCC)

Dentre as atividades desenvolvidas relativas à sanidade dos bovídeos está o controle e a vigilância do uso, em animais, de compostos químicos proibidos no país.

A colheita de amostras de urina de bovinos vivos tem como principal objetivo monitorar as propriedades de criação de bovinos de corte, impedindo que haja abate para o consumo de animais oriundos de criatórios onde se tenha usado drogas veterinárias proibidas no território nacional.

A amostragem anual é aleatória, colhida por 1 (um) FFA do SSA, com a colaboração das UTRAs em propriedades representativas dos sistemas de criação e de tecnologia de produção de carne no país. Funcionários dos Escritórios de Defesa Agropecuária (CDA/SAA-SP) colaboraram com as coletas, fornecendo dados para a amostragem, notificando os produtores, acompanhando os deslocamentos até as propriedades e coletando as amostras.

O uso de drogas anabólicas endógenas (estradiol, testosterona e progesterona) e exógenas (zeranol e trembolona) é bastante restrito e exclusivamente para fins terapêuticos, e não está autorizado para fins de crescimento e ganho de peso em animais destinados ao abate. Os anabolizantes, como promotores de crescimento animal, são drogas prioritárias na relação dos resíduos pesquisados pelo Programa, não só devido à proibição e uso clandestino, mas também porque o Brasil importa carne de parceiros comerciais onde a pecuária de corte confinada utiliza drogas anabólicas aprovadas pela comissão do Codex Alimentarius FAO/WHO.

No ano de 2010, foram programadas 100 coletas, sendo atendido 100% desse total (IQ atpr). Todos os resultados das coletas foram negativos (IQ cfu=100), não tendo sido detectado uso de drogas proibidas que fazem parte do escopo de análise. No período acima referido não houve demanda adicional para realização de coleta.

Programa de Controle de Resíduos e Contaminantes em Carne - PCRCC				Tabela 41
	Unid.	2008	2009	2010
Amostras de urina programadas	un.	100	100	100
Amostras de urina adicionais	un.	18	0	0
Amostras programadas colhidas	un.	100	100	100
Amostras adicionais colhidas	un.	18	0	0
Nº de amostras analisadas	un.	118	100	100
Nº de amostras negativas	un.	118	100	100
Propriedades com colheita	un.	57	48	49
Municípios trabalhados	un.	41	29	26

Fonte: SSA/SP

Principais Indicadores				Tabela 42
	2008	2009	2010	
Eficácia-Indicador de atendimento à programação anual: Amostras programadas colhidas x 100/Amostras de urina programadas				
<i>IQ atpr</i>	100	100	100	
Eficácia-Indicador de atendimento às demandas adicionais: Amostras adicionais colhidas x 100/Amostras de urina adicionais				
<i>IQ atad</i>	100	N/A ¹	N/A ¹	
Eficácia-Indicador de conformidade das amostras de urina: Nº de amostras negativas x 100/Nº de amostras analisadas				
<i>IQ cfu</i>	100	100	100	

(1) Não se aplica devido ao número de amostras colhidas ser zero.

Fonte: SSA/SP

Principais recursos humanos			Tabela 43
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização	
Fiscal Federal Agropecuário	08	0,1	

2.3.1.5 - Ação 4745 - FISCORGEN: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Área responsável pela execução	Serviço de Sanidade Vegetal - SSV

O foco da ação 4745 - Fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados refere-se à fiscalização de atividades de pesquisa efetivamente autorizados/liberados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio em parecer específico. Essa fiscalização objetiva verificar o cumprimento das condições de biossegurança (localização do experimento, espaçamento, bordadura, isolamento físico e temporal, descarte de materiais etc.) determinadas pela CTNBio, conforme estabelecido pelo artigo 39 da seção VI do Decreto nº. 5591 de 22 de novembro de 2005, que regulamenta os dispositivos da Lei 11.105 de 24 de março de 2005. Em caso de decisão técnica favorável sobre a biossegurança no âmbito da pesquisa, a CTNBio remete o processo respectivo aos órgãos e entidades de registro e fiscalização para o exercício de suas atribuições.

As demandas desse tipo de fiscalização são coordenadas e repassadas aos Estados pela Coordenação de Biossegurança de OGM da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através de encaminhamento de cópias dos processos de autorização/liberação da CTNBio.

Principais processos		Tabela 44
Processo Execução	Atividade	Produto
Inspeção /fiscalização de campos experimentais de organismos geneticamente modificados	Inspeção em campos experimentais	Termo de fiscalização CTNBio
	Verificação das condições de contenção	Roteiro anexo ao termo – situação de campo
	Verificação do descarte do produto	Roteiro anexo ao termo – situação de laboratório
	Avaliação Documental	Auto de infração CTNBio

Resultados operacionais

Observa-se que o número de liberações planejadas de experimentos em campo, em 2010, reduziu-se em cerca de 12% em relação ao ano anterior. Todos os campos experimentais com ensaios de OGM aprovados pela CTNBio, instalados e cujos processos foram encaminhados a esta SFA-SP, foram fiscalizados pelo SSV. A tendência é o número de liberações experimentais se manter ou até aumentar em função do desenvolvimento de novos eventos em vegetais geneticamente modificados. Além disso, registre-se a publicação da Resolução CTNBio nº 04 de 2007 que estabelece distâncias mínimas exigidas para o cultivo de milho Geneticamente Modificado em relação a outros cultivos de milho convencional em áreas vizinhas. A SFA/SP, através de ação conjunta SSV e SEFIA, recebeu atribuição da fiscalização de coexistência do plantio de milho. Com a estruturação dos procedimentos de fiscalização e o recebimento de testes imunocromatográficos a partir do 2º semestre de 2009, iniciou-se essa fiscalização. Assim, é necessária a contratação de mais FFAs para atuar nessa área e para

que o Serviço de Sanidade Vegetal continue dando andamento aos trabalhos de forma satisfatória.

Com o trabalho de orientação e ação fiscal deste Serviço nesta área, foram encontradas irregularidades em cinco campos experimentais. De 2003 até 2009, nenhuma irregularidade havia sido encontrada.

Campos Experimentais de Organismos (Vegetais) Geneticamente Modificados **Tabela 45**

	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de experimentos instalados*	15	36	52	60	53
Nº de Fiscalizações realizadas em experimentos	15	36	46	107	94
Nº de Experimentos regulares	15	36	46	60	48

* A meta é fiscalização de 100% dos campos experimentais autorizados pela CTNBio, pelo menos uma vez. A orientação da CBio é fazer 3 fiscalizações (plantio, colheita e monitoramento) por campo, contudo essa orientação não vem sendo seguida pela grande demanda de ações deste SSV-SP.

Fonte: SSV/SP

Fiscalização das distâncias mínimas exigidas para o cultivo de milho GM em relação a outros cultivos **Tabela 46**

	2009	2010
Nº de Fiscalizações	43	52
Nº de Produtores regulares	43	50

Fonte: SSV/SP

O PPA 2008 – 2011 define como indicador o número de fiscalizações realizadas. Em virtude de a meta PPA refletir basicamente demanda de fiscalização emanada por parte da CTNBio, não amparando nenhuma análise do desempenho do sistema liberação, a SFA- SP lança mão dos seguintes indicadores de desempenho no processo de Gerenciamento dessa ação:

Principais indicadores **Tabela 47**

<i>Mnemônico</i>	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Capacidade anual de fiscalização de ensaios com OGM (<i>IOC</i>) - Nº de ensaios fiscalizados/ Ano						
<i>IOC</i>	15	15	36	46	107	94
Produtividade de fiscalização de ensaios com OGM (<i>IOP</i>) - Nº de ensaios fiscalizados/ Nº fiscais envolvidos						
<i>IOP</i>	3,75	7,5	18	15,3	21,4	10,44
Conformidade de ensaios com OGM segundo a legislação (<i>IOQ</i>) - Nº de ensaios regulares x 100/ Nº ensaios fiscalizados						
<i>IOQ</i>	100%	100%	100%	100%	100%	90,57%

Fonte: SSV/SP

Principais recursos humanos envolvidos **Tabela 48**

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização
Fiscal Fed. Agropecuário	12	0,76
Agente de Atividade. Agropecuária	2	0.09
Agente Administrativo	1	0.05

Fonte: SSV/SP

Recursos Financeiros **Tabela 49**

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)
339014	26.600,00	25.318,60	22.854,93	
339030	2.000,00	5.000,00	1.777,64	122,96
339033	0	7.800,00	4.903,30	
339093	3.000,00	1.500,00	668,02	754,57

TOTAL	31.600,00	40.618,60	29.601,89	
Fonte: SSV-SV; DAD-SP; SIPLAN				
RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 50
	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO %
FINANCEIRO	31.600,00	40.618,60	30.479,42	75,04
META SI-PLAN (fisc.realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZA-DO/PROGRAMADO %
	100	100	149	149
Fonte: SSV/SP, DAD/SP, SIPLAN e SIAFI				

2.3.2 - Programa 0357 - Programa Segurança da Sanidade na Agropecuária

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar
Objetivo Específico	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Patrícia Pozzetti – Chefe do Serviço de Saúde Animal - SSA Gilberto Oliveira do Val – Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária - DDA
Público Alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

Principais ações do programa:

2.3.2.1 - AÇÃO 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos - FISCPLANTA2

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada no país de pragas de vegetais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional e certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e análise de risco e quarentena vegetal.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

Principais Indicadores

Tabela 51

Tipo	Indicador	Mnemônico	Formula
Capacidade	Capacidade de fiscalização no trânsito internacional da área vegetal	IC Veg.	$\frac{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}{\text{ano}}$
eficácia	Conformidade no trânsito internacional da área vegetal	IQ Veg.	$\frac{N^{\circ} \text{ de ocorrências} \times 100}{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}$
eficiência	Produtividade do FFA no trânsito internacional da área vegetal	IP Veg.	$\frac{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}{N^{\circ} \text{ FFAs}}$

O quadro abaixo apresenta o Desempenho Operacional da Vigilância Agropecuária no Estado de São Paulo nos últimos 5 anos.

Desempenho operacional					Tabela 52
FISCPLANTA2	2006	2007	2008	2009	2010
IC – Total de Fiscalizações (PPA)	158.309	205.909	370.915	458.709	555.601
Nº Fiscalizações (exportação)	41.856	55.441	38.415	44.415	33.115
Nº Fiscalizações (importação)	116.453	150.468	332.500	414.294	522.486
Nº de Ocorrências	13.404	11.481	19.232	16.251	17.715
Nº Certificados Fitossanitários	14.289	44.339	31.048	37.298	32.198
Nº FFAs (engenheiros agrônomos)	69	70	63	63	65
Servidores Nível Médio	7	8	8	2	6
IP – Nº Fiscalizações / FFA	2.294	2.942	5.888	7.281	8.547
Nº Certificações / FFA	207	633	493	592	495
IQ – Nº Ocorrências / Fiscalizações	8%	6%	5%	3,5%	3,2%

Fonte: DDA-SP

Resultados da Ação

O principal indicador assumido para esta ação é o Indicador de Capacidade (IC) Total de Fiscalizações, e que está previsto no PPA. Seu cálculo é obtido pela somatória dos seguintes documentos: termos de fiscalização emitidos, requerimentos de fiscalização de embalagem de madeira despachados, termos de fiscalização do trânsito internacional de passageiros emitidos, termos de retenção de mercadoria/produto e termos de fiscalização de bagagem/encomenda emitidos.

O número de fiscalizações apresentou incremento muito forte em 2010, influenciado diretamente pelo aumento da fiscalização de embalagens e suportes de madeira que alcançaram 480.569 fiscalizações, ou seja, representaram 86,5% de toda importação fiscalizada. Conforme legislação vigente, todas as mercadorias importadas acondicionadas em embalagens ou suportes de madeira devem ser submetidas à fiscalização da Vigilância Agropecuária - VIGI-AGRO. O projeto para a Revisão da Instrução Normativa MAPA nº 04/2004, que trata da fiscalização da totalidade dos produtos importados para verificação de presença de embalagens e pallets de madeira, requer urgência. No que se refere à exportação, o indicador permaneceu 26,5% abaixo da média dos quatro anos anteriores, que foi de 33.115 fiscalizações, a diminuição é explicada por fatores como a taxa cambial desfavorável às exportações. Este indicador é diretamente dependente da variável demanda, que foi atendida em 100%.

O indicador de Produtividade, influenciado diretamente pela fiscalização de embalagens e suportes de madeira, apresentou evolução altamente favorável, atingindo 8.547 fiscalizações por FFA-EA. Esta média alta de produtividade não tem comparação com nenhuma outra unidade da federação.

O número total de ocorrências diminuiu, considerando-se os percentuais, passando de 3,5% em 2009 para 3,2% em 2010. Observa-se que este indicador tem sido reduzido ano a ano, fruto das orientações que têm sido prestadas aos usuários, nas repartições, através de manuais e folders, ou através do sítio eletrônico do MAPA.

Permanece como fator de preocupação, para o gestor do Sistema, a pouca capacidade da instituição para reposição ou ampliação dos recursos humanos.

Apesar da realização de concursos públicos nos últimos anos, o número de servidores contratados não foi suficiente para superar, nem tampouco igualar, o número de servidores que se aposentaram no período. Dos 61 fiscais federais agropecuários com formação em engenharia agrônoma (FFA-EA), 12 (doze) já possuem condições de aposentadoria, ou obterão condições nos próximos 2 (dois) anos. E duas das Unidades (SVA-Guarulhos e SVA-Viracopos) não dispõem de servidores administrativos ou agentes de atividades agropecuárias em seus quadros que possibilitem um melhor aproveitamento dos servidores de nível superior

nas atividades de real relevância para a vigilância agropecuária internacional, uma vez que se ocupariam das atividades de gerenciamento burocrático dos recursos físicos das instalações documentação e insumos.

Unidades Executoras

O quadro a seguir apresenta comparativamente o desempenho operacional das unidades executoras localizadas no Porto de Santos (SNT), Aeroporto de Guarulhos (GRU), Aeroporto de Viracopos (VCP) e a soma das unidades regionais (UTRA/SFA-SP) que atendem nos Portos Secos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

Desempenho Operacional por Unidade					Tabela 53
2010 - FISCPLANTA2	SNT	GRU	VCP	UTRAS	TOTAL
IC – Total de Fiscalizações (PPA)	192.832	310.272	32.125	20.372	555.601⁽³⁾
Total de Ocorrências	5.115	2.924	8.819	857	17.715
Total Proibição de Importação	1	57	6	0	64
Nº Total Fiscalização (importação)	177.867	298.065	26.875	19.679	522.486
Nº Fiscalização Prod. Vegetais	33.899	4.621	2.546	851	41.917
Nº Fiscalização Embal. Madeira					480.569
% Fiscalização Embal. Madeira ⁽¹⁾	143.968 74,7%	293.444 94,6%	24.329 75,7%	18.828 92,4%	86,5%
Autorização De Trânsito Aduaneiro	24	7	12	0	43
Ocorrências Importação					17.235
	4.828	2.864	8.708	835	
Nº Fiscalizações (exportação)	14.965	12.207	5.250	693	33.115
Nº Certificados Fitossanitários (CF)	14.963	12.338	4.745	152	32.198
Ocorrências Exportação	287	60	111	22	480
Proibições de Exportação	0	38	28	0	66
Nº FFAs (engenheiros agrônomos)	23	16	12		65
				11 ⁽²⁾	
IP – Nº Fisc. Produtos Vegetais / FFA	2.125	19.392	2.142	1.852	8.547
IP – Nº Inspeções Madeira / FFA	6.529	18.340	1.622	1.712	7.393
Nº Certif .Fitossanitários / FFA	651	771	316	14	495
IQ – Nº Ocorrências / Fiscalizações	1,9%	0,5%	2,1%	3,2%	3,2%

⁽¹⁾ Refere-se à participação percentual das fiscalizações de embalagens e suportes de madeira no total de fiscalizações na importação de mercadorias. O indicador médio encontrado de 90,1% reforça a necessidade de modernização da legislação referente à fiscalização destes itens.

⁽²⁾ FFA-EA com dedicação compartilhada com outras Ações da SFA-SP.

⁽³⁾ O número difere do lançado no SIPLAN, pois foi atualizado após o fechamento do sistema.

Fonte: DDA/SP

A Certificação Fitossanitária (CF) é atividade de grande relevância, pois é o documento oficial brasileiro que visa assegurar a condição fitossanitária dos produtos vegetais, conferindo credibilidade para ingresso das mercadorias brasileiras em território dos países importadores. Em 2010, cada FFA-EA emitiu, em média, 495 Certificados Fitossanitários. Este indicador alcançou seu valor máximo no SVA-GRU, com 771 CF/FFA-EA.

Com a instituição da Instrução Normativa 49/2009, ocorreu um notável decréscimo na emissão de Autorizações de Declarações de Trânsito Aduaneiro devido à dispensa da fiscalização no recinto alfandegado de ingresso no país e emissão de ADTA os envios acondicionados em contenedor fechado e lacrado, sob controle aduaneiro da Receita Federal do Brasil, contendo produtos e insumos agropecuários não relacionados pelas áreas técnicas e os que

possam conter embalagens ou suportes de madeira bruta, quando destinados a recinto alfan-
degado que disponha de unidade ou serviço de Vigilância Agropecuária Internacional.

Recursos Financeiros			Tabela 54	
ELEMENTO DE DESPESA	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)	A EXECUTAR
339014	207.410,00	163.397,95		
339030	15.253,00	10.660,46	1.500,50	
339033	51.000,00	33.081,77		
339039	20.200,00	10.466,00	2.653,00	
339093	1.000,00	492,50	468,00	
339193	500,00	0		
SUB TOTAL	295.363,00	218.098,68		
449052*	140.800,00			139.587,00

*foram adquiridos moveis que ainda estão em fase de entrega e pagamento

Fonte: DDA/SP, DAD/SP, SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 55
	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO (custeio)
FINANCEIRO	Por tratar-se de ação que atua conforme demanda não há programação prévia	295.363,00	222.720,18	75,41*
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO COR-RIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO
META SIPLAN (fiscalização realizada)	387.509	415.657	510.767	123%

*O baixo índice justifica-se pelo fato de ser uma ação fundamentalmente de demanda. Dessa forma não houve necessidade de usar todos os recursos recebidos.

Fonte: DDA-SP/ DAD-SP, SIPLAN E SIAFI

2.3.2.2 Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produto - FISCANIMAL2

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população. Inspeccionar a qualidade dos produtos pecuários no trânsito internacional e certificar a sanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

Principais Indicadores

Tabela 56

Tipo	Indicador	Mnemônico	Formula
Capacidade	Capacidade de inspeção de partidas no trânsito internacional da área animal	IC Anim	$\frac{\text{Nº Fiscalizações}}{\text{Ano}}$
Eficácia	Conformidade no trânsito internacional da área animal	IQ Anim.	$\frac{\text{Nº Ocorrências} \times 100}{\text{Nº. Fiscalizações}}$
Eficiência	Produtividade por Fiscal Federal Agropecuário (FFA) no trânsito internacional da área animal	IP Anim.	$\frac{\text{Nº. Fiscalizações}}{\text{Nº. FFAs}}$

Desempenho operacional					Tabela 57
2009 - FISCANIMAL2	2006	2007	2008	2009	2010
IC – Nº Fiscalizações (PPA)	59.016	40.146	76.265	93.215	92.731
Número total de Ocorrências	2.071	1.078	5.484	8.367	7.242
Número de Fiscalizações (importação)	13.596	16.063	23.495	25.360	30.687
Número de Fiscalizações (exportação)	45.420	24.083	52.770	67.855	62.044
Certificados Zoosanitários	1.931	4.022	5.352	4.184	5.653
Certificados Sanitários	25.398	7.197	6.727	4.256	4.640
Nº DE FFA (médicos veterinários)	25	25	38	43	42
IP – Nº Fiscalizações/FFA	2.361	1.606	2.007	2.168	2.208
Nº Certificados / FFA	1.093	449	318	196	245
IQ – Ocorrências / Fiscalizações	3,5%	2,7%	7,0%	9,0%	7,8%

Fonte: DDA/SP

Comparando-se com o desempenho operacional no ano anterior (2009), observa-se um decréscimo de 0,52% no número de fiscalizações desta Ação em 2010 ocorrido nas exportações (8,56%), o que é explicado pelo câmbio desfavorável às exportações, ainda que o índice total tenha sido levemente corrigido pelo aumento de fiscalizações de importações (21%), também favorecido pela situação cambial vigente.

Na Ação FISCANIMAL2, intensifica-se a preocupação do gestor com relação à pouca capacidade da instituição em repor os recursos humanos. Apesar das remoções promovidas em anos anteriores, o número de servidores ainda não é suficiente para acompanhar a demanda pelo serviço veterinário, tendo em vista que dos 42 fiscais federais agropecuários de 2010 com formação em medicina veterinária (FFA-MV), lotados nas Unidades VIGIAGRO de São Paulo, vários possuem condições de aposentadoria ou a obterão nos próximos 2 (dois) anos, com previsão de redução ainda mais acentuada da força de trabalho.

Esta Ação opera por demanda, e está sujeita às oscilações do mercado internacional de produtos e insumos pecuários, influenciado, por taxas cambiais, fiscais e outras variáveis. Em 2010 todos os requerimentos de fiscalização foram atendidos (100% de atendimento).

Unidades Executoras

O quadro a seguir apresenta comparativamente o desempenho operacional das unidades executoras localizadas no Porto de Santos (SNT), Aeroporto de Guarulhos (GRU), Aeroporto de Viracopos (VCP) e a soma das unidades regionais (UTRA/SFA-SP) que atendem nos Portos Secos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil, incluindo-se aí o atendimento aos correios.

Desempenho Operacional por Unidade					Tabela 58
FISCANIMAL2	SNT	GRU	VCP	UTRAS	TOTAL
IC – Nº Fiscalizações (PPA)	58.994	18.888	13.411	1.438	92.731
Nº Certificações	5.071	3.367	1.848	7	10.293
Ocorrências	6.165	251	532	294	7.242
Proibições	-	33	42	291	366
Número de Fiscalizações (importação)	10.873	15.002	3.445	1.367	30.687
Ocorrências importação	2.636	217	351	294	3.498
Proibições Importação	-	28	15	291	334

Número de Fiscalizações (exportação)	48.121	3.886	9.966	71	62.044
Certificados Sanitários (CSI)	4.488	47	98	7	4.640
Certificados Zoossanitários (CZI)	47	3.320	1.750	-	5.117
Número total de Ocorrências	3.508	34	181	-	3.723
Proibições Exportação	-	5	27	-	32
Nº DE FFA (médicos veterinários)	13	16	10	3 ⁽¹⁾	42
IP – Nº Fiscalizações/FFA	8.240	1.423	2.338	503	3.685
Nº Certificados/FFA	349	210	185	2	232
IQ – Ocorrências / Fiscalizações	5,74%	1,10%	2,28%	19,48%	2,26%

⁽¹⁾ FFA-MV com dedicação compartilhada com outras Ações da SFA-SP.

Fonte: DDA/SP

A Certificação Sanitária e Zoossanitária é atividade de alta importância desempenhada pela fiscalização federal agropecuária, pois trata do documento oficial brasileiro que visa assegurar a condição sanitária dos animais e dos produtos de origem animal exportados, conferindo credibilidade internacional para ingresso das mercadorias brasileiras em território dos países importadores.

Em 2010, cada FFA-MV emitiu, em média, cerca de 232 Certificados Sanitários ou Zoossanitários. No SVA-Guarulhos foram emitidos 3.320 Certificados Zoossanitários que, na sua maioria, viabilizaram as viagens internacionais de animais de companhia (cães e gatos). Já no SVA-Viracopos os 1.750 Certificados Zoossanitários foram emitidos majoritariamente para outros animais (eqüinos, bovinos, suínos, etc.). No SVA-SNT predomina a Certificação Sanitária de produtos de origem animal não comestíveis.

As importações feitas através da ECT - Empresa de Correios e Telégrafos apresentaram aumento significativo, o que justifica o maior número de proibições de importação, 291, na coluna: UTRAs (são os fiscais lotados nelas os responsáveis por fiscalizar a entrada via ECT).

É importante que seja dado tratamento preferencial as demandas pela publicação da Instrução Normativa para Importação de Materiais de Pesquisa na área animal, colocada em consulta pública através da Portaria nº 110, de 28 de maio de 2009 e que se encontra em análise pela Consultoria jurídica do MAPA; também a normatização para a implementação do passaporte para trânsito de cães e gatos previsto pelo Decreto nº 7.140, de 29 de março de 2010, deve ter prioridade de análise, pois a adoção das medidas previstas amenizará os transtornos aos clientes dos vôos internacionais que viajam com seus cães e gatos de estimação, liberando os FFA MV para outras atividades.

Recursos Financeiros			Tabela 59
ELEMENTO DE DESPESA	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)
339014	117.000,00	92.510,24	
339030	20.000	19.462,00	
339033	15.500	10.349,71	
339039	20.000	6.336,00	
339093	3.500,00	166,10	67,30
SUB TOTAL	176.000,00	122.488,05	
449052	94.500,00	4.310,06	87.492,50

Fonte: DDA/SP, DAD/SP, SIAFI e SIPLAN

RESUMO GERAL DA AÇÃO			Tabela 60
FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)
	Por tratar-se de ação que atua conforme	176.000,00	122.555,35
			69,63

	demanda não há programação prévia			
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO COR- RIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
META SIPLAN (fiscalização realizada)	104.994	94.857	92.731	97,76

Fonte: DDA/SP, DAD/SP, SIAFI e SIPLAN

Fiscalização de Passageiros de Vôos Internacionais

Uma das atribuições da Vigilância Agropecuária, comum às Ações FISCANIMAL2 e FISCPLANTA2, é fiscalizar as bagagens de passageiros oriundos de vôos internacionais que, não raramente, costumam trazer produtos de origem animal ou vegetal, que apresentam risco de veicularem pragas ou doenças. Nacionalmente, esta atuação é mais intensa no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, por onde desembarcaram em 2010 mais de 4,4 milhões de passageiros de vôos internacionais. Através dos escâneres de raio-x do Ministério da Agricultura, operados com o apoio da Receita Federal do Brasil, foram fiscalizadas quase 900 mil bagagens – equivalente a 20% do número de passageiros. Entende-se que este indicador ainda é insuficiente para garantir efetividade a esta ação. Isto porque, dentre outras razões, o fluxo de passageiros de vôos internacionais é superior a capacidade fiscalizatória em face dos recursos humanos disponíveis, a concentração de vôos em determinados horários e a ampla área de abrangência a ser coberta pela equipe de FFAs (dois terminais de passageiros, terminais de carga de importação e de exportação, duty-free, bagagem desacompanhada e empresas de remessas expressas - Courier). Dessa forma, a fiscalização tem sido intensificada em vôos considerados de maior risco sanitário.

Fiscalização de Passageiros no Aeroporto de Guarulhos	Tabela 61
Nº Passageiros Internacionais	4.244.963
Nº Bagagens Escaneadas	1.714.311
Nº Termos de Fiscalização Bagagem	12.308
Nº Termos de Retenção	2.325
Nº Termos de Destruição	308
Aprensões (Kg)	26.350

Fonte: DDA/SP

Teve início em dezembro/2008, a implantação de um sistema informatizado (SISVI-GIAGRO) no SVA Guarulhos, o qual se mostrou adequado para controle, gerenciamento de dados e emissão de documentos e relatórios, proporcionando confiabilidade na coleta e armazenamento de dados estatísticos, permitindo gestão estratégica das Ações da Vigilância Agropecuária. O mesmo sistema foi autorizado a rodar no SVA Viracopos com idêntico resultado satisfatório para clientes e servidores.

A Coordenação Geral de Tecnologia da Informação iniciou em 2010 a implantação em caráter de teste do Sistema de Informações Gerenciais do VIGIAGRO (SIGVIG) no SVA-Santos, com a expectativa de plena implantação a partir de 2011, o que ainda não ocorreu em relação a diversos segmentos de atuação da Vigilância Agropecuária, conforme recomendação da Instrução Normativa MAPA 36/2006. Este documento legal cita ainda a necessidade de previsão pelo SIGVIG do atendimento a demandas de emissão de documentos sanitários e certificação internacional, nas áreas animal e vegetal. Tal sistema, diferentemente do SISVI-GIAGRO, opera em base web e mesmo que já se encontre em funcionamento, ele precisa de ajustes que atendam ainda na fase de programação aos interesses das Unidades VIGIAGRO antes que esses módulos atinjam a fase de produção. Se tal fato ocorrer, as correções de desvios e inadequações se mostrarão mais complexas e onerosas; desta forma a participação mais ativa dos servidores dos SVA-Santos, SVA-Guarulhos e SVA-Viracopos no delineamento do aplicativo web deverá ser levada em conta.

Treinamento

Em 2010, foram realizadas Reuniões Técnicas e de Harmonização de Procedimentos, assim como Cursos de Treinamento e de Classificação Vegetal. Houve também, organizada

pela SFA/SP, uma primeira Palestra, junto à AGU, com maciça participação de FFA das Unidades do Vigiagro sobre Aspectos Jurídicos de Fiscalização; conforme quadro abaixo:

Tabela 62

Curso / Treinamento	Nº de Fiscais
Curso de Elaboração e Gestão Estratégica de projetos	02
Curso sobre Comércio Exterior	01
Fiscalização de Pragas de Madeira	24
Curso sobre Ácaros Quarentenários	02
Cursos de Classificação vegetal	06
Palestra "Aspectos Jurídicos de Fiscalização" na A.G.U	31
XIV ENFIT (Encontro Nacional de Fitossanitaristas)	04

Fonte: DDA-SP

Análise Crítica da Gestão de Recursos Humanos

Nos últimos anos, as unidades do Vigiagro receberam reforço na lotação de fiscais federais agropecuários, porém ainda não se adequou o numero de servidores ao aumento da demanda de trabalho pela vigilância agropecuária internacional com o número de servidores, especialmente servidores de nível médio, destacando-se a extrema carência de servidores de apoio administrativo. Os Serviços de Vigilância Agropecuária nos Aeroportos Internacionais de Guarulhos e de Viracopos não possuem nenhum agente administrativo. Abaixo apresentamos quadro de necessidades de recursos humanos:

Recursos Humanos Necessários **Tabela 63**

UNIDADE VIGIAGRO	AGRONÔMOS			VETERINÁRIOS			TÉC. NÍVEL MÉDIO			ADMINISTRATIVOS		
	exist	neces	def	exist	neces	def	exis	neces	def	exist	neces	def
Porto de santos	25	40	15	13	20	7	5	15	10	8	20	12
Aeroporto de Guarulhos	17	25	8	16	25	9	1	5	4	0	6	6
Aeroporto de Viracopos	12	16	4	10	12	2	0	2	2	0	4	4
Ceagesp	3	3	0	0	2	2	0	0	0	0	1	1
Déficit Funcional						20			16			23

Trânsito Internacional de Animais e Produtos de Origem Animal – SSA

O Serviço de Saúde Animal no Estado de São Paulo – SSA/SP atua segundo a Portaria Nº. 428/2010. O controle do trânsito internacional é realizado através da fiscalização da importação e exportação de animais vivos, produtos e derivados de origem animal e de materiais genéticos animal em interface com o VIGIAGRO.

Para esta finalidade, são instruídos processos, emitidos pareceres e autorizados previamente o embarque, inclusive no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, dos pedidos de importação e exportação de animais vivos, seus materiais genéticos, e produtos derivados.

Na execução dessas atividades, no que tange às exigências de natureza sanitária, é assegurado pelo cumprimento da legislação específica.

Para fins de exportação de animais de interesse zootécnico e material genético destinado a multiplicação animal, a emissão dos certificados é realizada, mediante parecer prévio do SSA, nos postos de egresso do país, uma vez que se faz necessária uma verificação “in loco” dos animais ou materiais que estão sendo exportados.

O SSA desempenha um papel importante nas ações de defesa sanitária animal que são barreiras para evitar a entrada de doenças exóticas ou não ao rebanho brasileiro. Como pode ser observado na tabela abaixo, o estado de São Paulo devido às suas características, tem apresentado, ao longo dos anos, um grande volume de todos os procedimentos relacionados ao trânsito internacional de animais vivos e seus produtos.

Controle do Trânsito Internacional de Animais e de Produtos de Origem Animal						Tabela 64
Atividade	Um	2006	2007	2008	2009	2010
Certificado Internacional de Pré-Exportação (**)	Nº	*	*	*	11	34
Autorização de Importação de animais vivos e material de multiplicação	Nº.	658	727	*	*	*
Autorização de importação de animais vivos, material de multiplicação e produtos de origem animal não comestíveis	Nº	*	*	1392	1.061	1.208
Anuências Prévias para Importação	Nº.	12.273	12601	13720	15.299	16.904
Autorizações de exportação de animais vivos e materiais de multiplicação animal	Nº.	1.019	1086	1.600	1.591	1.941
Autorizações de importação de produtos de origem animal, não comestíveis, e autorizações de embarque no SISCOMEX	Nº.	562	384	*	*	*

** : Atividade iniciada em 2009.

* Devido a alterações de procedimentos do serviço, a contagem das autorizações de Importação de Animais Vivos, Material de Multiplicação e de Produtos de Origem Animal não Comestíveis foram unificados a partir de 2008

Fonte: SSA/SP

Principais indicadores						Tabela 65
Mnemônico	2006	2007	2008	2009	2010	Meta
Capacidade - Indicador da capacidade anual de análise de solicitações de Autorização de Importação de animais vivos e material de multiplicação (<i>Iaia</i>) - Nº de solicitações analisadas / Ano						
<i>Iaia</i>	658	727	1.392	1.061	1.208	Demanda
Eficiência - Indicador da produtividade de emissão de Autorização de Importação de animais vivos e material de multiplicação efetuadas por técnico (<i>Ipai</i>) - Nº de solicitações analisadas / Nº de técnicos do serviço						
<i>Ipai</i>	329	181,75	348	265,25	241,6	Demanda
Eficácia - Indicador de eficácia na análise de solicitações Anuências Prévias para Import. POA efetuadas em até 5 dias (<i>Ieapoa</i>) - Nº de solicitações analisadas em até 5 dias x 100 / Nº de solicitações						
<i>Ieapoa</i>	100%	100%	100%	100%	100%	Demanda

Fonte: SSA/SP

As demandas do SSA/SP, no que diz respeito ao trânsito internacional, são atendidas por apenas cinco Fiscais. Entende-se ser necessário que esse número seja aumentado, devido ao grande volume de atividades desenvolvidas no estado de São Paulo.

2.3.2.3 - Ação 2134 – VIGIFITO - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Vegetal - SSV

Resultados Operacionais

Esta ação objetiva o cumprimento das normas fitossanitárias que disciplinam a entrada e a saída de sementes, mudas, bulbos, rizomas e tubérculos, além da realização de supervisões periódicas do trânsito interestadual, realizadas por meio do acompanhamento das ações desenvolvidas pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo nos postos de fronteira e

também nos postos de fiscalização volantes. Também contempla a supervisão da quarentena de material importado para pesquisa científica.

Outra ação do SSV/DDA-SP é a emissão de pareceres fitossanitários em processos de importação de produtos destinados à alimentação animal (RIPAA) e destinados a fertilizantes e corretivos, tendo sido emitidos em 2010, respectivamente, 1423 e 36 pareceres.

Macroprocesso: Intercepção de Pragas

As intercepções de pragas quarentenárias ou limitantes à cultura são ações de extrema importância para a agricultura nacional, pois previnem a entrada de pragas que poderiam comprometer o desempenho do setor.

Observa-se que 2010 o número de intercepções quase quadruplicou em relação ao ano anterior. Do ponto de vista de defesa fitossanitária, este número é expressivo, sinalizando que a vigilância em material de propagação deve estar sempre se aperfeiçoando. O aumento do número de análises de laudos de Diagnóstico Fitossanitário deve-se à contribuição de funcionários administrativos da UTRA-Ipanema e estagiários contratados pelo MAPA que organizaram os documentos e montaram processos para análise e alimentação do banco de dados, permitindo o atendimento de toda a demanda desde 2006.

Intercepção de Pragas na Importação de Material de Propagação Vegetal						Tabela 66
	2006	2007	2008	2009	2010	
Nº Amostras de Diagnostico Fitossanitário	773	881	893	1189	1335	
Nº laudos analisados	2276	2203	3072	4137	4193	
Nº Intercepções de pragas	13	12	24	12	42	
Nº Amostras dentro do padrão	760	869	869	1177	1293	

Fonte: SSV-SP

Principais Indicadores								Tabela 67
Mnemônico	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010	Meta	
Capacidade - Capacidade anual de análise de laudo de diagnostico fitossanitário de material de propagação vegetal (ILDC) - Nº de Laudos analisados/Ano								
ILDC	Nº	2276	2203	3072	4137	4193	demanda	
Efetividade - Conformidade do material de propagação vegetal importado livre de pragas quarentenárias ou limitantes à cultura (ILDQ) - Nº amostras dentro do padrão x 100 / Nº amostras analisadas								
ILDQ	%	98,3	98,6	97,3	98,99	96,85	90	

Fonte: SSV/SP

Macroprocesso: Material de propagação vegetal

O material de propagação vegetal tem grande risco de disseminação de pragas de importância agrícola e por isso é feita análise, conforme a legislação vigente, de solicitações de exportação e importação de material de propagação.

Observa-se que o número de exportação e importação, em geral, são equivalentes, sendo que mais de 90% são deferidos. Contudo, o prazo para análise estabelecido pela legislação, que é de 5 (cinco) dias, foi cumprido em 99,4% em 2010, não sendo na totalidade devido à falta de documentos a serem apresentados pelo interessado e ao aumento da demanda de serviço do SSV.

Solicitações de importação/exportação de material de propagação vegetal recebidas						Tabela 68
	2006	2007	2008	2009	2010	
Nº Solicitações de Importação recebidas	1025	994	1241	1487	1803	
Nº Solicitações de Exportação recebidas	1597	1275	1159	1225	1200	
Nº Solicitações analisadas em até 5 dias	2577	2203	1883	2040	2987	
Nº Solicitações Deferidas	2600	2241	2328	2639	2964	
Nº Solicitações Indeferidas	22	42	72	73	39	

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores	Tabela 69
------------------------	-----------

<i>Mnemônico</i>	<i>Unidade</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>Meta</i>
Capacidade - Capacidade anual de análise de solicitações de importação/exportação de material de propagação vegetal (IMVCs) - N° de solicitações analisadas/Ano							
<i>IMVCs</i>	<i>N°</i>	2622	2269	2400	2712	3003	d demanda
Eficácia - Eficácia na análise de solicitações de importação/exportação material de propagação vegetal efetuadas em até 5 dias (<i>IMVEs</i>) - N° solicitações analisadas em até 5 dias x 100 / N° solicitações							
<i>IMVEs</i>	<i>%</i>	98,3%	97,1%	78,5%	75%	99,4%	90%
Eficiência - Produtividade de análises de solicitações de importação/exportação material de propagação vegetal efetuadas por técnico. (<i>IMVPs</i>) - N° solicitações analisadas/N° de Técnicos envolvidos							
<i>IMVPs</i>	<i>N°</i>	859	756	800	904	500	
Efetividade - Conformidade das solicitações de importação/exportação de material de propagação vegetal (<i>IMVQs</i>) - N° de solicitações deferidas x 100 / N° solicitações analisadas							
<i>IMVQs</i>	<i>N°</i>	99,1%	98,8%	97,0%	97%	98,7%	99%

Fonte: SSV/SP

Macroprocesso: Supervisão de quarentena de Material de Pesquisa Científica

O Instituto Agrônomo de Campinas-IAC é um dos dois quarentenários oficiais nível 1 do país. No Estado de São Paulo, há também o quarentenário da Emprapa Meio Ambiente (CNPMA), em Jaguariúna, para organismos de controle biológico e o quarentenário da empresa Canavialis, em Campinas.

Pode-se notar uma tendência de aumento do número de quarentenas de material de pesquisa e, conseqüentemente, da necessidade de supervisioná-las.

Supervisão de Quarentena de Material de Pesquisa Científica Tabela 70

	2006	2007	2008	2009	2010
N° Quarentenas instaladas	48	82	175	130	161
N° Quarentenas supervisionadas	19	27	91	120	161
N° Interceptações de pragas	0	0	0	0	0
Quarentenas dentro do padrão (%)	100	100	100	100	100

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores Tabela 71

<i>Mnemônico</i>	<i>Unidade</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>Meta</i>
Capacidade - Capacidade anual de supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVC) - N° quarentenas/ Ano							
<i>IQVC</i>	<i>N°</i>	48	82	175	130	161	d demanda
Eficácia - Eficácia na supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVE) - N° quarentenas supervisionadas x 100/ N° quarentenas instaladas							
<i>IQVE</i>	<i>%</i>	39,6	32,9	52	92	100	100
Eficiência - Produtividade de supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVP) - N° quarentenas supervisionadas /N° técnicos envolvidos							
<i>IQVP</i>	<i>N°</i>	24	41	87,5	60	161	--
Efetividade - Conformidade na quarentena de material de pesquisa científica. (IQm) - N° de quarentena conforme x 100 / N° total de quarentena							
<i>IQVQ</i>	<i>%</i>	100	100	100	100	100	99

Fonte: SSV/SP

Principais recursos humanos Tabela 72

<i>Cargo</i>	<i>Número</i>	<i>Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização</i>
Fiscal Federal Agropecuário	11	4,90

Agente de Atividade Agropecuária	1	0,20
Agente Administrativo	1	0,20

Obs: FFas do VIGIAGRO auxiliam nessa ação.

Fonte: SSV/SP

Recursos Financeiros					Tabela 73
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)	A EXECUTAR
339014	101.759,94	90.600,00	90.288,87		
339030	9.000,00	9.000,00	3.428,92	750,32	
339033	5.000,00	5.000,00	4.165,47		
339093	10.200,00	8.000,00	1.496,74	244,95	
SUB TOTAL	125.959,94	112.600,00	99.380,00	995,27	
449052*		1.062.303,05			1.062.303,00

*foram adquiridos veículos que ainda estão em fase de entrega e pagamento

Fonte: SSV/SP, DAD/SP, SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO					Tabela 74
FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO	
	125.959,94	112.600,00	100.375,27	89,14	
META SIPLAN	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %	
	200.000,00	142.133	142.133	100	

Fonte: SSV/SP, DAD/SP, SIPLAN E SIAFI

2.3.2.4 - Ação 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola - ERRADMOSCA

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da "Bactrocera carambolae" e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Áreas responsáveis pela	Serviço de Sanidade Vegetal - SSV

Resultados Operacionais

Em 2004, após a ocorrência da *Bactrocera carambolae* no Amapá, iniciou-se o programa de Erradicação da Mosca da Carambola em todos os Estados da Federação. Atualmente, o Estado de São Paulo possui o status de “Estado sem ocorrência da praga”. Para que este status seja mantido são realizados quinzenalmente monitoramento de detecção da praga, em pontos de entrada de produtos vegetais, estratégicos para a segurança sanitária.

O monitoramento é realizado através da instalação de armadilhas nos aeroportos internacionais de Guarulhos e Viracopos, no porto de Santos, Terminal Rodoviário do Tietê e nas Centrais de Abastecimentos (CEASAs) de Campinas e de São Paulo, os quais são considerados pontos estratégicos, devido ao grande fluxo de mercadorias e pessoas oriundas de outros Estados e Países, sendo que sua distribuição está de acordo com orientação do órgão central.

A efetividade desta atividade é importante para o cumprimento de acordos internacionais e da fruticultura nacional, garantindo a exportação de frutas e o abastecimento interno, uma vez que esta praga tem muitos hospedeiros e configura-se no cenário internacional como barreira fitossanitária.

Em 2010, o número de armadilhas sofreu remanejamento, com a instalação de uma armadilha no Terminal Rodoviário do Tiete, e a redução de uma armadilha no Aeroporto de Viracopos e duas no Aeroporto Internacional de Guarulhos, conforme orientação da Coordenação Geral em Brasília. Devido à grande demanda de outras ações deste serviço, realizaram-se 91% das supervisões previstas, contudo o objetivo desta ação não foi prejudicado, pois todas as armadilhas foram manuseadas dentro do período de durabilidade do feromônio que é de até 45 dias. Até o momento, não foi encontrado nenhum exemplar desta praga no Estado. A eficácia do programa se mostra através da manutenção do status de Estado livre da praga *Bactrocera carambolae*, o que garante mercado internacional para muitas frutas.

Monitoramento da Mosca da Carambola					Tabela 75
	2006	2007	2008	2009	2010
Área controlada (ha) - (SIPLAN)	248.209	248.209	248.209	248.209	248.209
Nº armadilhas instaladas	15	8	22	17	15
Nº Supervisões programadas nos pontos de monitoramento	4	4	4	24	58
Supervisões realizadas nos pontos de monitoramento	1	4	3	22	53
Nº de FFA envolvidos na supervisão da ação	2	2	2	2	4

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores							Tabela 76
Mnemonico	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010	Meta
Capacidade - Índice de Capacidade de Monitoramento (ICm) - Nº de armadilhas instaladas/Ano							
ICm	Nº	15	8	22	17	15	10
Eficácia - Eficácia na supervisão pontos de monitoramento (IEm) - Nº supervisões realizadas x 100/ Nº supervisões programadas							
IEm	%	25	100	75	92	91.4	100
Eficiência - Produtividade de supervisão dos pontos de monitoramento (IPm) - Nº supervisões realizadas/Nº FFA envolvidos							
IPm	Nº	0,5	2	1,5	11	13.25	--
Efetividade - Conformidade fitossanitária para mosca da carambola em SP (IQm) - Nº moscas encontradas/Nº armadilhas x dias							
IQm	Nº	0	0	0	0	0	0

Fonte: SSV/SP

Principais recursos humanos envolvidos			Tabela 77
Cargo	Número	Equivalente técnico	
		% de dedicação à ação de fiscalização	
Fiscal Federal Agropecuário	04	0,32	
Agente Administrativo	02	0,07	

Fonte: SSV/SP

Recursos Financeiros				Tabela 78
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)
339014	8.000,00	11.260,15	9.735,27	
339030	1.000,00	500,00	100,00	
339033		89,90		
339039	1.600,00	0,00		
339093	2.500,00	1.700,00	359,01	17,20
TOTAL	13.100,00	13.550,05	10.194,28	

Fonte: SSV/SP, DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO					Tabela 79
	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO	
FINANCEIRO	13.100,00	13.550,05	10.211,48	75,36	
META SI-	PREVISTO I-	PREVISTO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %	

PLAN* (área controlada)	NICIAL	CORRIGIDO		
	162.156	751.400	751.400	100

*O Estado de São Paulo é livre desta praga. Assim não há área controlada e sim área prevenida.
Fonte: SSV/SP, SIPLAN e SIAFI

2.3.2.5 - Ação 8572 - Prevenção e Controle de Pragas dos Vegetais e suas partes – PCE-VEGETAL

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Sanidade Vegetal - SSV

Macroprocesso: Prevenção, Controle e Erradicação da Sigatoka Negra - SIGATOKA

Uma das atividades do SSV é a realização de auditorias no Sistema de Mitigação de Risco para *Mycosphaerella fijiensis*, causador da Sigatoka Negra, visando o trânsito interestadual de frutos de banana e plantas, implantado pela Instrução normativa nº 17/2005. Houve propriedades inscritas em quatro regiões: Vale do Ribeira, Sudoeste Paulista, Noroeste Paulista, Campinas e região.

Em 2010, houve aumento de área a plantada dentro do SMR em torno de 529 há e inclusão de novas áreas e novos municípios. Embora tenha sido atingida a meta de 6 auditorias, 4 municípios com UP não foram auditados, correspondendo a uma região produtora. Isso devido à falta de FFAs capacitados para a ação e também devido ao aumento da demanda de atividades nas outras ações e Serviços.

Prevenção e controle da Sigatoka Negra (<i>Mycosphaerella fijiensis</i>)					Tabela 80
Atividades realizadas	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de pontos cadastrados (UP, UC, viveiro, etc)			241	293	308
Área controlada (há)			7090	8717	9246
Nº Supervisões programadas no SMR	3	3	6	6	6
Nº Supervisões realizadas	2	3	6	11	6
Nº FFA envolvidos na ação	3	3	2	6	7

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores

Tabela 81

Mnemônico	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010	Meta
Capacidade - Índice de Capacidade de Supervisão (ICsn) - Nº de auditorias realizadas/Ano							
ICsn	Nº	2	3	6	11	6	demandas

Eficácia - Eficácia na Supervisão (IEsn) - N° auditorias realizadas x 100/ N° auditorias programadas							
IEsn %	%	67	100	100	183	100	100%
Eficiência - Produtividade de Supervisão (IPsn) - N° auditorias realizadas/N°FFA envolvidos							
IPsn	N°	0,67	1	3	1,83	1	1

Fonte: SSA/SP

Macroprocesso: Prevenção e Controle da *Anastrepha grandis* - Cucurbitácea

Outra atividade do SSV/DDA-SP é o acompanhamento do monitoramento da mosca *Anastrepha grandis* que ataca frutos de cucurbitáceas (abóbora, melão, melancia etc.), visando o cumprimento de acordos internacionais. O total de área cadastrada e monitorada em 2010 no Estado de São Paulo foi de 450 hectares, com propriedades inscritas de três regiões: Jales/Paranapuã, Presidente Prudente e Rinópolis.

As Unidades de produção, situadas em municípios previamente inscritos, foram monitoradas por meio de armadilhas com atrativo alimentar, com coleta semanal e posterior análise por entomologistas capacitados. Há cinco anos não é capturado um único exemplar da mosca *Anastrepha grandis* nas propriedades monitoradas, o que garante a eficácia do sistema e a manutenção do programa, que atende as exigências dos países importadores, Argentina e Uruguai.

O número de UPs cadastradas aumentou pela inscrição de várias UPs referentes às culturas de melancia e melão, embora a maior parte desses produtos esteja sendo destinada ao mercado interno brasileiro, em razão de melhores preços recebidos pelos produtores.

A legislação determina que sejam feitas anualmente duas auditorias no Sistema. Em 2010, todas as regiões foram auditadas, sendo visitadas todas as propriedades e UPs cadastradas. São quatro FFAs envolvidos neste SMR, a saber: um da UTRA São José do Rio Preto, dois da UTRA de Presidente Prudente e um da SFA em São Paulo/SP.

Monitoramento da <i>Anastrepha grandis</i> em Cucurbitáceas para Exportação						Tabela 82
Atividades realizadas	2006	2007	2008	2009	2010	Meta
Unidades de Produção inspecionadas	7	5	7	19	20	20
Unidades de Produção cadastradas	7	5	7	19	20	100%
Armadilhas monitoradas	100	60	56	120	112	Demanda
Índice MAD*	0	0	0	0	0	0
Toneladas inspecionadas**	7465	2961	2712	4302	3870	Demanda

* mosca capturada por armadilha por dia

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores							Tabela 83
Mnemônico	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010	Meta
Capacidade - Índice de Capacidade de Inspeção (IHC) - Toneladas de produto inspecionado/Ano							
IHC	N°	7465	2961	2712	4302	3870	demanda
Eficácia - Conformidade de cucurbitáceas inspecionadas (IHQ) - Toneladas aptas a exportar x 100/ Toneladas inspecionadas							
IHQ	%	100	100	100	100	100	100
Eficiência – Produtividade de inspeções de cucurbitáceas por técnico (IHP) -Toneladas de produto inspecionado /N°FFA envolvidos							
IHP	N°	2488,4	987,15	904,1	1377,33	1290	1400
Efetividade – Conformidade de cucurbitáceas exportadas para Argentina e Uruguai (IHE) – Toneladas não rechaçadas x 100 / Toneladas exportadas							
IHE	%	100	100	100	100	100	100

Fonte: SSV/SP

Macro processo: Prevenção e Controle da *Guignardia citricarpa* – Citros

As atividades realizadas nesta ação referem-se à implantação de Sistema de Mitigação de Risco (SMR) da Pinta Preta (*Guignardia citricarpa*), visando à exportação de frutos cítricos “in natura” para a Comunidade Européia.

Para a exportação de citrus, como parte do Sistema de Certificação Fitossanitária, além das medidas fitossanitárias adotadas na produção, há a presença de FFAs diretamente nas Unidades de Consolidação para emissão do Certificado Fitossanitário Internacional. Esta ação assegura uma melhor rastreabilidade dos frutos, melhor controle da sanidade e atende às exigências fitossanitárias dos países importadores.

As ações de inspeção de citrus em 2010 foram realizadas em três unidades de consolidação, sendo elas as empresas: Sucocítrico Cutrale, em Araraquara, Bravis, em Itapetininga e Andrade Sun Farms, em Mogi Mirim.

Em 2010 a área cadastrada no SMR foi de 7.230 há. O cadastro e as inspeções das Ups, aprovadas nos testes de indução laboratoriais são feitas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Foram exportadas em 2010 para a Comunidade Européia 34.377 toneladas de laranjas e tangerinas frescas, correspondentes a 1.364 Certificados Fitossanitários. Desse total, foram rechaçadas cinco cargas por ocorrência de Pinta Preta, todas no Porto de Rotterdam. Nos demais países da União Européia não houve rechaços por *Guignardia citricarpa*. Como os Certificados correspondem a um contêiner apenas, o percentual de rechaço então foi de 0,4%.

Nos testes de indução, realizados antes da liberação para colheita, 106 Ups foram reprovadas e retiradas do Sistema de Mitigação de Risco. Das Ups que foram aprovadas nos testes de indução, 26 Ups foram reprovadas nas inspeções, pré-colheita, realizadas pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal. As inspeções de frutos realizadas nas Casas de Embalamento pelos Fiscais do MAPA constataram a ocorrência de Pinta Preta em frutos de outras 38 Ups, que também foram retiradas do programa de exportação para a Comunidade Européia.

Com a elevação da temperatura, aumento nos índices pluviométricos e maior ocorrência de *Guignardia*, as exportações foram encerradas em 16 de setembro, portanto antes da época prevista.

Exportação de Citros para CE				Tabela 84	
Atividades realizadas	2006	2007	2008	2009	2010
Área controlada (há)	*	*	10.544	7.179	7.230
Nº Unidades de Produção (UP) inspecionadas	35	47	547	428	371
Nº Unidades de Produção (UP) aptas a exportar	*	*	421	323	209
Nº Unidade de Consolidação (UC) inspecionada	8	9	2	3	3
Nº Unidade de Consolidação (UC) cadastrada	8	7	2	3	3

* nos anos anteriores esse macro processo era medido de forma diferente.

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores				Tabela 85
Mnemônico	Unidade	2008	2009	2010
Eficácia – Conformidade de frutos cítricos inspecionados (IFQc) - UP apta a exportar x 100 / UP inspecionadas				
IFQc	%	77,0	75,5	56,3

Fonte: SSV/SP

Principais recursos humanos envolvidos		Tabela 86
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização
Fiscal Federal Agropecuário	12	1,80
Agente Administrativo	1	0,10

Fonte: SSV/SP

Recursos Financeiros						Tabela 87
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)	A EXECUTAR	

339014	39.036,50	37.524,00	33.050,62		
339030	21.297,00	3.750,00	974,67		
339033	12.500,00	23.400,00	22.709,48		
339036		1.889,80	1.889,80		
339039	4.973,50	7.000,00			
339093	6.800,00	2.500,00	321,95	226,97	
SUB TOTAL	84.607,00	76.063,80	58.946,52	226,97	
449052*		1.457.342,00			1.457.342,00

*foram adquiridos veículos que ainda estão em fase de entrega e pagamento

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 88
FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
	84.607,00	76.063,80	59.173,49	77.79
META SIPLAN (área controlada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO COR- RIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	162.156	751.400	751.400	100

Fonte: SSV/SP, DAD/SP, SIAFI e SIPLAN

Convênio com o Fundo de Defesa da Citricultura – FUNDECITRUS

O Fundo de Defesa da Citricultura – FUNDECITRUS é uma sociedade civil sem fins lucrativos (associação de citricultores e indústrias processadoras de frutas cítricas, voltada para a sanidade dos pomares), com sede e foro na cidade de Araraquara/SP. Possui atualmente 04 escritórios, interligados em sistema informatizado, instalados em regiões estratégicas nas principais regiões citrícolas do Estado de São Paulo e áreas adjacentes no Estado de Minas Gerais.

O FUNDECITRUS vem formalizando convênios com o MAPA desde 1998, com o objetivo de defender os interesses da citricultura paulista, tendo como objeto o levantamento fitossanitário da ocorrência do Cancro Cítrico e do Greening em pomares comerciais. Essas ações envolvem a inspeção sistemática dos pomares visando deflagrar a ação de erradicação destas pragas no Estado de São Paulo, aumentando, assim, a competitividade da citricultura paulista com qualidade e produtividade.

Com o convênio firmado em 2008, através do portal de convênios do governo federal, sistema SICONV, sob o nº 702770/2008, liberação do recurso em 2009 e execução em 2009/2010, a entidade inspecionou pelo menos 16,368 milhões de plantas cítricas, na detecção de plantas com sintomas de Cancro Cítrico e/ou Greening, com atendimento a pelo menos 30 municípios do Estado de São Paulo.

2.3.2.6 - Ação 2139 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e insumos - VIGIZOO

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; Capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Área responsável pela	Serviço de Saúde Animal - SSA

execução

Ações Realizadas			Tabela 89
Atividade	Ações	Produtos	Tipo Ação
Fiscalização do trânsito nacional de animais e produtos	Habilitação de médicos veterinários para emissão de Guia de Trânsito Animal Orientação técnica Recebimento e análise de documentação.	Portarias de habilitação de médicos veterinários para emissão de GTA.	DIRETA/ INDIRETA
Liberação de produtos para exportação	Recebimento e análise de documentação.	Certificado zoosanitário de origem / Declarações	DIRETA
Vigilância epidemiológica	Recebimento de dados epidemiológicos, verificação e tabulação.	Ficha epidemiológica mensal Informes epidemiológicos mensais específicos (doenças aviárias, brucelose, tuberculose, raiva).	DIRETA/ INDIRETA

Supervisão das Ações De Defesa Sanitária:

Durante o ano de 2.010, os recursos financeiros foram disponibilizados conforme solicitados, mas o maior obstáculo para a plena execução das ações continuou a ser a deficiência de recursos humanos. No que se refere às supervisões ao órgão estadual de defesa sanitária animal, o reduzido quadro de técnicos do SSA – SP foi um entrave para o pleno desenvolvimento desta atividade. Dos 9 (nove) FFAs lotados na sede e 3 (três) os colaboradores das U-TRAs somente 3 (três) FFAs estão aptos e com disponibilidade para supervisionar 40 (quarenta) Escritórios de Defesa Agropecuária – unidades regionais do órgão executor, sendo que os mesmos ainda coordenam outras ações e colaboram nos demais macroprocessos do Serviço. Tal realidade não permitiu o cumprimento da meta estabelecida que era de 40% do total. Neste ano de 2.010 foi dado prosseguimento ao trabalho de auditoria em empresas avícolas, sendo feitas auditorias em empresas como Aviagen do Brasil Ltda, Hy-line do Brasil Ltda, Cobb-Vantress do Brasil Ltda e Globoaves Ltda.

Trânsito Interestadual de Animais e Produtos:

Atendeu-se à demanda tanto no que se refere à habilitação de Médicos Veterinários para emissão de Guia de Trânsito Animal – GTA, assim como ao credenciamento de Médicos Veterinários para emissão de Certificado de Inspeção Sanitária-Modelo E(CIS – E). Prosseguiu-se com os trabalhos de treinamento e emissão de novas Portarias de Habilitação de Médicos Veterinários para emissão de GTAs no Estado de São Paulo.

Médicos Veterinários treinados e habilitados a emitir GTA e CIS-E		Tabela 90
ESPECIES	NUMERO	
Aves e Ovos Férteis	106 Médicos Veterinários	
Eqüídeos	91 Médicos Veterinários	
Animais Silvestres	4 Médicos Veterinários	
Animais Aquáticos	11 Médicos Veterinários	
Animais de Laboratório	4 Médicos Veterinários	
Suídeos	2 Médicos Veterinários	
Egresso de Eventos	142 Médicos Veterinários	
Total	360 Médicos Veterinários	

Fonte: SSA/SP

Informes Epidemiológicos:

O SSV mantém um estreito relacionamento com os Médicos Veterinários habilitados para recebimento de relatórios mensais via e-mail.

Tal fato confere maior agilidade na troca de informações e na divulgação de normas, mas cabe ressaltar que o recebimento de relatórios ainda está aquém do desejável, embora

tenha havido melhoria em relação à 2009. Hoje há uma média de 293 relatórios recebidos por mês durante este ano de 2010.

Declarações Sanitárias:

Para o segmento exportador, destaca-se a padronização dos Certificados de Conformidade visando subsidiar principalmente as exportações de alimentos para cães e gatos para a América Latina. A emissão atendeu a demanda no intuito de certificar segundo às exigências sanitárias dos países importadores, especialmente no que se refere ao status do Estado e do Brasil com relação à Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca) e Febre Aftosa.

Atividades Desenvolvidas						Tabela 91
Vigilância Zoonosológica e Controle de Trânsito Interestadual 2005-2008						
ATIVIDADE	Un.	2006	2007	2008	2009	2010
Declarações sanitárias para fins de exportações emitidas	Nº.	135	125	334	198	85
Notificação de enfermidades a outros SSAs	Nº.	45	00	00	00	0
Informes epidemiológicos mensais elaborados	Nº.	84	96	96	88	88
Méd. veterinários habilitados para emissão de GTA	Nº.	22	286	64	360	360
Médicos veterinários descredenciados	Nº.	05	816	63	49	70
Médicos veterinários credenciados orientados	Nº.	524	286	300	239	335
Relatórios recebidos e processados	Nº.	3.720	1.850	9.964	2.394	3516
Propriedades atendidas	Nº.	40.186	54.294	61.925	57.150	59.732

Fonte: SSA/SP

No ano de 2006, foi publicada a Instrução Normativa nº 15, a qual regulamentou a nova habilitação de Médicos Veterinários para emissão de GTA em todo território nacional. Devido a este fato em 2007, foram descredenciados todos os 286 antigos médicos veterinários credenciados e habilitados para emissão de GTAs, para as diferentes espécies animais. Em 2008, foram habilitados 64 novos veterinários para esse fim e, em 2009, foi realizada reciclagem geral com nova habilitação de todos, totalizando 409 médicos veterinários habilitados. No entanto, pela falta de desempenho ou descumprimento da legislação, foram desabilitados 49 veterinários, o que totalizou ao final do ano, 360 médicos veterinários habilitados.

Chegou-se ao mês de abril a 430 médicos veterinários habilitados no Estado, os quais foram treinados em curso de reciclagem realizado na CDA/SAA. Porém o total de médicos veterinários habilitados, no estado no mês de dezembro, foi de 360 por conta dos cancelamentos ou suspensões.

Principais Indicadores							Tabela 92
Mnemônico	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010	Meta
Capacidade - Indicador de capacidade anual de habilitação de médico veterinário (ICcrf) – Nº de med.vet.habilitados/Ano							
ICcrf	Nº	22	286	64	360	360	demanda
Eficácia – Indicador de conformidade de atuação de med.veterinario habilitado (IQcrf)-med. veterinário habilitado inicia/ Nº de med. Veterinário desabilitado no ano x 100							
IQcrf	Nº	98,07	-65	78,93	88,02	100	100

Fonte: SSA/SP

Principais recursos humanos envolvidos			Tabela 93
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização	
Fiscal Federal Agropecuário	1	0,80	
Agente Administrativo	1	0,10	

Fonte: SSA/SP

Recursos Financeiros	Tabela 94
----------------------	-----------

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO
339014	4.159,50	3.097,50	2.810,10
339030	500,00	500,00	---
339093	1.350,00	1.050,00	48,80
TOTAL	6.009,50	4.647,50	2.858,90

Fonte: SSA/SP, DAD,SP, SIPLAN e SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 95
	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
FINANCEIRO	6.009,50	4.647,50	2.858,90	61,52
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
META SIPLAN* (Fiscalização realizada)	800.000	720.000	1.052.997	146,25

* refere-se à emissão de GTA pelo serviço oficial e médicos veterinários habilitados.

Fonte: SSA/SP, DAD,SP, SIPLAN e SIAFI

2.3.2.7 - Ação 4842 – FEBREAFTOSA - Erradicação da febre aftosa

Dados Gerais	
Tipo	Atividade
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários norte e nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soro epidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Áreas responsáveis pela execução da ação	Serviço de Saúde Animal - SSA

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) tem como estratégia principal a implantação progressiva e manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

No Estado de São Paulo, as ações de campo relativas ao PNEFA, são executadas pelos médicos veterinários da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA-SP), através da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA). As ações de fiscalização da vacinação, do controle do trânsito de animais suscetíveis à febre aftosa, do cadastramento de propriedades, do inquérito sorológico e demais atividades relacionadas são executadas pela CDA, sob supervisão do SSA.

O controle do trânsito interestadual de animais biungulados suscetíveis à febre aftosa, regulamentado pela Instrução Normativa nº 44/07 é de competência do MAPA e executado no estado pelos FFAs do SSA. Para que animais de outros estados classificados como de médio risco para febre aftosa ingressem no Estado de São Paulo, é necessária uma autorização prévia pelo SSA emitida somente após a realização de quarentena de 30 dias e sorologia na origem. No local de destino, os animais deverão ser submetidos a uma quarentena de 15 dias, e somente após esses procedimentos os animais são liberados para movimentação dentro do Estado.

Atividades Relacionadas ao Trânsito de Biungulados para Recria ou Engorda entre Areas de Diferentes Classificações de Risco	Tabela 96					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010

Número de fiscais envolvidos com as autorizações de ingresso	1	1	1	1	1	1
Análise de requerimento ingresso/egresso SP	8	26	27	25	40	124
Vistorias em propriedades pedidos/resultados	43	21	9	8	8	12
Autorizações emitidas para ingresso em SP	4	12	4	3	7	37
Encaminhamento de autorizações de outras UFs	-	-	-	12	19	27
Acompanhamento de quarentena pré-trânsito	2	4	8	11	19	25

Fonte: SSA/SP

As ações executadas pelo MAPA e pela CDA são complementares e tem contribuído para a manutenção da condição de zona livre de febre aftosa com vacinação, alcançada pelo Estado de São Paulo, no ano 2.000, sendo que o último foco da doença no estado foi registrado no estado em 1996.

No ano de 2010, o estado de São Paulo deu mais um importante passo para que no futuro seja reconhecido como zona livre de febre aftosa sem vacinação, considerado pela comunidade internacional com a melhor classificação quanto a essa enfermidade. O esquema de vacinação foi modificado, a fim de que na 1ª etapa de vacinação, que ocorre relativa ao mês de maio, sejam vacinados somente os animais com até 24 meses de idade e, na etapa de novembro ocorra à vacinação de todo o rebanho.

Como pode ser observado na tabela abaixo, os índices vacinais no estado se mantiveram altos nos últimos anos, o que permitiu que a estratégia enunciada acima fosse adotada. No entanto, essas ações devem estar sempre acompanhadas do controle do trânsito de animais susceptíveis a febre aftosa, ações de vigilância e educação sanitária.

Vacinação em Propriedades											Tabela 97	
Propriedades	Mai/05	Nov/05	Mai/06	Nov/06	Mai/07	Nov/07	Mai/08	Nov/08	Mai/09	Nov/09	Mai/10	Nov/10
existentes	156.746	162.024	159.806	156.375	153.349	156.422	151.442	147.814	153.300	150.905	129.367	148.199
vacinaram	154.412	160.132	157.272	153.432	151.016	149.460	146.055	139.939	127.916	141.679	122.409	140.453
%	98,51	98,83	98,41	98,12	98,48	95,55	96,44	94,18	83,44	93,89	94,62	94,77
Bovinos (em 1.000 cab.)	Mai/05	Nov/05	Mai/06	Nov/06	Mai/07	Nov/07	Mai/08	Nov/08	Mai/09	Nov/09	Mai/10	Nov/10
existentes	13.650	13.714	13.222	12.655	12.001	11.923	11.576	11.444	4.938 *	11.549	4.784	11.346
vacinaram	13.569	13.659	13.157	12.579	11.946	11.827	11.478	11.215	4.737	11.301	4.653	11.165
%	99,41	99,60	99,50	99,40	99,54	99,18	99,16	96,49	95,93	97,85	97,26	98,40

*Total de bovinos com idade até 24 meses (etapa de maio/09)

Fonte: SSA-SP

A meta para 2011 é manter a condição de zona livre de febre aftosa com vacinação, visando pleitear o reconhecimento como zona livre de febre aftosa sem vacinação em futuro próximo.

Principais Indicadores								Tabela 98
Mne-mônico	Unidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Meta
(IC alzl)	Capacidade - Indicador de capacidade de emissão de autorização de ingresso de animais em zona livre FA-ZLFA- (IC alzl) – nº autorizações emitidas/ano							
	Nº	4	12	4	3	7	37	Demanda
IQ alzl	Eficácia – Conformidade das autorizações de ingresso na ZLFA (IQ alzl) – nº autorizações emitidas x 100 / nº autorizações solicitadas							
	%	50	46,1	14,8	12	78*	29,84	100%
(IP alzl)	Eficiência – Indicador de produtividade na emissão de autorizações de ingresso de animais na ZLFA (IP alzl) – nº de autorizações de ingresso/nº de fiscais envolvidos							
	Nº	4	12	4	3	7	37	Demanda
	Efetividade - Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (IEE fa)-Nº casos notificados x 100 / Ano							

(IEe fa)-	Nº	0	0	0	0	0	0	0
--------------	----	---	---	---	---	---	---	---

*emissão de autorização de ingresso em conformidade
Fonte: SEDESA/SP

Principais recursos humanos envolvidos

O SSA conta com a colaboração de quatro FFAs nas ações relacionadas ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. Dois desses fiscais estão envolvidos nos controles do trânsito nacional de animais suscetíveis, normatizado pela IN nº. 44; os outros dois FFAs atuam na supervisão das ações executadas pelo órgão estadual de defesa sanitária animal e no acompanhamento de convênios. Consideramos serem insuficientes os recursos humanos disponíveis, uma vez que a pecuária paulista tem expressiva representatividade na balança comercial.

Principais recursos humanos envolvidos			Tabela 99
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização	
Fiscal Federal Agropecuário	5	0,95	
Agente Administrativo	1	0,10	

Fonte: SSA/SP

Recursos Financeiros*				Tabela 100
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)
339014	2.378,30	94.700,90	81.220,70	
339030**		148.360,00	51.162,56	3.335,50
339033	2.700,00	20.700,00	15.109,99	
339037		703.685,93	637.586,91	66.099,02
339039**		235.500,00	48.931,96	14.800,00
339093	900,00	14.100,00	650,13	780,22
SUB TOTAL	5.978,30	1.217.046,83	834.662,25	85.014,74
449052		57.438,00		57.438,00

*na coluna programado não está incluído o recurso solicitado para a EQC, já na coluna recebido está incluída as despesas com a EQC/ ** existem muitas notas fiscais referentes à Estação Quarentenária de Cananéia que ainda não foram apresentadas para pagamento.

Fonte: SSA/SP, DAD/SP, SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 101
FINANCEIRO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%	
	1.217.046,83	919.676,99	75.57	
META SIPLAN (área livre em Km²)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO COR-RIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	248.209	248.209	248.209	100

Fonte: SSA/SP, DAD-SP, SIPLAN e SIAFI

2.3.2.8 - Ação 8658 – PCEANIMAL- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a saúde animal, visando assegurar a saúde do consumidor, o aumento da produtividade do rebanho nacional e qualidade dos alimentos gerados. Essa ação é dividida em cinco macr processos, cujas finalidades estão listadas abaixo. Diminuir o impacto negativo da tuberculose e da brucelose na saúde comunitária, elevar a produtividade dos rebanhos bovinos e promover a competitividade da pecuária nacional. Reduzir e controlar a ocorrência da raiva dos herbívoros, prevenir a entrada da doença da vaca louca no Brasil e prevenir, controlar e erradicar as demais encefalopatias espongiformes transmissíveis.

Descrição	<p>Reduzir a incidência de doenças na equídeocultura, na ovinocaprinocultura e na criação de pequenos e médios animais.</p> <p>Garantir a sanidade do plantel avícola.</p> <p>Reduzir a incidência de doenças na suídeocultura</p>
	<p>Atuar aplicando as diretrizes de cada programa sanitário fiscalizando o cumprimento da legislação vigente, certificando propriedades, habilitando pessoal para atuação junto ao serviço oficial, orientando os produtores, entre outras ações, conforme atividades descritas abaixo:</p> <p>Definição de campanha de vacinação obrigatória contra a brucelose; certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose; credenciamento e capacitação de médicos veterinários e laboratórios; padronização de métodos e fiscalização da infraestrutura laboratorial de diagnose das zoonoses; conclusão de diagnóstico epidemiológico de brucelose e tuberculose em escala nacional, incluindo estimativa de prevalência, identificação de fatores de risco e caracterização dos sistemas de produção; implantação de sistema de vigilância global para brucelose e tuberculose.</p> <p>Definição de campanhas de vacinação de bovídeos e eqüídeos; combate aos morcegos hematófagos e a outros transmissores eventualmente identificados nos focos de raiva; educação sanitária em comunidades; análise laboratorial de indivíduos transmissores; verificação do coeficiente de mordedura e da dinâmica das populações; controle e fiscalização de importações e de ingressos no país de possíveis fontes de infecção de Encefalopatia Espongiforme Bovina (bovinos, farinhas de carne e ossos de ruminantes e outros materiais); inspeção e fiscalização das plantas e processos de produção de rações para animais; fiscalização dos processos graxaria; exames clínicos inclusive necropsia) e epidemiológicos; análise laboratorial de material encefálico; interdição de propriedades e declaração de quarentena; sacrifício e incineração de animais; análise de processos de indenização;</p> <p>Capacitação técnica dos médicos veterinários oficiais; implantação e manutenção do Cadastro Nacional de Propriedades com Caprinos e Ovinos; constituição de Comitê Técnico Consultivo para o Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos (PNSCO); estruturação de sistema de vigilância para doenças exóticas de caprinos e ovinos; definição de pontos de diagnóstico, prevenção e controle de doenças de caprinos e ovinos de maior importância para o PNSCO; visitas à propriedades; vacinação de animais; colheita de material para realização de inquéritos soroepidemiológicos; aquisição de equipamentos de informática para a implantação e manutenção do Cadastro Nacional de Propriedades com Caprinos e Ovinos; Educação.</p> <p>Prevenção, erradicação e controle das doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA); registro das propriedades; controle sanitário e certificação de núcleos e estabelecimentos produtores de aves nos estados participantes do PNSA; vigilância e erradicação dos focos suspeitos e confirmados da Doença de Newcastle com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação nacional e da OIE; treinamento e reciclagem dos profissionais em relação as doenças aviárias e as atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança, cadastro e registro dos sistemas produtivos diferenciados e outros temas de interesse do PNSA.</p> <p>Promoção e participação em reuniões, acompanhamento de estudos epidemiológicos e campanhas de educação sanitária; elaboração de normas e procedimentos técnicos para diagnóstico de enfermidades; criação de zonas livres de doenças para certificação de granjas de reprodutores; controle da utilização de imunobiológicos e demais insumos para a atividade; auditorias e supervisões técnicas em órgãos oficiais de defesa sanitária animal nos estados; fiscalizações de estabelecimentos de produção e reprodução de suídeos.</p>
Área responsável pela execução	Serviço de Saúde Animal - SSA

Macroprocesso: Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose

Neste macro processo, a função do SSA é a de atuar em nível estadual, no Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT). Fazem parte da ação o acompanhamento e participação como instrutor dos Cursos sobre Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose Bovina e Noções de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis, a análise da documentação dos Médicos Veterinários que pretendem habilitar-se para atuar no Programa, a certificação das propriedades livres ou monitoradas e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo.

O Curso de Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose Bovina e noções de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis são ministrados visando à habilitação de médicos veterinários para atuar no Programa como colaboradores nas ações desenvolvidas pelo serviço oficial.

A procura, por parte dos médicos veterinários para habilitação, tem diminuído sensivelmente nos últimos anos, conforme tabela abaixo, embora o número de profissionais já habilitados seja expressivo se comparado ao plantel bovino existente no estado.

O número de propriedades com interesse na certificação como propriedades livres ou monitoradas tem aumentado, mas ainda não é o desejável. Como o processo é moroso (10 meses em média) devido ao prazo a ser respeitado entre os exames e a possibilidade de, em qualquer momento dos exames, haver a reprovação da propriedade e os proprietários não terem um ganho efetivo e imediato, existe uma cautela quanto à validade da certificação.

Ressaltem-se os seguintes pontos de estrangulamento no desenvolvimento do PNCEBT:

- Dificuldade no processo de sacrifício dos animais reagentes, visto que os frigoríficos não querem receber estes animais;
- A falta de recursos para indenização dos animais reagentes, levando em muitos casos os proprietários esconderem os animais;
- A demora na desabilitação dos médicos veterinários que infringem a legislação;
- Divulgação do programa em nível estadual e nacional;
- Vantagens oferecidas ao produtor para obter a certificação de propriedade livre ou monitorada; e,
- Participação dos serviços de inspeção no cumprimento da IN 51/2002 sobre a exigência de certificação das propriedades para a produção de leite B

Cursos Ministrados		Tabela 102					
	Unid.	2006	2007	2008	2009	2010	
Treinamento de FFAs em brucelose e tuberculose	Nº.	10	10	10	10	0	
Cursos de Brucelose e Tuberculose com supervisão oficial	Nº.	13	10	09	13	08	
Veterinários treinados p/ habilitação	Nº.	102	178	167	192	173	
Total de veterinários treinados no Estado	Nº.	102	0	32	57	02	
Veterinários habilitados	Nº.	148	62	61	60	51	
Veterinários desabilitados	Nº.	0	0	0	0	13	

Fonte: SSA/SP

Principais Indicadores		Tabela 103						
Mnemônico	Unidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Eficiência - Indicador de produtividade na habilitação de médicos veterinários - (<i>IP hmv</i>) – nº med. veterinários habilitados/nº fiscais								
<i>IP hmv</i>	nº	530	148	62	61	60	51	
Capacidade – Capacidade de habilitação de med.veterinarios (<i>IQ hmv</i>) – Med. Veterinários habilitados / ano								
<i>IQ hmv</i>	nº	530	148	62	61	60	51	
Eficácia – Indicador de eficiência de cursos de habilitação de med. veterinários para atuar no PNECBT (<i>IE hmv</i>) – nº de cursos realizados/nº de cursos com participação de FFA								
<i>IE hmv</i>	nº	24	13	10	9	13	8	

Fonte: SSA/SP

Macro processo: Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina (doença da vaca louca)

As ações de controle da raiva dos herbívoros em São Paulo são executadas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP) sob supervisão da SFA/SP. Os resultados apresentados são referentes às análises de relatórios mensais encaminhados pela CDA/SAA-SP.

Avaliação quanto às Atividades Profiláticas em Raiva		Tabela 104
Nº de propriedades com focos de morcego monitorados/ Nº. de animais vacinados/ Nº. de casos confirmados de acordo com a espécie animal		

	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Espécie Animal	Propriedades monitoradas		Nº Propriedades com casos		Nº Casos*	
Bovídeos	5933	5069	71	35	101	48
Eqüídeos	292	723	04	05	04	04
Caprinos	---	---	0	0	0	0
Ovinos	---	47	---	01	---	01
TOTAL	6225	5893	75	41	105	53

* casos com diagnóstico clínico e/ou laboratorial
Fonte: SSA/SP

Pela análise da tabela acima, verifica-se uma diminuição da incidência do número de casos de raiva nos herbívoros em 2010. Os 41 focos ocorridos foram registrados em sua grande maioria nos municípios próximos à divisa com o Estado de Minas Gerais, a saber: Socorro, São João da Boa Vista, Joanópolis, Piracaia, Águas de Lindóia, Franca, Itapira, São José do Rio Pardo, Mococa.

Em 2010, foram trabalhados 1.670 refúgios, sendo capturados e tratados com pasta vampiricida 3.509 morcegos hematófagos. Destes, 34 foram encaminhados para diagnóstico, sendo diagnosticado 01 caso positivo.

O menor número de propriedades monitoradas em 2010 justifica-se pela diminuição dos casos de raiva ocorridos nos herbívoros nesse ano.

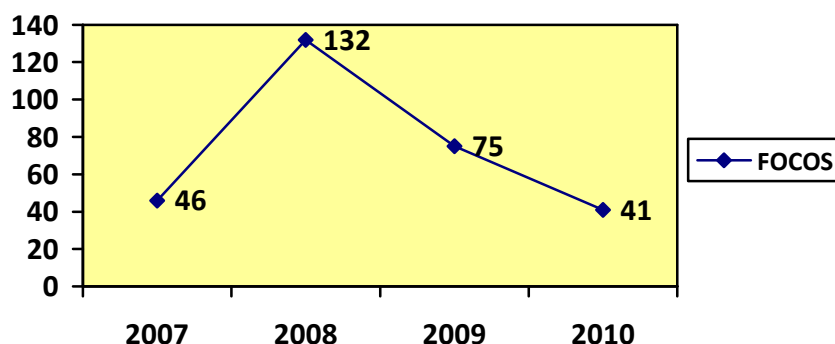
Em 2009 e 2010, não foram encaminhados ao MAPA os registros de controle da vacinação antirrábica dos herbívoros, pois, de acordo com informações do Órgão Estadual, a partir de outubro de 2008, excluiu-se a obrigatoriedade de vacinação contra a raiva dos herbívoros, já que as áreas de risco para a doença vêm paulatinamente diminuindo, em consequência da intensificação das medidas de controle.

O Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros (PNCRH) no estado de São Paulo demonstra sua efetividade, levando-se em consideração que, no ano de 2008, apenas 0,05% das propriedades foram acometidas, atingindo um número muito pequeno de animais (0,0008%) e em 2009, reduziu-se para 0,0005% os animais acometidos. Tendência essa que se manteve em 2010 como observado no gráfico abaixo.

O gráfico abaixo demonstra o número de focos ocorridos no Estado de São Paulo, de 2007 a 2010.

GRÁFICO 1

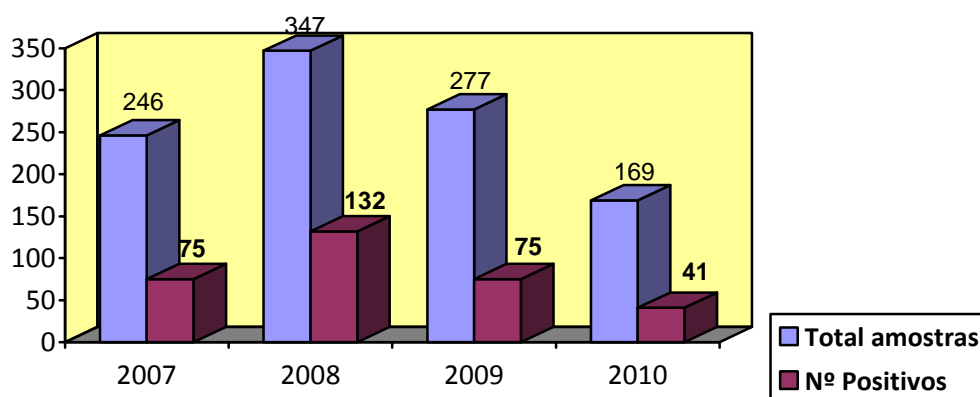
Nº de focos de raiva nos herbívoros ocorridos no Estado de São Paulo, 2007-2010



Quanto à vigilância da raiva dos herbívoros, o gráfico abaixo demonstra o número de amostras coletadas de animais com sintomas neurológicos e o número de animais positivos para a raiva.

GRAFICO 2

Total de amostras coletadas de herbívoros com sintomas neurológicos e nº de diagnósticos positivos para a Raiva



O Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros (PNCRH) no estado de São Paulo demonstra sua efetividade levando-se em consideração os dados de vigilância e monitoramento das propriedades, assim como o decréscimo das ocorrências de focos de raiva nos herbívoros.

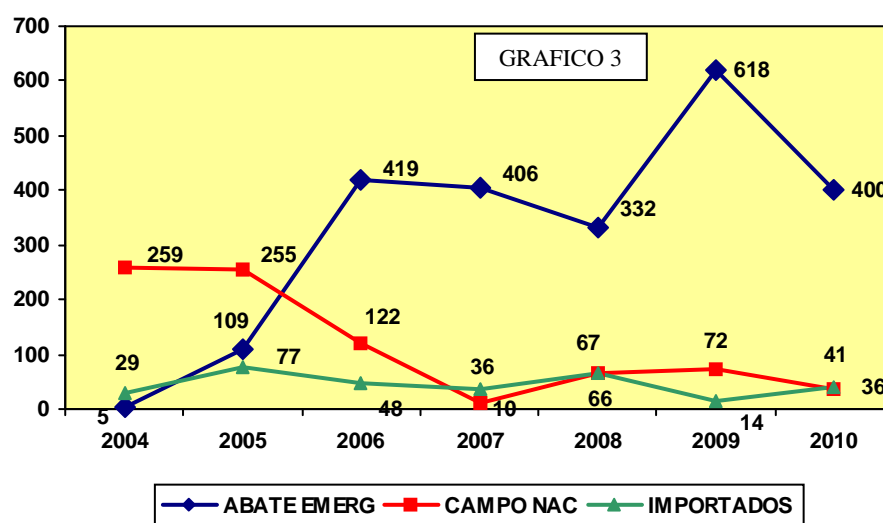
Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB)

Visando realizar a vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina (doença da vaca louca) em populações de maior risco, o SSA-SP continua acompanhando a colheita de amostras em matadouros, nos animais submetidos ao abate de emergência e/ou naqueles que chegam mortos. As amostras (tronco encefálico) são coletadas por FFAs do Serviço de Inspeção Federal. Em 2010, foram encaminhadas ao LANAGRO/PE 400 amostras de tronco encefálico, para análise pela técnica de imunoistoquímica. Esclarece-se que houve um número maior de coleta de amostras pelo Serviço de Inspeção Federal no final do segundo semestre de 2010, as quais não estão registradas neste documento, pois foram enviadas ao Laboratório no início do ano de 2011 (118 amostras).

Adicionalmente, em bovinos importados de países considerados de risco, foram coletadas, em 2010, 41 amostras, todas negativas para a EEB e 36 amostras de animais nascidos no Brasil e que apresentavam sintomatologia nervosa, sendo todos os resultados negativos para a EEB analisados pelo Instituto Biológico de São Paulo (histopatológico). O gráfico a-

baixo demonstra o número de amostras encaminhadas para o exame histopatológico e/ou imunoistoquímica, de 2004 a 2010.

Número de amostras encaminhadas para o exame histopatológico ou imunoistoquímica, de 2004 a 2010.



ca, de 2004 a 2010.

Verifica-se que a coleta de amostras de bovinos oriundos de abate de emergência mantém-se elevada desde 2006. Em 2009, o aumento do número de amostras coletadas em relação aos anos anteriores deve-se à intensificação das colheitas nos estabelecimentos de abate de bovinos sob inspeção federal, após treinamento realizado para os fiscais federais agropecuários dos SIFs e para os médicos veterinários do Órgão Estadual.

Quanto à vigilância nos bovinos oriundos do campo com sintomatologia nervosa, verifica-se que houve uma diminuição acentuada da coleta de amostras em 2007 (10 amostras). Em 15/08/08, o SEDESA/SFA-SP (atual SSA) encaminhou o Ofício nº 128/2008 e o Procedimento para Vigilância Epidemiológica da Raiva e das EETs a campo (POP 010) à Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo (CDA-SP), visando incrementar a vigilância ativa nos bovinos negativos para raiva e naqueles com doenças crônicas depauperantes. Em 2009, houve vários treinamentos focando a importância da vigilância e do diagnóstico diferencial destinados aos médicos veterinários do Órgão Estadual. A partir de então, houve um incremento na vigilância ativa em 2009, porém não se manteve em 2010.

Em 2010, o SSA-SP promoveu um treinamento para os técnicos da CDA-SP sobre os procedimentos de vigilância e monitoramento de bovinos importados e observa-se que houve um aumento da vigilância nesta categoria (41 amostras).

Quanto às atividades de mitigação de risco da EEB em estabelecimentos rurais, essas foram desenvolvidas diretamente pela SFA através da ação de fiscalização de propriedades rurais, com o objetivo de coibir o uso de subprodutos de origem animal na alimentação de ruminantes, cumprindo o que determina a Instrução Normativa nº. 08, de 25/03/2004 e de acordo com os procedimentos determinados pela IN 41, publicada em 08 de outubro de 2009.

A tabela abaixo demonstra o número de fiscalizações e amostragens realizadas de 2006 até 2010, observando-se que houve um incremento nas fiscalizações em 2008 e 2009, tendo em vista a identificação em 2007 de regiões críticas (de risco) quanto à utilização de subproduto de origem animal na alimentação dos ruminantes.

Em 2010, as fiscalizações foram realizadas quase que exclusivamente por apenas 01 FFA da UTRA-Campinas. Foram fiscalizadas 110 propriedades e coletadas 23 amostras. A diminuição do número de propriedades fiscalizadas em relação aos anos anteriores se justifica pela falta de recursos humanos. Não foi possível realizar mutirões de fiscalização e nem mesmo fiscalizar todas as regiões de risco para utilização de subprodutos de origem animal na alimentação dos ruminantes.

O decréscimo acentuado do número de amostras coletadas para análise pela técnica de microscopia se justifica pela alteração da metodologia de fiscalização, sendo toda a propriedade investigada, coletando apenas as amostras suspeitas e/ou positivas ao teste rápido ou aquelas com conteúdo proibido pela IN 08/2004, como por exemplo, amostras constituídas por cama de aviário, aliado à redução dos recursos humanos nesta ação.

Fiscalizações e amostragens realizadas			Tabela 105
ANO	Nº Propriedades Fiscalizadas	Nº amostras coletadas	Nº de Fiscais envolvidos
2006	81	71	8.15
2007	129	120	9.40
2008	236	198	10
2009	201	113	8
2010	110	23	01*
TOTAL	757	525	-

*A maioria das ações foi realizada por um só fiscal, com a colaboração eventual de mais um.
Fonte: SSA/SP

Em 2010, as fiscalizações foram realizadas nas regiões abrangidas pelas UTRAs de Araçatuba, Araraquara, Botucatu, Campinas, Ipanema, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, sendo fiscalizados 31 municípios.

Quanto às ações educativas, em 2010, foram realizados 08 eventos, dentre eles palestras a produtores rurais, treinamentos (teóricos e práticos) destinados a médicos veterinários do setor público, palestras para médicos veterinários (privados e públicos), visando capacitar e conscientizar o público quanto à importância do papel de cada um nas ações de controle da raiva dos herbívoros e de prevenção da EEB.

Principais Indicadores						Tabela 106
Mnemônico	2006	2007	2008	2009	2010	Meta
Eficiência - Produtividade na fiscalização de propriedades rurais (<i>IP pfp</i>) - nº de propriedades fiscalizadas / nº Fiscais envolvidos						
<i>IP pfp</i>	9,9	13,7	23,6	25,12	110	
Eficiência - Produtividade na coleta de amostras de alimentos para bovinos (<i>IP pca</i>) - nº de amostras coletadas/ nº Fiscais envolvidos						
<i>IP pca</i>	8,6	12,7	19,8	14,1	23	
Eficácia - Conformidade de amostras enviadas ao laboratório (<i>IQ Cal</i>) - nº amostras conformes enviadas ao lab x 100 / nº total amostras colhidas						
<i>IQ Cal</i>	---	98,9	91,7	100	100	100
Eficácia - Conformidade de amostras para pesquisa de subprodutos de origem animal na alimentação de bovinos (<i>IQ can</i>) - nº de amostras negativas x 100/nº total amostras analisadas						
<i>IQ can</i>	---	62,2	31,9	59,3	86,95	100
Capacidade - Capacidade de coleta de amostras (<i>IC vl</i>) nº amostras coletadas/ano						
<i>IC vl</i>	115	69	198	113	23	100
Capacidade - Capacidade de propriedades fiscalizadas (<i>IC</i>) - nº de propriedades fiscalizadas/ano						
<i>IC</i>	--	--	--	--	110	75

Fonte: SSA/SP

Em 2008, o índice referente à conformidade de amostras negativas para pesquisa de subprodutos de origem animal na alimentação dos ruminantes (*IQcan*) indica o elevado percentual de positividade (68,1%) e reflete a intensificação das ações nos municípios críticos, visando coibir a utilização de proteínas e gorduras de origem animal na alimentação dos ruminantes. Em 2009, verifica-se que houve uma diminuição no percentual de positividade das amostras analisadas (40,7% positividade), reduzindo ainda mais em 2010 (14,5% positividade). Esses dados refletem a importância da manutenção das fiscalizações.

Foram identificados 2.279 ruminantes expostos a subprodutos de origem animal proibidos em 16 propriedades. Destes, foram abatidos em frigoríficos sob inspeção federal 1.458

bovinos (63,9%), com a remoção e destruição dos materiais especificados como de risco. O restante será submetido aos procedimentos definidos na IN 41/09 em 2011.

Observa-se que a ação gerencial da UG junto às UTRAS possibilitou a realização de uma atividade que até o ano de 2005 era feita esporadicamente. A partir de 2006 até 2010, o resultado do monitoramento proporcionou indicadores que estão dando subsídios à UG para estabelecer estratégias buscando a efetividade da ação. Os resultados de 2010 comprovam a importância das fiscalizações e a efetividade das medidas punitivas. Entretanto, para a manutenção dos resultados obtidos, faz-se necessária a formação de equipes comprometidas que possam participar efetivamente desta ação, trabalhando conjunta e simultaneamente nas várias regiões do Estado.

SCRAPIE:

A *Scrapie* ou Paraplexia Enzoótica dos Ovinos é considerada uma enfermidade neuro degenerativa, transmissível e fatal que acomete ovinos e caprinos. É pertencente ao grupo das encefalopatias espongiformes transmissíveis EET, mesmo grupo a qual pertence a doença da vaca louca.

Quanto às ações de controle e prevenção da SCRAPIE, em 18.07.08, detectou-se um caso de ovino macho Araçá que morreu no Rio Grande do Sul, porém que nasceu em uma propriedade do município de Valparaíso/SP. Também em novembro de 2008, detectou-se na mesma propriedade do município de Valparaíso/SP um segundo caso positivo em ovino do sexo masculino. Ambos os diagnósticos foram realizados pelo Laboratório do Rio Grande do Sul, credenciado pelo MAPA, através da técnica de imunohistoquímica. Após a obtenção do primeiro resultado positivo, a propriedade foi interditada e ações de investigação quanto à origem e de vigilância epidemiológica foram imediatamente adotadas.

Em agosto de 2009, devido à ocorrência de scrapie no Estado, foi realizado um treinamento teórico prático dos técnicos da Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo sobre métodos de coleta de material visando diagnóstico “in vivo”, sendo capacitados 23 técnicos.

Atualmente, o foco encontra-se encerrado, sendo que todos os animais suspeitos e animais inconclusivos nos exames foram sacrificados e a propriedade foi desinterditada.

Em 2010, não foram registrados casos de Scrapie no Estado de São Paulo.

Macro processo: Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Equideocultura, da Ovinocaprinocultura e da Criação de Pequenos e Médios Animais

Atuando segundo as diretrizes do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, o SSA recebe e analisa os relatórios mensais de atividades de todos os laboratórios credenciados para realizar os exames de Anemia Infecciosa Equina - AIE no Estado de São Paulo.

Além desse controle, que permite monitorar os resultados dos exames realizados nesta UF, a aquisição dos antígenos utilizados para este fim também é rastreada, através dos mapas de comercialização enviados pelos estabelecimentos que vendem os “kits” para diagnóstico de AIE, o que nos possibilita detectar se determinado laboratório está ativo ou não.

Os animais que apresentam exame positivo para AIE são rastreados por este Serviço desde a notificação efetuada pelo laboratório credenciado que realizou o exame, até o sacrifício e desinterdição da propriedade, realizados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

Temos nos empenhado cada vez mais no controle da rede de laboratórios credenciados através da análise detalhada dos relatórios que cada laboratório envia mensalmente a este Serviço.

Esta importante ferramenta nos permite monitorar suas atividades, identificar problemas e solucioná-los imediatamente, orientando os responsáveis técnicos e corrigindo os procedimentos, com o propósito permanente de zelar pela qualidade dos processos.

São Paulo é o Estado com maior número de laboratórios credenciados para realizar exames de AIE no país, sendo que o monitoramento das atividades deste universo representa numa importante ferramenta para a obtenção de informações epidemiológicas confiáveis com presteza e precisão, o que tem sido nosso desafio constante.

A análise dos dados referentes ao número total de exames realizados e ao número de exames positivos nos permite constatar a situação da AIE nos últimos anos nesta UF como estabelecida em níveis de incidência relativamente baixos, atestando a efetividade da ação de sanidade agropecuária no combate à Anemia Infecciosa Equina.

No ano de 2009, a Coordenação do Credenciamento dos Laboratórios de AIE passou a ser efetuada pelo LANAGRO/MAPA/SP, e não mais pela unidade do Rio Grande do Sul. Desta forma, por orientação do órgão central em Brasília as fiscalizações a campo foram transferidas para o LANAGRO-SP, que já em 2010 realizou diversas auditorias, ocasionando o cancelamento do credenciamento de alguns laboratórios que apresentaram graves não conformidades.

A retomada desta ação de fiscalização tem sido muito importante para o bom andamento do Programa nesta UF. No ano de 2010, observou-se que apesar da considerável redução de laboratórios credenciados nesta UF, o número total de exames realizados aumentou, e ao mesmo tempo o número de exames positivos diminuiu, tanto em valores absolutos quanto proporcionalmente, como pode ser constatado pelo indicador de conformidade para exames de AIE (IQAIE), o que comprova a eficácia do sistema de controle da AIE como um todo.

Outra enfermidade afeta ao Programa de Sanidade dos Equídeos é o Mormo. No ano de 2008, a partir da detecção de um caso positivo nesta UF, rigorosas medidas de controle foram imediatamente adotadas pelo SSA (na época SEDESA) em conjunto com a Secretaria de Agricultura deste Estado. Uma medida sanitária fundamental foi a exigência do exame negativo para Mormo como condição imprescindível para o trânsito intra-estadual. Esta restrição fez com que um número elevado de exames fosse realizado no período, sendo que tal exigência foi suspensa a partir de março de 2009, quando se constatou a completa erradicação do foco e a eficácia das medidas adotadas para lidar com o único caso positivo ocorrido nesta UF em décadas.

A partir daí, o número de exames realizados para Mormo nesta UF teve uma redução significativa, retornando aos patamares anteriores a 2008, tendência que se manteve em 2010.

Controle de Laboratórios de Diagnóstico de AIE							Tabela 107
	Unid.	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Universo de laboratórios	Nº	101	97	98	95	89	67
Fiscalizações	Nº	17	23	10	6	*	*

* Competência das fiscalizações in loco transferidas para LANAGRO/SP

Exames Sorológicos							Tabela 108
	Unid.	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exames sorológicos total	Nº	102.006	101.965	116.061	125.223	128.449	139.403
Exames positivos	Nº	234	235	337	301	244	205
Exames negativos	Nº	101.772	101.730	115.724	124.922	128.205	139.198
IQ faie	%	99,77	99,77	99,71	99,76	99,81	99,85
Exames sorológicos mormo	Nº	---	1.931	2.685	28.449	10.430	1.286

Situação da Anemia Infecciosa Equina no Estado de São Paulo 2005 A 2010							Tabela 109
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Número de Focos	86	81	86	57	71	72	

Número de Casos	164	143	235	172	146	113
Animais sacrificados	155	56	49	56	79	35

Fonte: SSA/SP

Macro processo: Prevenção, controle e erradicação de doença das aves

O Programa Nacional de Sanidade Avícola tem como principal objetivo reduzir a incidência e a prevalência de doenças na avicultura. Suas ações estão concentradas nas doenças de notificação de acordo com a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), ou seja, controle da doença de Newcastle, Salmonelas e Micoplasmas e vigilância da Influenza Aviária que é considerada exótica no Brasil.

Em São Paulo, a implantação do programa tem sido de fundamental importância considerando-se que o Estado além de possuir um grande plantel de aves comerciais (corte e postura), detém também um importante banco de genética avícola, responsável pelo abastecimento de material genético para os outros estados da federação e países do continente sul americano.

Nesta UF estão instaladas 45 empresas que trabalham com reprodução avícola, com 325 estabelecimentos, dos quais 3 são granjas de bisavós, 10 granjas de avós, 255 granjas de matrizes e 57 incubatórios.

No segmento de frango de corte, o Estado conta com 37 empresas integradoras, 5.222 integrados e 145 produtores independentes, para um total de 123,8 milhões de aves de corte.

Na área de postura de ovos para consumo, o Estado possui 552 produtores com 46,7 milhões de aves, sendo o maior produtor de ovos comerciais do país, responsável por aproximadamente 39% de produção nacional. A soma de todos os estabelecimentos avícolas de frango de corte, postura comercial, reprodutores e ratitas no Estado de São Paulo totalizam 6.668 estabelecimentos com capacidade de alojamento de 190,1 milhões de aves.

			Avós	Avós	Avós	Avós	Avós	Avós
			1.890.808	1.768.935	1.907.590	2.955.315	4.851.144	5.076.117
ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS E AMOSTRADOS PARA CERTIFICAÇÃO DE LIVRES			296.043	1.979.604	2.749.860	3.825.315	6.093.173	6.011.428
CONTROLOADOS PARA SALMONELLA E MYCOPLASMAS								
Granjas	Bisavós	Registradas e ativas	2005	2006	2007	2008	2009	2010
		monitoradas	3	4	4	03	3	3
		Monitorias realizadas	3	4	4	03	3	3
	Avós	Registradas e ativas	16	16	69	123	68	52
		monitoradas	12	11	11	11	12	10
		Monitorias realizadas	12	11	11	11	12	10
	Total	Registradas e ativas	40	42	150	245	154	232
		monitoradas	15	15	15	14	15	13
		Monitorias realizadas	15	15	15	14	15	13
	Total	Registradas e ativas	56	58	219	368	264	284
Núcleos	Bisavós	monitorados	12	12	15	17	12	19
		monitorias realizadas	42	40	82	123	72	52
	Avós	monitorados	55	56	66	67	51	68
		monitorias realizadas	182	183	214	245	499	232
	Total	monitorados	67	68	81	84	63	87
		monitorias realizadas	224	223	272	368	567	284
Amostras	Sorologia Mycoplasmas	Avós e bisavós	20.380	18.600	28.555	31.410	34.446	41.220
		positivas	0	0	1	2	0	0
	Pesquisa Salmonellas	Avós e bisavós	255	191	438	671	871	3548
		positivas	1	0	8	0	0	0
	monitoradas	Bisavós	315.239	210.669	842.270	870.030	1.241.741	935.311

Fonte: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo- SAA-SP

A Tabela acima demonstra a situação atualizada dos estabelecimentos avícolas bisavóseiros e avóseiros, fiscalizados e amostrados para certificação de livres para *Salmonelas* e *Mycoplasmas* no período de 2005 a 2010.

Este controle e fiscalização permitiram a certificação sanitária dos estabelecimentos de reprodução avícola e tem sido resultado da parceria com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, responsável pela execução das ações de sanidade animal no estado de São Paulo.

Nas colheitas de materiais para testes laboratoriais, visando à certificação de núcleos de criação de avós e bisavós como livres das *Salmoneloses* e *Micoplasmoses* aviárias, durante o ano de 2010 não foram verificados isolamentos das *Salmonellas* controladas pelo PNSA.

Principais Indicadores						Tabela 111
Mnemônico	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Eficiência-Produtividade no monitoramento de núcleos de criação de reprodutores (avós e Bisavós) (IP crff) - N° de núcleos de criação de reprodutores monitorados / n° de fiscais envolvidos						
IP crff	224	223	136	92	141	40
Eficácia-Conformidade de amostras para salmonelas (IQ fsl)-n° de amostras negativas x 100/n° total de amostras colhidas						
IQ fsl	100	100	98.81	100	100	100
Eficácia-Conformidade de amostras para micoplasmas (IQ FMI)-n° de amostras negativas x 100/n° total de amostras colhidas						
IQ FMI	100	100	99.98	99.99	100	100
Capacidade-Capacidade de coletas de amostras sorológicas(IC agr)-n° de amostras sorológicas coletadas / ano						
IC agr	20.380	18.600	28.555	31.410	34.446	41.220

Fonte: SSA-SP

O estado de São Paulo vem realizando sistematicamente o monitoramento dos plantéis de reprodução avícola, visando a certificação dos mesmos como livres ou controlados para as *Salmoneloses* e *Micoplasmoses* aviárias e propiciando produtos com menor risco sanitário para o mercado interno e externo.

A tabela abaixo demonstra as certificações de estabelecimentos livres ou controlados para as *salmoneloses* e *micoplasmoses* aviárias controladas pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, no período de 2007 a 2010.

Certificações em Estabelecimentos					Tabela 112
Categoria do Estabelecimento	Estabelecimentos Avícolas Certificados para as <i>Salmoneloses</i> e <i>Micoplasmoses</i> Aviárias				
	2007	2008	2009	2010	
Criatório de Ratitas	2	8	4	3	
Granja Bisavoseira	3	3	3	3	
Granja Avoseira	10	13	10	12	
Granja Matriseira	43	48	64	76	
Outras	1	0	0	6	
TOTAL	59	72	81	100	
Núcleos de Criação Certificados para as <i>Salmoneloses</i> e <i>Micoplasmoses</i> Aviárias					
	2007	2008	2009	2010	
Criatório de Ratitas	2	8	4	3	
Granja Bisavoseira	10	10	12	12	
Granja Avoseira	47	49	61	59	
Granja Matriseira	76	103	174	223	
Outras	1	1	0	17	
TOTAL	141	171	251	314	

Fonte: SSA/SP

Quarentena de material genético avícola importado.

Por possuir uma boa infraestrutura aeroportuária, e grande quantidade de granjas bisavoseiras e avoseiras, o estado de São Paulo acaba sendo o destino da maioria das importações de aves e ovos férteis destinados à reposição de plantéis avícolas de reprodução. Estas impor-

tações estão condicionadas à previa autorização do Serviço de Sanidade Agropecuária da Superintendência Federal do MAPA, que além de emitir as autorizações de importação, também é responsável pelo processo de quarentena deste material.

Durante o processo de quarentena, as aves de um dia importadas são mantidas em isolamento no estabelecimento avícola privado, por um período mínimo de 30 (trinta) dias, até sua liberação para incorporação ao plantel residente ou para o estabelecimento de destino. Durante o processo de quarentena são realizados exames e testes para a pesquisa *Salmonella* sp, de *Mycoplasma* sp, do vírus da doença de Newcastle e do vírus da Influenza Aviária. Este procedimento é de fundamental importância para preservação da sanidade do plantel avícola nacional impedindo o ingresso de doenças exóticas ou que possam trazer prejuízos à avicultura nacional.

A tabela abaixo demonstra o número de autorizações emitidas para importação de ovos férteis e pintos de 1 dia e o número de quarentenas acompanhadas pelo Serviço de Saúde Animal- SP no ano de 2008 e 2009.

Autorização de Importação			Tabela 113
Ano	Autorizações de Importação emitidas	Termos de Liberação de Quarentena (TLQ) Emitidos	Quarentenas acompanhadas
2009	47	31	47
2010	38	41	57

Fonte: SSA/SP

Acompanhamento de missões estrangeiras:

No ano de 2010, o estado recebeu auditores da Dirección de Sanidad Animal da Secretaría de Estado da Agricultura da Republica Dominicana, Instituto Colombiano Agropecuario – ICA, do Servicio Agrícola Y Ganadero – SAG do Chile e do Servicio Nacional de Sanidad Agraria – SENASA do Peru, que tiveram como objetivo verificar o sistema de defesa sanitária animal com ênfase à sanidade avícola e habilitar empresas exportadoras de ovos férteis e pintos de um dia, propiciando a abertura e manutenção de mercados internacionais para os produtos avícolas nacional.

Fiscalização do cumprimento dos requisitos e exigências sanitárias para exportação:

Os estabelecimentos avícolas de controles permanentes que procedem exportação de aves e de ovos férteis, são monitorados segundo as portarias de controle e certificação sanitária para Micoplasmose e Salmonelose aviárias da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e demais determinações técnicas específicas do DSA, além de procederem a vigilância epidemiológica da doença de Newcastle e da influenza aviária. O trabalho de monitoramento e fiscalização executado pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA no estado de São Paulo propiciou, em 2010, a certificação sanitária de **1.393** processos de exportações, sendo **1.041** autorizações de exportação de ovos férteis e **352** de pintos de 1 dia.

Macroprocesso: Desenvolvimento da Suídeocultura - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suídeocultura

No quadro seguinte estão os principais processos, ações desenvolvidas e produtos finais produzidos no SSA – para garantir a saúde do rebanho, redução da incidência de doenças e melhoria na qualidade dos produtos visando atender aos consumidores.

Atividades Desenvolvidas			Tabela 114
PROCESSO	AÇÃO	PRODUTO	EXECUÇÃO
Registro de granjas de reprodutores suínos	Vistoria Inicial		
	Análise da biossegurança da granja		
	Supervisão da colheita de sangue e tuberculinização	Termo de visita Termo de colheita	DIRETA/ INDIRETA
	Análise dos resultados sorológicos Recebimento de documentação	Certificado GRSC	

As tabelas a seguir apresentam os principais resultados das atividades do Programa Nacional de Sanidade Suídea – PNSS desenvolvidas pelo SSA/SP junto com o Órgão Executor na certificação de granjas e na prevenção das enfermidades dos suídeos.

Durante o ano 2010, houve a continuidade no diagnóstico de situação para a Doença de Aujeszky em granja no município de Cerqueira César, através da investigação sorológica na Central de Inseminação Artificial do Grupo onde os técnicos da Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA colheram amostras em 100% dos machos resultando em um (1) animal reagente, que foi eliminado (52 animais). A estratégia definida juntamente com a colaboração com pesquisador da EMBRAPA/Concórdia foi a investigação amostral nas 5 (cinco) granjas de recria e terminação do mesmo proprietário, cujo resultado foi a presença de animais reagentes em 3 dessas propriedades. No momento esta-se aguardando orientação do Departamento de Saúde Animal quanto aos procedimentos a serem adotados em decorrência dessa investigação (interdição – abate sanitário dos suínos – limpeza/desinfecção - vazio sanitário e repovoamento).

Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – N° de Matrizes							Tabela 115	
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Rebanho	Nível de Bios.
Granja Semesa	560	581	618	6 25	638	600	11.752	A
Granja Campo Alegre	1.600	1789	1718	1.885	1982	2600	23.000	A
Granja Progresso	530	540	545	1.080	1150	1200	8.860	B
Granja Suinolândia I	-	457	528	500	500	500	5.000	A
Granja Sta. Cândida II	-	200	185	191	215	215	2.339	B
Granja Maiale	-	480	606	625	614	614	9.273	B

Fonte: SSA/SP

Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – N° de Cachos							Tabela 116	
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Rebanho	Nível de Bios.
Granja Semesa	20	32	43	35	44	44	11.752	A
Granja Campo Alegre	12	16	16	13	16	16	23.000	A
Granja Progresso	8	8	8	12	15	15	8.860	B
Granja Suinolândia I	-	5	5	6	14	14	5.000	A
Granja Sta. Cândida II	-	5	1	5	5	5	2.339	B
Granja Maiale	-	11	13	14	18	18	9.273	B
Cia. São João da Baleia	20	-	-	22	11	11	11	B
Cia. de Inseminação Suíno Light	13	12	17	12	15	15	15	A
Cia. Inseminação – Holambra	29	27	28	25	29	29	29	B

Fonte: SSA/SP

Ações do Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS)							Tabela 117	
	2005	2006	2007	2008	2009	2010		
Liberção de vacina contra doença de Aujeszky	24.810	36.460	18.110	14.077	0	0		
Granjas de suídeos fiscalizadas com histórico da doença de Aujeszky	1	10	12	0	0	6		
Granja de reprodutor suídeo certificada	8	10	14	9	9	9		
Fiscalização em granjas de reprodutores suídeos certificadas	12	33	23	16	18	36		
Ação em propriedades frente a suspeita de enfermidades		2	2	0	1	1		
Amostras colhidas em propriedade interditada com suspeita de doença exótica		91	-	0	0	0		
Amostras colhidas para diagnóstico da situação de doença de Aujeszky		1425	6.000	3.200	2.352	500		
Amostras colhidas para exportação de reprodutores para o Paraguai		-		-	-	48		

Fonte: SSA/SP

Amostras Coletadas por Enfermidades em Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas							Tabela 118	
---	--	--	--	--	--	--	------------	--

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Peste Suína Clássica	486	861	763	702	741	811
Doença de Aujeszky	693	992	763	702	741	811
Brucelose	617	992	763	702	741	811
Tuberculina aviária e mamífera	617	992	763	702	741	811
Sarna	---	---	---	---	145	65

Fonte: SSA/SP

Principais Indicadores							Tabela 119
Mnemônico	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Meta
Capacidade-Capacidade anual de coleta de amostras(IC PSC)-nº de Amostras para PSC/ano							
IC PSC	486	861	763	702	741	811	1008
Eficiência-Granjas fiscalizadas por fiscal(IP PSC)-Nº de amostras coletadas em granjas de reprodutores suídeos certificadas/Nº de fiscais envolvidos							
IP PSC	486	861	763	702	741	811	1008
Eficácia-Conformidade de amostras para PSC(IQ psc)-nº de amostras negativas x 100 /total de amostras analisadas							
IQ psc	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SSA/SP

Os resultados mostram que a estratégia utilizada vem mostrando que as doenças dos suínos estão sob controle ou mesmo ausentes, atendendo em São Paulo a finalidade do programa.

Principais recursos humanos envolvidos			Tabela 120
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização	
Fiscal Federal Agropecuário	11	5,8	
Agente Administrativo	2	0,65	
Agente de atividade Agropecuária	3	0,30	

Fonte: SSA/SP

Recursos Financeiros ¹					Tabela 121
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)	
339014	91.195,10	105.673,40	93.585,04	---	
339030	19.385,75	25.646,49	13.530,00	1.812,85	
339033	19.900,00	24.500,00	20.029,23		
339036	25.045,50	26.114,00	22.409,40		
339039	11.478,00	223.055,03	203.509,46	9.843,30	
339093	11.310,00	43.285,10	39.580,31	2.206,78	
SUB TOTAL	178.314,35	448.274,02	392.643,44	13.862,93	
449051 ²		228.300,73			
449052 ³	30.000,00	170.112,50	136.580,00	12.156,00	
TOTAL					

(¹) na coluna programado não está incluído o recurso solicitado para a EQC, já na coluna recebido está incluída as despesas com a EQC
(²)recurso alocado para obras na EQC; (³) Foram adquiridos veículos e aparelhos de ar-condicionado que ainda estão em fase de entrega e pagamento.

Fonte: SSA/SP, DAD/SP, SIPLAN

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 122
	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO%	
FINANCEIRO	448.274,02	406.506,37	90,68	
META SIPLAN* (propriedade atendi- da)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZA- DO/PROGRAMADO%
	40.000	36.000	115.585	303,85

Fonte: SSA/SP, DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

Estação Quarentenária de Cananéia - EQC

Pela nova estrutura regimental da SFA a EQC reporta-se diretamente à Divisão de Defesa Agropecuária – DDA, mas utiliza-se dos recursos financeiros das ações Pceanimal e Febre aftosa, tendo em vista suas atividades serem de Defesa Animal. Ela começou suas atividades em 2007, com obras e adequações para a revitalização e a ativação, visando atender o necessário isolamento sanitário de animais, em regime de quarentena e aos procedimentos técnicos de transferências de embriões importados, além de servir de base para apoio às atividades técnicas relacionadas a outras enfermidades, como o monitoramento de aves migratórias na região de Cananéia, local definido pelo MAPA como um dos sítios de permanência temporária dessas aves. Desenvolvem-se lá também cursos e treinamento ligados à defesa sanitária animal, entre outros.

Essa Estação é a única quarentenária existente no Brasil, sob controle oficial, revestindo-se como uma figura importantíssima para o País, sobretudo em negociações internacionais.

No ano de 2010, a Estação Quarentenária de Cananéia-EQC apresentou pleno desenvolvimento de suas atividades. Um aspecto que merece ser mencionado diz respeito à notoriedade que a EQC obteve, no ano de 2010, nos âmbitos nacionais e internacionais, ou seja, a EQC está se tornando conhecida do grande público e daqueles que exercem atividades que têm relação com ela. Para corroborar tal afirmação, em 2010, ocorreram diversos eventos na EQC, listados no quadro em anexo.

No tocante a aspectos de interesse comercial internacional, a EQC foi alvo complementar de uma missão da Indonésia, que esteve no Brasil e conheceu o sistema de defesa e quarentena animal do nosso país.

Quanto às quarentenas realizadas na EQC em 2010, segue abaixo o quadro detalhando cada uma delas, por época, espécie e origem. Foram 15 quarentenas de aves de companhia. Houve o encerramento da primeira quarentena de 100 fêmeas bovinas receptoras de embriões da República da Índia, e o início da segunda quarentena, com 335 animais cujos testes e observações continuam na EQC.

Com relação a cursos de capacitação e treinamento, foram realizados dois de colheita de amostras, incluindo a prática junto aos animais.

1. De 01 a 05 de novembro de 2010: I Curso de Colheita de Amostras para Diagnóstico de Doenças em Animais de Produção.
Participaram 33 alunos e 10 instrutores;
2. De 22 a 26 de novembro de 2010: II Curso de Colheita de Amostras para Diagnóstico de Doenças em Animais de Produção.
Participaram 37 alunos e 10 instrutores;

QUARENTENAS E OUTROS EVENTOS NA EQC EM 2010				Tabela 123
DATA INÍCIO	DATA TÉRMINO	ESPÉCIE-QUANTIDADE	ORIGEM	

19/10/2009	18/08/2010	Embriões – 100	Índia
23/03/2010	14/04/2010	Arara – 1	Espanha
01/04/2010	30/04/2010	Arara – 1	Suiça
05/05/2010	21/05/2010	Calopsita - 4	Espanha
06/05/2010	24/05/2010	Papagaio - 1	Federação Russa
17/06/2010	02/07/2010	Papagaio - 3	Estados Unidos
30/06/2010	15/07/2010	Papagaio - 1	Portugal
06/08/2010	20/08/2010	Papagaio – 1	Estados Unidos
19/08/2010	03/09/2010	Papagaio – 1	Chile
05/10/2010	20/10/2010	Jandaia Sol – 1	Estados Unidos
13/10/2010	28/10/2010	Arara – 2	Estados Unidos
08/11/2010	23/11/2010	Papagaio – 1	Estados Unidos
09/11/2010	24/11/2010	Papagaio – 1; Arara - 1	Estados Unidos
25/11/2010	10/12/2010	Pombos – 6	Belgica
14/12/2010	29/12/2010	Papagaio – 1	Canadá
16/12/2010	31/12/2010	Cacatua - 1	Estados Unidos
01/10/2010		Embriões – 335	Índia

Principais recursos humanos envolvidos

Tabela 124

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização
Fiscal Federal Agropecuário	2	2,0
Agente Administrativo	1	1,0
Aux. Oper. Serviços Diversos	4	4,0

Fonte: DDA/SP

2.3.3 - Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Objetivo Específico	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Andrea Maranhão – Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários - SEFIP Mario Luiz Neto – Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA Augusto Luis Billi – Chefe do Serviço de Suporte Agropecuário - SESAG
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 - Ação 2124 – FISCINAN - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais

agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), Avaliação de Perigos e Pontos Críticos de Controle-APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Áreas responsáveis por
gerenciamento ou execu-
ção

Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários - SEFIP

Ao fiscalizar os estabelecimentos com atividade na área de alimentos para animais, o SEFIP contribui para salvaguardar a produção e a produtividade agropecuárias, bem como a segurança dos alimentos fornecidos aos animais e conseqüentemente a segurança dos produtos de origem animal disponibilizados para consumo humano.

Resultados da ação - Registro de estabelecimento e produtos

Há quatro anos, adotou-se nacionalmente um novo critério para a avaliação dos registros de estabelecimentos, distinguindo-se o registro de um novo estabelecimento do registro de uma nova atividade (categoria) em um estabelecimento já registrado em alguma atividade na área de alimentos para animais junto ao MAPA.

O total de novos estabelecimentos registrados em 2010 mostrou-se compatível com a média da série histórica. Embora os números absolutos de registro de produtos tenham se mostrado compatíveis com os registrados nos anos anteriores, houve uma alteração da sua distribuição, com redução significativa do registro de alimentos para animais de companhia, que com a publicação da IN 30/09, passaram a ser isentos de registro.

O Estado conta atualmente com aproximadamente 800 estabelecimentos registrados, sendo 600 deles de fabricantes. Com relação aos produtos registrados, este Serviço possui aproximadamente 30.000 registrados.

Registro de Novos Estabelecimentos					Tabela 125
	2006	2007	2008	2009	2010
Registro de Novos Estabelecimentos	70	38	19	47	49
Fabricante	55	22	17	41	32
Importador	12	16	2	06	17
Fracionador	3	0	0	0	0
Novas Categorias de Atividade em Estabelecimentos já Registrados					Tabela 126
Fabricante			11	18	12
Importador			7	2	14
Fracionador			3	3	1
Registro de Produto					Tabela 127
Registro de Produto (Total)	1908	2940	2200	2371	2803
Alimento	216	313	165	118	16
Ração	351	600	286	318	371
Concentrado	98	98	102	96	202
Suplemento	1155	1564	1522	1598	428
Ingrediente	68	113	33	79	50
Aditivo	20	252	92	162	102

Fonte: SEFIP/SP

Fiscalização de estabelecimentos:

É importante observar que esta área teve a publicação de um novo marco regulatório em dezembro de 2007 - Decreto 6.296/2007, cujos prazos de adequação de registro de estabelecimento e produto inicialmente expirariam em dezembro de 2008, mas o prazo foi prorrogado para 18 de dezembro de 2010, o que estendeu os trabalhos da equipe do SEFIP no que se refere à adequação de registro de estabelecimentos e produtos. Somado a isso é imprescindível a citação das publicações de normas complementares ao Decreto e das alterações de normas ocorridas ao longo de 2009 e 2010, que afetaram diretamente o desempenho no cumprimento das metas de fiscalização estabelecidas pela coordenação em Brasília para 2010. Apesar do fato de que as publicações destas novas normas tiveram como finalidade desburocratizar o setor, fases de transição geram um período de adaptação e de adequação às mesmas.

Em 22 de setembro de 2010, foi publicada a Instrução Normativa nº 29 em substituição da IN 29/07. Esta norma regulamenta a importação de insumos pecuários (produtos destinados a alimentação animal e produtos de uso veterinário). A área de Alimentação Animal do SEFIP/SP recebia em média por ano 5.000 (cinco mil) processos de pedidos de autorização prévia a importação. Com a publicação da IN 29/10, estima-se que este número cairá para menos de 200 pedidos de autorização prévia ao ano. Comprovando a desburocratização da área e possibilitando que os FFAs se dediquem a outras funções, tais como fiscalização, coleta de amostras, exportação, entre outras.

Em 16 de dezembro de 2010 foi publicada a Instrução Normativa nº 42 que regulamenta a isenção de registro produtos classificados como ração, concentrado, premix, núcleo e suplemento para ruminantes, bem como alguns ingredientes e aditivos.

No planejamento de fiscalização, em consonância com o órgão central, atribuiu-se ao Estado de São Paulo a meta de 218 fiscalizações de estabelecimentos. Tal meta foi alcançada e superada, tendo sido realizadas um total de 236 fiscalizações.

Durante todo o ano de 2010, o SEFIP se concentrou em atender a demanda referente à adequação de registro de estabelecimentos (principalmente) e produtos ao Decreto 6.296/07, cujo prazo expirou em 18/12/10. O volume de processos para adequação de registros de estabelecimento e produtos ao Decreto 6.296/07, recebidos (mais de 17 mil ao todo) demandou dedicação enorme, para separar inclusive as empresas regulares das não regulares, o que culminou com uma série de intimações (quase 300 intimações) e autuações (quase 400 autos de infração) em todo o Estado na época. Com a alteração do prazo para a adequação de estabelecimentos e produtos ao Decreto, todos os Autos gerados no ano de 2009 tiveram de ser tornados nulos, e a avaliação documental teve de ser realizada novamente por conta do novo prazo.

Vale ressaltar que os fiscais do interior são lotados nas UTRAs e não no SEFIP. Sendo assim, muitos deles executam outras tarefas e atendem outros serviços além do setor de Alimentação Animal.

Observa-se que o número de estabelecimentos fiscalizados é inferior ao total de fiscalizações por haver repetição de empresas. Tal fato deve-se, sobretudo, ao programa de monitoramento de produtos destinados a ruminantes, elaborado com objetivo de fiscalizar o uso de ingredientes proibidos na alimentação destes animais, parte do Programa de Controle Nacional contra a EEB – Encefalopatia Espongiforme Bovina (doença da Vaca Louca). Para cumprir tal programa, fazem-se amostragens sistemáticas em fábricas, seguindo um plano nacional. Este fato também se deve ao acompanhamento da fiscalização junto às empresas que apresentaram não conformidades que devem ser corrigidas ao longo do período após a fiscalização inicial (IN 04/07).

Apesar de fiscalizações de estabelecimentos com ênfase na qualidade de processo demandarem mais tempo e conseqüentemente mais recursos humanos e financeiros, as auditorias focando a adoção de Boas Práticas de Fabricação – BPF - revelaram-se uma ferramenta apropriada para a melhoria nas condições tecnológicas e sanitárias do parque industrial de São Paulo.

É oportuno registrar que a equipe de fiscalização do FISCINAN, nas UTRAs, foi reduzida ao longo dos últimos anos, sem reposição do efetivo. Vale assinalar, em vista do caráter multidisciplinar das UTRA's, que a equipe também colabora ativamente na execução de atividades de outras ações relacionadas aos demais Serviços.

À semelhança do exercício anterior, manteve-se uma intensa participação de Fiscais de São Paulo em grupos nacionais de auditorias e de elaboração de novas normas e sistemas. Apesar de alterar a rotina de atividades locais, o órgão central e a SFA-SP julgam primordial a presença de Fiscais de São Paulo em tais grupos, considerando a expressividade deste Estado na produção nacional de produtos para alimentação animal.

Atividades					Tabela 128
Atividades	2006	2007	2008	2009	2010

Fiscalização Estabelecimentos	502	346	257	158	236
Fabricante	399	279	180	131	194
Outros	103	124 *	77*	27	42
Estabelecimentos fiscalizados	325	203	152	98	164
Fiscalização de Produto	3847	2.705	2.703	735	1920
Alimento	305	108	149	77	113
Ração	625	530	256	171	289
Concentrados	93	72	17	47	113
Suplementos	753	702	233	160	462
Ingredientes	1221	996	636	200	556
Aditivos	444	297	148	80	238

* Até 2006, as vistorias para concessão de registro inicial eram contabilizadas em outro índice. Por também serem ações de fiscalização, e a fim de harmonizar nacionalmente as metas e os indicadores de desempenho, tais vistorias passaram a ser somadas a este sub-item.
Fonte: SEFIP/SP

Avaliação laboratorial de produtos destinados à alimentação animal

Nessa ação, os indicadores que se referem à conformidade de produtos contribuem para avaliar o comportamento do setor, monitorando-se a qualidade de produtos fabricados ou comercializados no Estado de São Paulo. Em 2009, adotou-se como meta de colheita de amostras a cota por tipo de produto / determinação analítica, acordada entre a Coordenação de Produtos para Alimentação Animal e a Coordenação Geral de Apoio Laboratorial. Contudo, em decorrência da alteração da legislação e, pelo fato de que normas complementares foram publicadas em maio e junho de 2009 (IN 15 e 22/09) e que seus prazos para adequação foram revogados dois meses depois (agosto), houve uma indefinição sobre quais procedimentos seriam tomados para as ações de fiscalização. Outro fato importante que influenciou as coletas de amostras foi a revogação da Portaria 07/88, que estabelecia os padrões mínimos de matérias primas empregadas na alimentação animal.

A microscopia atingiu 97,75% de conformidade, dentro da série histórica. Em relação à microbiologia, em função do pequeno número de resultados recebidos, é bastante complicado tecer qualquer comentário técnico.

Atividades Laboratoriais					Tabela 129
Atividades	2006	2007	2008	2009	2010
Colheita de Amostras – Total	417	321	153	96	169
Amostras analisadas FQ *	212	133	45	2	88
Amostras aprovadas FQ *	177	77	37	1	63
Índice de Conformidade FQ *%	83,5	58%	82	50	71,6
Amostras analisadas Mc**	105	103	75	89	48
Amostras aprovadas Mc**	103	105	71	87	46
Índice de Conformidade Mc**	98,1	100	95	97,75	95,8
Amostras para Mb***		27	6	3	31
Amostras analisadas Mb***		23	1	3	31
Amostras aprovadas Mb***		23	1	3	31
Índice de Conformidade Microbiologia		100	100	100	100
FQ *= físico química ** Mc = microscopia ***Mb= microbiologia					
Fonte: SEFIP/SP					

Principais Indicadores					Tabela 130	
Mnemônico	2006	2007	2008	2009	2010	Meta
Capacidade - Capacidade de Fiscalização (IF) - Total de fiscalizações / Ano						
IF	502	346	257	158	236	360
Capacidade – Estabelecimentos Fiscalizados (IEF) - Nº de estabelecimentos fiscalizados/Ano						

IEF	325	203	152	98	164	300
	Eficácia- Cobertura da Fiscalização de Estabelecimentos(Ife) - N° de estabelecimentos fiscalizados x 100/Total de estabelecimentos registrados					
IFE(%)	54	23	19	15,7	27,1	48
	Eficiência- Produtividade do Serviço em fiscalização (Idf) - Total de fiscalizações / Equivalente técnico fiscais envolvidos					
Idf	43	27	17,4	12,9	19,7	29
	Capacidade - Fiscalização de Produtos (IP) - Número de produtos fiscalizados / Ano					
IP	3.847	2.705	2.703	735	1920	1500
	Eficácia- Cobertura da Fiscalização de Produtos (IFP) - N° de produtos fiscalizados x 100 / Total de produtos registrados					
IFP(%)	18,3	11	11	3,7	6,4	7,5
	Capacidade- Colheita de Amostras (ICA) - Número de amostras colhidas / Ano					
ICA	417	321	153	96	169	330
	Eficiência - Produtividade do Serviço na Colheita de Amostras (Idaf) - Total de amostras colhidas / Equivalente técnico fiscais envolvidos					
Idaf	33	25	10,4	7,8	14,1	27
	Eficácia - Conformidade de Produtos para Alimentação animal – Físico-química (ICP) - N° de amostras no padrão X 100 / Total de amostras analisadas					
ICP- FQ(%)	83,5	58	82	50	71,6	80
	Eficácia - Conformidade de Produtos para Alimentação Animal – Microscopia (ICP) - N° de amostras aprovadas (microscopia) X 100 / Total de amostras analisadas					
ICP - Mc(%)	98,1	100	95	97,7	95,8	95
	Eficácia - Conformidade de Produtos para Alimentação Animal – Microbiologia (ICP) - N° de amostras aprovadas (microbiologia) X 100 / Total de amostras analisadas					
ICP – Mb(%)	100	100	90	100	100	100
	Capacidade- Registro de produtos (Ireg) - Número de produtos analisados para registro / Ano					
IReg	1.908	2.940	2.200	4.567	3115	3.000
	Eficiência - Produtividade do Serviço em registro de produtos (Ipreg) - Total de produtos analisados para registro / Equivalente técnico fiscais envolvidos					
Ipreg	162	226	149,2	372,8	259,6	244
	Eficiência- Eficiência do custo de fiscalização (IdCF) - Recursos financeiros aplicados/Total de fiscalização					
IdCF (R\$)	36,74	50,00	52,64	558,2	550,8	472,00
	Capacidade - Autorização de Importação (Iai) - N° de requerimentos de importação aprovados / Ano					
Iai	4.443	4.800	4.806	5696	4256	5.500

Fonte: SEFIP/SP

A meta estabelecida para o total de fiscalizações – IF – considerou novas estratégias de atuação, incluindo auditorias de duração mais longa. Assim, apenas com o aumento do efetivo de Fiscais no Estado e com a modernização de outros processos de trabalho será possível elevar a meta de fiscalização de estabelecimentos.

Os indicadores relativos à taxa de cobertura da fiscalização – IEF e IFE - são menores que o total de fiscalizações, pela necessidade de repetição de estabelecimentos, atendendo a programas nacionais específicos de amostragem e de auditoria. Ao concretizar esta estratégia no Estado, foram realizadas ações focadas nos estabelecimentos de alto volume de produção ou de maior risco epidemiológico. Estabelecimentos que sofreram fiscalização e apresentaram nível insatisfatório de Boas Práticas de Fabricação também necessitam de acompanhamento e de fiscalizações constantes, o que reduz o número de estabelecimentos fiscalizados em relação ao total de fiscalizações.

O Idf é uma ferramenta gerencial para o planejamento anual das ações e o dimensionamento da equipe, permitindo estimar de forma rápida e prática a capacidade do Serviço em atender metas de fiscalização e demandas por atividades internas. Com novas estratégias de fiscalização, a meta para este indicador vem sofrendo redução em

relação à série histórica de anos anteriores e deverá ser mantida desta forma para o exercício 2011, porém, estima-se um crescimento do número de fiscalizações nos próximos anos, em virtude da publicação de normas que vêm desburocratizando o setor e aumentando sua eficiência, apesar do número reduzido de fiscais e da falta de reposição do corpo técnico ainda ser um grande entrave. Evidencia-se, então, que a equipe de fiscalização nesta ação precisa ser ampliada, tendo em vista o tamanho deste parque industrial no Estado de São Paulo.

A fiscalização de produtos é realizada no ato da fiscalização dos estabelecimentos. Os indicadores relativos a esta atividade, IP e IFP, foram maiores que o exercício anterior, devido à superação de algumas dificuldades que o setor passou, mencionadas nos relatórios anteriores, que dificultaram a saída de pessoal para fiscalizações, reduzindo assim as fiscalizações de produto também.

A meta programada para o ICA, em 2010, foi estabelecida nacionalmente para todos os Estados, considerando a capacidade da rede laboratorial oficial e priorizando parâmetros analíticos de maior relevância técnica. A meta inicialmente planejada não foi atendida em decorrência da alteração das estratégias de fiscalização e da revisão dos instrumentos legais, iniciada pela publicação do Decreto 6.296/2007 e instruções complementares, que foram mencionadas nos dados de análises laboratoriais.

No ano de 2010, o IdCF apresentou valor semelhante ao ano de 2009, devido ao novo perfil de fiscalizações que vem se tentando adotar em todo o país, com foco na avaliação de risco e na aplicação das BPFs. Esse tipo de fiscalização demanda mais tempo da equipe na empresa, porém proporciona melhores resultados. O fato de o Estado de São Paulo não contar com fiscais atuantes na área de alimentação animal em algumas UTRAs também faz com que equipes de outras localidades se desloquem para atender tais regiões, o que aumenta o custo com deslocamento de pessoal. Também é válido destacar a publicação do Decreto nº 6.907/09, que instituiu o aumento das diárias para servidores, o que encareceu os custos de fiscalização.

Para o custo de fiscalização, de um modo geral, a meta seria torná-lo sempre mais econômico mantendo-se a qualidade da fiscalização. Entretanto, com as novas estratégias de fiscalização, aumenta-se a permanência da equipe em cada empresa, elevando o custo médio da fiscalização no Estado. Também está sendo feito um esforço para que as fiscalizações não sejam mais realizados por apenas um fiscal, mas que contenham pelo menos 2 FFAs. Tal dado tem sido considerado para as estimativas de custo e para o planejamento, embora este indicador tenha se mostrado estável até 2008. Observamos que, para este cálculo, são excluídos os recursos descentralizados para outros objetivos, como deslocamento para reuniões do setor.

Os indicadores relativos à conformidade de amostras (IC) mostraram-se dentro da meta para os parâmetros considerados, e o de amostras apresentou melhora em relação ao exercício de 2009. A microbiologia novamente apresentou índice de conformidade de 100%.

Os indicadores relativos a registro de produtos (IReg e Ipreg) contabilizam os processos analisados e deferidos. Desta forma, a meta inicialmente planejada representa a efetiva demanda do parque industrial de São Paulo, dada sua constante evolução técnica e mercadológica. O número de registros de produtos apresentou-se dentro da média histórica, mas espera-se que, para o no de 2011, este valor seja reduzido em função de publicação da IN 30/09 e da IN 42/10, que isentam de registro diversas categorias de produtos.

O indicador relativo aos processos de importação – Iai – é uma ferramenta gerencial, uma vez que esta atividade está fortemente concentrada em alguns poucos Estados, como São Paulo. Este indicador vinha crescendo gradativamente a cada ano, o que tomava um tempo considerável dos fiscais da sede, onde este serviço é centralizado. Em

14 de setembro de 2010, foi publicada a Instrução Normativa 29, que alterou os procedimentos de importação de insumos pecuários, incluindo produtos para alimentação animal. Com esta nova norma, a importação, da maioria dos produtos para alimentação animal, deixaram de ter anuência prévia do MAPA, o que fez com que o volume de processos analisados de setembro até o final do ano fossem significativamente reduzidos.

Principais recursos humanos envolvidos **Tabela 131**

Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação
Fiscal Fed. Agropecuário	19	11,5
Apoio Administrativo	1	0,25

Fonte: SEFIP/SP

Recursos Financeiros **Tabela 132**

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)	A EXECUTAR
339014	104.635,00	78.982,00	67.834,58		
339030	11.000,00	7.000,00	3.923,56	800,91	
339033	4.500,00	7.500,00	2.332,91		
339039	4.000,00	14.500,00	1.504,97	200,84	
339093	11.500,00	8.500,00	2.110,83	476,02	
SUBTOTAL	135.635,00	116.482,00	77.706,85	1.477,77	
449052*		45.000,00			40.140,00

*foi adquirido veículo que ainda esta em fase de entrega e pagamento

Fonte: SEFIP/SP, DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 133

	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
FINANCEIRO	135.635,00	116.482,00	79.184,62	68%
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
META SIPLAN (fisc.realizada)	218	179	236	108,2

Fonte: SEFIP/SP, DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

2.3.3.2 - Ação 2019 – FISCAGENE - Fiscalização de material genético animal

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuam, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas práticas de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários - SEFIP

Ao fiscalizar os estabelecimentos com atividade na área de material genético animal, o SEFIP contribui para salvaguardar a produção e a produtividade pecuária, por meio da oferta de produtos (reprodutores, sêmen, embriões, aves e ovos férteis) em conformidade com padrões técnicos e sanitários. Estão registrados 417 estabelecimentos.

Atividades	Tabela 134				
	2006	2007	2008	2009	2010
Registro de Estabelecimentos Produtores de Sêmen e/ou Embriões	2	2	3	1	0
Registro de Estabelecimento Importador de Sêmen e/ou Embriões	5	5	1	2	0
Registro de Estabelecimento de Revenda de Sêmen e/ou Embriões	3	3	0	0	0
Registro de Empresa Prestadora Serviço em Inseminação Artificial	0	0	0	0	0
Registro de Incubatórios Avícolas (Reg)	2	2	0	2	5
Registro de Granjas Avícolas	25	25	5	26	61
Registro Incubatório – avestruz (Reg)	6	6	0	0	0
Registro de Criadouro – Avestruz	10	10	1	3	0
Fiscalização de Estabelecimento Produtor de Sêmen e/ou Embriões	20	20	24	13	12
Fiscalização de Estabelecimento Importador de Sêmen e/ou Embriões	11	11	15	7	11
Fiscalização de Emp. de Prestadora de Serv. em Inseminação Artificial	5	5	1	0	0
Fiscalização de Estabelecimento de Revenda de Sêmen e/ou Benef.	6	6	9	6	0
Fiscalização de Incubatórios Avícolas (Fiscal)	10	10	5	1	6
Fiscalização de Incubatórios – Avestruz (Fiscal)	3	3	2	6	0
Fiscalização de Granjas Avícolas	18	18	17	6	12
Fiscalização de Criadouro de Avestruz	11	11	12	10	0
Total de Vistorias para fins de registro		71	19	67	57
Total de Fiscalizações + Vistorias	84	148	104	115	98
Inscrição de Reprodutores Doadores de Sêmen (Certif)	310	310	386	484	683
Nº de Reprodutores Controlados (renovações sanitarias)	111	111	154	123	155
Controle de Baixas de Reprodutores (Animal)	364	364	463	423	462
Animais Import.(bovinos, eqüinos, suínos, aves)	756	756	70.049	719	1.071
Sêmen animal Importado (1000 doses)	4.037	4.037	7.413	4.980	4.522
Embriões bovinos Importados (Embrião)	2.770	2.770	1.713	5.280	4.152
Ovos férteis de aves - 1.000 ovos	1.436	1.125	1.941	1.326	984
Exportação de Eqüinos (Animal)	557	557	641	352	593

Fonte: SEFIP/SP

No que diz respeito à avicultura, a SFA-SP ainda possui um número significativo de processos de novos registros em trâmite, pois esta atividade é extremamente dinâmica.

De um modo geral, o atendimento às metas na área de Material Genético Animal manteve a série histórica, ainda que com uma equipe bastante reduzida.

Principais Indicadores						Tabela 135
Mnemônico	2006	2007	2008	2009	2010	Meta
Capacidade-Fiscalização (If) - Total de fiscalizações / Ano						
<i>If</i>	84	148	104	115	98	245
Eficácia - Fiscalização de Estabelecimentos Registrados (Ifer) - Total de fiscalizações x 100 / Total de estabelecimentos registrados						
<i>Ifer%</i>	28	49	36	41	31	100
Eficiência - Produtividade do Serviço em fiscalização – (Idf) - Total de fiscalizações / Nº de fiscais envolvidos						
<i>Idf</i>	15	25	26	23	24	49
Eficiência - Reprodutores doadores de sêmen controlados (Idsc) - Nº. de doadores de sêmen controlados / Nº de fiscais envolvidos						
<i>Idsc</i>	37	61	51	161	170	Demanda

Fonte: SEFIP/SP

Os principais indicadores desta ação são o Ifer e If, que estão dentro da média da série histórica. Os estabelecimentos de reprodução – centrais de inseminação artificial – seguiram em um sistema de auditorias nacionalmente planejadas, com equipes compostas por Fiscais de São Paulo e de outros Estados. Na avicultura de reprodução, além de vistorias e fiscalizações de rotina, também foram realizadas várias auditorias conjuntas com o Serviço de Saúde Animal, principalmente nas empresas exportadoras de genética avícola material. Embora bastante eficazes, tais auditorias demandam um maior tempo de permanência da equipe nas unidades.

A análise dos indicadores de eficiência, que calculam “produtividade” por Fiscal envolvido em determinadas atividades, demonstra um valor de *Idf* estável desde 2006.

Sendo um dos principais fatores limitantes o número insuficiente de fiscais desta área, a chefia do SEFIP tem constantemente requisitado, junto ao órgão central, condições para aumentar a equipe.

Principais recursos humanos envolvidos		Tabela 136
Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação
Fiscal Fed. Agropecuário	9	4
Apoio Administrativo	1	0,25

Fonte: SEFIP/SP

Recursos Financeiros				Tabela 137
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)
339014	29.500,00	18.276,50	17.806,24	
339030	3.500,00	3.600,00	1.516,47	292,92
339033		4.114,28	4.024,77	
339039	800,00			
339093	10.400,00	3.700,00	1.400,77	
TOTAL	44.200,00	29.690,78	24.748,25	

Fonte: SEFIP/SP, DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 138
	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
FINANCEIRO	44.200,00	29.690,78	25.041,17	84,34
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
META SIPLAN (fiscalização realizada)	187	170	100	58,82

Fonte: SEFIP/SP, DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

2.3.3.3 - Ação 2140 - FISPROVET - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários - SEFIP

Considerando-se a obrigatoriedade da fiscalização e controle de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabricam, manipulam ou importam, foram obtidos os resultados a seguir descritos, que permitem o cálculo dos indicadores.

Fiscalização de Estabelecimentos de Produtos de Uso Veterinário						Tabela 139
Unid.	2006	2007	2008	2009	2010	

Licença inicial de estabelecimento	Nº	24	44	48	36	16
Renovação de licença de funcionamento	Nº	107	104	84	176	74
Estabelecimento fiscalizado	Nº	121	120	153	115	112
Cancelamento de licença de funcionamento	Nº	9	5	10	23	6
Total de fiscalizações	Nº	352	316	382	306	423

Atividades Desenvolvidas pela Area de Produtos Veterinários						Tabela 140
	Unid.	2006	2007	2008	2009	2010
Atendimento a estabelecimentos	Nº	5.530	5.689	5.145	6000	6500
Processos atendidos	Nº	3801	4.378	4.635	4800	4664
Reunião técnica	Nº	71	50	25	20	15

Fonte: SEFIP/SP

Em 2010, houve uma redução no número de licenças iniciais de estabelecimentos emitidas tendo em vista a diminuição dos pedidos. Manteve-se a priorização das fiscalizações para registro inicial de estabelecimento, para que estes pudessem iniciar suas atividades. Além disso, foram também priorizadas empresas cujas licenças possuíam data de validade vencida a mais tempo. Atualmente estão registrados 303 estabelecimentos.

As colheitas de amostras de vacinas foram contabilizadas no total de fiscalizações sendo que colheitas de amostras realizadas no mesmo dia e no mesmo local foram individualmente contabilizadas, quando as empresas proprietárias das vacinas eram diferentes. Este fato foi principalmente observado devido à colheita centralizada que ocorre nos Armazéns Gerais de Vinhedo (AGV).

Devido ao acúmulo de processos de Autos de Infração destinados a relatoria e processos para cadastro de produtos de Higiene e Embelezamento, o número de fiscalizações a serem realizadas foi reduzido, o que impactou, principalmente, no número de renovações de licença de funcionamento, atividade precedida por inspeção.

O quadro total de fiscais permanece deficitário, dada a grandeza do parque industrial no Estado de São Paulo, a centralização da amostragem de vacinas de controle oficial, ainda que produzidas em outros Estados, e a demanda por atividades internas.

Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário						Tabela 141
	Unid.	2006	2007	2008	2009	2010
Pré-análise de Registro de produto	Nº	61	76	73	71	54
Renovação de Licença de produto	Nº	387	305	398	339	202
Prod. cadastrados – Homeopáticos	Nº	14	0	26	15	159
Colheita de amostra – Biológicos	Nº	1.161	993	1.094	981	1059
Acompanhamento de troca de embalagem	Nº	21	14	117	1	3
Autorização de Importação	Nº	4.881	4.871	4.719	4.988	3817

Fonte: SEFIP/SP

Houve uma redução do número de pré-análise para registro de produtos, tendo em vista a necessidade de priorizar a análise de processos de outra natureza. Além disso, o processo de registro de produto é novamente analisado pelos técnicos do Órgão Central em Brasília, sendo a conclusão do mesmo de responsabilidade deles.

Devido às dúvidas levantadas quanto à aplicabilidade do artigo 3º e 4º do Decreto Lei nº 467 de 13/02/1969, questão esta encaminhada à Consultoria Jurídica do MAPA, as renovações de licença dos produtos importados foi suspensa, o que refletiu na redução do número de renovações de licença de produto.

Tendo em vista o acúmulo de processos de cadastro de produtos de Higiene e Embelezamento, a análise desses processos foi intensificada.

A colheita de amostras de produtos de natureza biológica para análise permanece uma atividade que ocupa parte considerável da programação das atividades externas

e que reflete a maior parte do número total de fiscalizações realizadas durante o ano. Ressalta-se que a selagem de vacinas, independentemente de seu local de produção, está centralizada em estabelecimento localizado em Vinhedo/SP. Assim, a colheita de amostras destas vacinas, mesmo as oriundas de outros Estados, recai sobre esta Superintendência.

Observou-se redução no número de autorizações de importação emitidas, pois com a publicação da Instrução Normativa 29 de 14 de setembro de 2010, produtos de uso veterinário registrados, não mais necessitam de autorização prévia de importação emitida por este Serviço.

Produtos Reprovados em Análise Fiscal **Tabela 142**

Número de Doses Inutilizadas de Produtos Biológicos Submetidos à Análise Fiscal					
Atividade produto/serviço	2006	2007	2008	2009	2010
Bronquite	29.676.000	0	9.675.000	0	0
Febre Aftosa	8.978.320	0	10.085.820	3.370.020	103.749.660
Carbúnculo Sintomático	0	0	6.252.607	1.112.620	145.500
Doença de Newcastle	0	2.935.800	19.531.000	0	0
Raiva	0	0	3.340.485	0	1.023.140
Brucelose	372.480	1.565.540	1.784.520	135.510	511.140
Gumboro	0	2.935.800	44.025.000	0	0
ANTÍGENO / ALÉRGENO					
Brucelose	0	0	0	0	0
Tuberculose	84.400	0	0	0	0

Fonte: SEFIP/SP

Além dos dados referentes às vacinas acima, foram inutilizadas 5.072.490 vacinas contra clostridioses (vacinas polivalentes).

Infrações e Penalidades Aplicadas aos Estabelecimentos **Tabela 143**

	2006	2007	2008	2009	2010
Notificação	12	17	22	28	33
Infração	19	25	34	58	35
Apreensão	8	16	21	21	13
Inutilização	2	21	82	52	61
Destruição	4	6	0	52	61
Interdição	4	5	1	9	7
Liberação	3	1	7	48	9

Fonte: SEFIP/SP

Principais Indicadores **Tabela 144**

<i>Mnemônico</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>Meta</i>
Capacidade - Capacidade de Fiscalização (Ifra) - Total de fiscalizações / Ano						
<i>Ifra</i>	352	316	382	306	423	440
Capacidade - Capacidade de fiscalização de estabelecimentos (Iefa) - Nº de estabelecimentos fiscalizados/Ano						
<i>Iefa</i>	121	120	153	115	112	293
Eficácia- Eficácia na Fiscalização de Estabelecimentos (Ieffe) - Nº de estabelecimentos fiscalizados x 100/Total de estabelecimentos registrados						
<i>Ieffe</i>	30%	37,5%	42,5%	32,25%	36,96%	100%
Eficiência- Eficiência do Serviço na fiscalização (Ifrrf) - Total de fiscalizações / Equivalente técnico fiscais envolvidos						
<i>Ifrrf</i>	58	35	35	24,88	30,87	55
Capacidade - Capacidade de amostrar produtos biológicos (Icpb) - Número de produtos fiscalizados / Ano						
<i>Icpb</i>	1.161	993	1.094	981	1.059	1.200
Capacidade- Capacidade de analisar autorizações de Importação (Iripa) - Nº Autorizações Importação / Ano						
<i>Iripa</i>	4.881	4.871	4.719	4.988	3.817	demanda
Eficiência - Eficiência do Serviço na colheita de amostras (lapbf) - Nº de amostras prod. Biológicas colhidas / Nº de fiscais envol-						

vidos						
Iapbf	232	195	156	163,5	211,8	171
Eficiência – Indicador de eficiência na análise das autorizações de importação (Iripaf) – N° de autorizações de importação / N° de fiscais envolvidos						
Iripaf		442	429	712,57	636,16	700
Eficiência- Eficiência do Serviço na pré-análise de processo de registro de produto (Iparf) – N° de processos analisados para registro(pré-análise) / N° de fiscais envolvidos						
Iparf	10	14	7	17,75	18	18
Capacidade- Capacidade de análise de processos para registro de produto(pré-análise) (Iparg) – N° de processos analisados para registro(pré-análise)/ Ano						
Iparg	61	76	73	71	54	72

Fonte: SEFIP/SP

A adoção das metas para os indicadores **Ifra, Iefa, Ieffe e Ifrf** levou em consideração a totalidade de fiscalizações, incluindo colheita de vacinas, e o total de estabelecimentos que deveriam ser fiscalizados em 2010. Por conta das limitações quanto ao número de fiscais atuantes no FISPROVET, essas metas não puderam ser alcançadas, logo refletem metas ideais e não metas passíveis de cumprimento haja vista a situação do desenrolar da ação.

Ifra e Ifrf - O Ifra apresentou elevação em relação a 2009 devido a elevação no número de colheitas, que são contabilizadas como fiscalizações. O Ifrf também apresentou elevação em relação a 2009, pois o equivalente técnico de fiscais envolvidos decresceu.

Iefa e Ieffe – O Iefa praticamente manteve-se igual a 2009. Já o Ieffe aumentou, pois muitos estabelecimentos que foram contabilizados como registrados em 2009, hoje possuem licença cancelada, caracterizando menor número de estabelecimentos registrados.

Icpb e Iapbf – O Icpb apresentou elevação em relação a 2009 por conta da elevação do número de vacinas registradas e conseqüentemente submetidas ao controle oficial do MAPA. Além disso, houve redução no número de fiscais envolvidos na atividade o que elevou também o Iapbf. Para o cálculo do Iapbf, somente são considerados os Fiscais com formação em Medicina Veterinária, por força de legislação.

Iparg e Iparf – O Iparg apresentou redução por conta do menor número de pré-análises de registro de produto realizadas devido aos fatores já apresentados acima. O Iparf praticamente manteve-se inalterado por conta de menor número de fiscais estarem envolvidos com a pré-análise, devido ao acúmulo de processos de outra natureza cuja análise foi intensificada, como acima explicado.

Iripa e Iripaf – Devido a IN 29 de 14/09/2010 o número de solicitações de autorização de importação foi reduzido o que impactou no Iripa e Iripaf que apresentaram redução.

Principais recursos humanos envolvidos			Tabela 145
Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação	
Fiscal Federal Agropecuário	14	11,4	
Apoio Administrativo	1	0,20	

Fonte: SEFAG/SP

Recursos Financeiros				Tabela 146
ELEMENTO DE DES-PESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)
339014	45.973,20	44.614,84	44.335,62	
339030	13.000,00	11.500,00	8.220,68	
339033	4.000,00	8.500,00	7.477,10	
339039	8.000,00	4.000,00		
339093	4.000,00	3.900,00	533,76	600,41

SUB TOTAL	74.973,20	72.514,84	60.567,16	
449052*	80.280,00	90.000,00		

*foram adquiridos veículos que ainda estão em fase de entrega e pagamento

Fonte: SEFIP/SP, DAD/SP e SIPLAN

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 147
FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
	74.973,20	75.514,84	61.167,57	84,35
META SIPLAN (fiscalização realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZA- DO/PROGRAMADO %
	412	352	423	120

Fonte: SEFIP/SP, DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

2.3.3.4 - Ação 2141 – FISFECOI - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA

O SEFIA, criado pela Portaria 428/2010, tem como objetivo a fiscalização de insumos agrícolas e, dentro deste contexto, encontra-se o setor de fertilizantes, corretivos e inoculantes, o qual não teve suas competências alteradas no que se pautam os insumos agrícolas. As atividades executadas, tanto de fiscalização quanto de registro de produtos e de estabelecimentos, bem como de autorização de embarque de importações visam zelar pela qualidade e conformidade dos insumos ofertados aos produtores rurais, garantindo assim a produção e a produtividade agrícola e, em última análise, a segurança alimentar, tanto pela inocuidade dos insumos quanto pela quantidade da produção.

Resultados da ação		Tabela 148				
Estabelecimentos Produtores, Importadores e Comerciais Registrados						
	2006	2007	2008	2009	2010	
EP Fertilizante	238	256	252	199	209	
EP Corretivos	46	48	33	29	25	
EP Inoculante	03	3	3	2	2	
EP Substrato		1	9	7	9	
Total EP (1)	287	308	297	237	245	
EC (2) e EI (3)	500	301	675	294	349	
Produtos Registrados no ano	4574	3.552	2.528	2.197	2.241	
Total Produtos Registrados	32.327	34.379	36.907	14.901	14.963	

Estabelecimento Produtor (2) Estabelecimento Comercial (3) Estabelecimento Importador

Fonte: SEFIA/SP

Os dados apresentados no quadro acima requerem explicação. Em 2009, foi finalizado o cadastramento dos estabelecimentos produtores e várias empresas não conseguiram se

adequar às normas vigentes; por isso houve uma redução no número de estabelecimentos produtores (EPs) nos dois anos.

Os dados referentes a 2010 seguem a tendência encontrada em 2009, sendo que foi finalizado o recadastramento dos estabelecimentos importadores e comerciais, com isso houve um aumento no número de registros desses estabelecimentos em relação a 2009.

Em relação aos produtos registrados, o número manteve-se estável em relação ao último ano e o fato do número total de registros não ter se alterado de forma significativa explica-se pelo fato de empresas como Mosaic Fertilizantes do Brasil S/A e Bunge Fertilizantes S/A serem adquiridas pela empresa Vale Fosfatados S.A. Como a empresa Vale Fosfatados S/A não demonstrou interesse em produzir misturas de fertilizantes para comercialização direta com o consumidor final, o que demanda alto número de registros, esse número caiu consideravelmente.

Com o fim do recadastramento dos estabelecimentos produtores, importadores e comerciais de fertilizantes no Estado, o número de registros de produtos efetuados manteve-se no mesmo patamar nos últimos 03 (três) anos, superando um pouco a casa dos 02 (dois) mil registros/ano.

Fiscalização de estabelecimentos e amostras para análise fiscal

As diretrizes estabelecidas para o ano de 2009 pela Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos (CFIC) em Brasília foram novamente emanadas para 2010, deste modo programou-se realizar de uma a três fiscalizações em cada estabelecimento ao longo do ano, conforme sua atividade (fabricante, importador, comerciante) e o tipo de produto fabricado (fertilizante minerais, orgânicos, corretivos e demais), associando à auditoria dos processos produtivos. Em relação a produtos, programou-se a fiscalização de 2% dos fertilizantes minerais simples/complexos, 3% dos fertilizantes minerais mistos, orgânicos e condicionador de solos, 5% dos corretivos comercializados no Estado e de 20% dos inoculantes produzidos no Estado e três amostras de substratos por estabelecimento produtor desse insumo no ano.

Em julho de 2009, foi estabelecido o Programa Especial de Fiscalização (PEF), no qual foram escolhidas as principais empresas produtoras de fertilizante mineral misto no Estado, para que fossem monitoradas durante 3 (três) semanas, com intervalo de uma semana entre elas. Durante estas fiscalizações, todo o processo produtivo foi acompanhado, desde o recebimento de pedido feito pelo cliente até o embarque do produto acabado. Também foram amostradas matérias primas utilizadas e dos produtos finais para verificar a qualidade desses insumos. A finalidade deste programa foi detectar os pontos críticos nos processos produtivos destes estabelecimentos e fazer com que as empresas ofereçam ao consumidor fertilizante de melhor qualidade.

Ainda em 2010, foi realizada ação conjunta envolvendo Fiscais Federais Agropecuários da SFA/SP, SFA/MG, SFA/GO e CFIC (Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos) e Técnicos do órgão de meio ambiente no Estado (CETESB) nas principais empresas produtoras de micronutrientes para aplicação via solo no Estado. Nessa ação foram verificadas principais fornecedores de matérias-primas, processos produtivos e controle de qualidade dessas empresas a fim de verificar utilização de minérios, materiais secundários e/ou resíduos de uso não autorizados pelo MAPA e com possível contaminação por metais pesados acima dos níveis tolerados. Foram amostrados produtos para verificar a conformidade e níveis de metais pesados tóxicos previstos pela legislação pertinente. A finalidade dessa ação é aumentar a conformidade desses insumos e inibir a utilização de materiais de uso proibido pela legislação e com potencial de causar danos ao meio ambiente.

A seguir têm-se os quadros com os comparativos nos registros e nas fiscalizações destes estabelecimentos, no período de 2005 a 2010. Deve ser lembrado que a definição de produtos fiscalizados é a quantidade de produtos amostrados somada à quantidade de produtos apreendidos no ano e que o total de fiscalização realizada é a quantidade de estabelecimentos

fiscalizados somada à quantidade de produtos fiscalizados no ano. Este dado é utilizado como indicador desta atividade no SIPLAN.

Também são apresentados os dados relativos ao número de amostras coletadas e a quantidade amostrada, que é a representação dos lotes amostrados.

Estabelecimentos Produtores, Importadores e Comerciais Registrados Anualmente					Tabela 149
	2006	2007	2008	2009	2010
Total EP	73	47	90	83	49
Estabelecimentos Comerciais (EC) e Importadores (EI):	70	49	64	99	70
Total de Registros de Estabelecimentos	143	96	154	182	119
Registros de Produtos – Geral	4.574	3.552	2.528	2.197	2241

Atividades de Fiscalização Desenvolvidas					Tabela 150
Empresas Produtoras Fiscalizadas	244	261	232	179	348
Empresas Comerciais Fiscalizadas	51	47	28	15	19
Outros Estabelecimentos Fiscalizados		112	55	93	72
Produtos Fiscalizados			1192	1103	1020
Total de Fiscalizações realizadas		420	1507	1390	1459
Total de Estabelecimentos Fiscalizados	295	270	315	287	439

Amostras Coletadas de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes					Tabela 151
Nº Amostras de Fertilizantes Sólidos	444	853	666	732	508
Nº Amostras de Fertilizantes Líquidos	179	201	259	184	251
Nº Amostras de Corretivos	34	38	18	12	36
Nº Amostras de Inoculantes	79	27	25	93	42
Total de amostras coletadas	736	1.119	968	1.024	837
Total de amostras analisadas	502	452	986	1.043	835
Total de amostras dentro da garantia	341	360	737	756	628

Quantidade Amostrada de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes						Tabela 152
Fertilizantes Sólidos	t X 1000	444	81,5	132	99,61	114,52
Fertilizantes Líquidos	l X 1000	179	2.129	3.875	632,07	103365,50
Corretivos	t X 1000	34	43	19	3,96	38,6
Inoculantes	doses	79	990	783	8.046,83	952

Fonte: SEFIA/SP

Com o término do recadastramento das empresas, foi possível concentrar os esforços nas fiscalizações dos estabelecimentos, principalmente, produtores (EP). Com isso, houve aumento significativo no número de EPs fiscalizados e, conseqüentemente, no total de estabelecimentos fiscalizados. Outro fator a se destacar, foi a participação dos Agentes de Atividades Agropecuárias (AAAs) da UTRA IPANEMA, o que permitiu a formação de maior número de equipes de fiscalização.

Os números de amostras coletadas e analisadas mostram uma diminuição acentuada, visando não sobrecarregar a Rede de Laboratório (LANAGRO) que atende a SFA-SP, onde a principal deles, o LANAGRO Jundiaí, se encontrava em reforma. Houve direcionamento dos produtos amostrados, priorizando fertilizantes com maior índice de não conformidade e amos-

tras com lotes em maior quantidade, o que pode ser verificado na tabela de quantidade. Com um trabalho mais específico, gerou menor número de produtos amostrados durante o ano.

O dado de quantidade amostrada de inoculantes em 2009 refere-se aos produtos nacionais e os importados, ao passo que nos outros anos, reflete apenas os inoculantes nacionais.

Dentre outras atividades desenvolvidas, foram feitos esforços concentrados com FFAs da equipe de fiscalização da SFA-SP e FFAs de outros Estados a fim de relatar e instruir processos administrativos de fiscalização em 1ª Instância, onde havia 260 processos aguardando julgamento em 1ª instância relativos a anos anteriores a 2010. Como resultados dessas ações no decorrer do ano, foram relatados e julgados 410 processos administrativos de fiscalização em 1ª instância.

A realização desse conjunto de ações resultou em maior eficiência na atuação do Setor no estado de São Paulo e ainda maior integração da equipe no aprimoramento das ações desenvolvidas, o que traz boas perspectivas para o ano de 2011 se mantidas e melhoradas as condições de trabalho encontradas nesse ano.

Principais Indicadores						Tabela 153
Mnemônico	2006	2007	2008	2009	2010	Meta
Capacidade – Capacidade de fiscalização de estabelecimentos (Ife) - N° de estabelecimentos fiscalizados/Ano						
<i>Ife</i>	295	420	315	287	439	844
Eficácia - Fiscalização de estabelecimento produtor (Ifep) - N° de EPs fiscalizados x 100 / Total de EPs registrados						
<i>Ifep</i>	85,02%	84,74%	78,11%	71,03%	142,04%	178%
Eficiência - Capacidade operacional do Serviço (Icof) - N° de estabelecimentos fiscalizados / Total de técnicos envolvidos						
<i>Icof</i>	32,8	42	29	31,2	44,1	77
Eficiência - Custo da fiscalização (Icf) - Recurso financeiro despendido / N° de estabelecimentos fiscalizados						
<i>Icf</i>	88,06	148,83	218,11	263,02	394,03	---
Capacidade - Amostras coletadas (Iac) - n° de amostras coletadas / ano						
<i>Iac</i>	736	1.119	968	1.024	837	744
Eficácia- Conformidade de produtos (Icp) - N° de amostras dentro dos padrões x100 / Total de amostras analisadas						
<i>Icp</i>	67,9 %	80 %	75 %	72,48%	75,21%	90%
Eficiência - Capacidade de análise de registros de produtos (Icar) - N° de processo de registro de produto / Total de técnicos envolvidos						
<i>Icar</i>	650	355	506	655	668	Demanda
Capacidade - Registro de Produto (Irp)-N° de Produtos Registrados / Ano						
<i>Irp</i>	4.574	3.552	2.528	2.197	2.241	Demanda

Fonte: SEFIA/SP

Os índices de Capacidade de Fiscalização (Ife) e de Fiscalização de EPs (Ifep) tiveram aumento significativo, devido ao término do recadastramento de estabelecimentos e produtos, o qual liberou maior número de técnicos para a fiscalização e a colaboração dos AAAs da UTRA IPANEMA a partir de março/2010, assim como a realização de ações concentradas, como toda a equipe de fiscalização, nos pólos produtores de fertilizantes da região de Campinas e Ribeirão Preto que concentram mais de 60% das empresas registradas no MAPA, no estado de São Paulo.

Mesmo com a colaboração dos AAAs, que aumentou de 8,9 equivalente técnico para 10,1, atuando nas ações relativas a fertilizantes, o índice de Capacidade Operacional (Icof) elevou bastante, refletindo a dedicação a este PI por parte de todos os técnicos envolvidos. Porém a meta, 77 estabelecimentos por técnico também é impraticável, tendo em vista que os mesmos técnicos que realizam ações nessa área, se dedicam a atividades de fiscalização de outros Setores.

É importante citar que, face ao caráter multidisciplinar das UTRA's, a maioria dos Fiscais, Técnicos de Nível Superior e Agente de Atividade Agropecuária, exerce atividades em várias áreas técnicas, evidenciando a necessidade de aumentar o efetivo da SFA-SP, notadamente nas regiões que concentram maior número de estabelecimentos.

O Custo da Fiscalização (Icf) apresentou um aumento de 49,8%, explicado pelo aumento das diárias ter ocorrido em julho de 2009, ou seja, no índice do ano anterior somente metade das diárias tinha o valor atual. Além disso, foram computados os gastos com as forças tarefas de relatoria de processos e de análise de produtos e estabelecimentos, tendo em vista que essas atividades fazem parte do processo de fiscalização.

O índice de Amostras Coletadas (Iac) foi superior à meta estabelecida, porém ficou abaixo da média histórica, devido à decisão de amostrar produtos com lotes mais representativos e direcionada a produtos com maior índice de não conformidade. Com esta medida, o SEFIA contribui para que o Icp seja estatisticamente mais relevante, contribuindo a incrementar a eficiência da rede laboratorial oficial e o uso dos recursos públicos.

O índice de conformidade de produtos (Icp) é um dos que melhor traduzem a finalidade da ação. Este indicador vem oscilando ao longo anos em relação à meta. Em 2007 houve uma significativa melhora, com alguma redução em 2008 e mais ainda em 2009. Em 2010 esse índice voltou a subir, confirmando a tendência de oscilação dos últimos anos. Tal fato pode ser explicado pela estratégia de amostragem dos produtos adotada nos últimos anos, pelos tipos de produtos priorizados e pela tendência haver menores taxas de conformidade em alguns grupos de produtos em face de suas particulares técnicas, tais como os fertilizantes minerais mistos e fertilizantes orgânicos. Também se observou queda nos índices de conformidade de muitos fertilizantes importados. Uma das causas para este fato é a adoção de metodologias de análise nos países de origem que diferem da metodologia oficial brasileira, gerando não conformidades em relação à legislação brasileira. Esses fatos reforçam a necessidade de serem mantidas e reforçadas estratégias técnicas nacionais para a fiscalização, concentrando os esforços de fiscalização e de amostragem de empresas e produtos que necessitam controles mais rígido. Com a adoção de novas estratégias na fiscalização nos últimos dois anos, se nota uma pequena melhora nesse índice no desempenho global da atividade de fiscalização, o que poderá ser confirmado nos próximos anos com os resultados a serem obtidos.

Observando-se os dados do Icar e Irp, verifica-se que o número de registros de produtos analisados e registrados no Estado por ano continua elevado, mesmo sendo válidos em todo o território nacional e não necessitarem de renovação. Tal fato ratifica a intensa atividade deste parque industrial em São Paulo. O número de técnicos envolvidos com as atividades de registro de produtos e de estabelecimentos é igualmente reduzido, evidenciando a necessidade de maior número de servidores para a ação, de forma que fiscalização e registro sejam executados conforme a demanda e a programação mensal. Ressalta-se que foram registrados 2.241 produtos, no entanto foram solicitados e analisados 3.495 requerimentos de registro de produtos, sendo 1254 destes indeferidos.

Os indicadores de registro de produtos, apesar de continuarem elevados, mostram tendência de estabilização. Credita-se isso muito ao fato do fim do recadastramento de registro dos produtos e empresas, bem como a efetiva organização interna do Setor nos últimos anos.

Principais recursos humanos envolvidos

Tabela 154

Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação
Fiscal Federal Agropecuário	11	6,2
Agente de Atividades Agropecuárias	5	1,5
Técnicos de Nível Superior	4	2,4
Apoio Administrativo	1	0,8

Fonte: SEFIP/SP

Recursos Financeiros

Tabela 155

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)
339014	196.868,70	201.994,00	201.779,67	
339030	58.703,00	14.500,00	8.516,44	1.267,41

339033	37.170,00	36.900,00	32.307,52	
339039	20.106,00	56.500,00	42.439,16	
339093	---	9.100,00	1.553,70	1.632,02
SUBTOTAL	312.847,70	318.994,00	285.042,79	
449052*	309.700,00	59.944,00		

*foram adquiridos veículo e moveis que ainda estão em fase de entrega e pagamento

Fonte: SEFIA/SP, DAD/SP e SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 156
FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
	312.847,70	318.994,00	287.942,22	90,27
META SIPLAN (fisc realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	1200	1112	1459	131,21

Fonte: SEFIA/SP, DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

2.3.3.5 - Ação 2179 - FISCALSEM - Fiscalização de Sementes e Mudas

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudases - RENASEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA

Os Fiscais Federais Agropecuários (FFAs) que atuam no FISCALSEM contribuem para o fornecimento aos mercados, interno e externo, de Lotes de Sementes e Mudases em conformidade com os padrões de qualidade e de identidade genética determinados pela legislação vigente, que resultam em sucessivos incrementos na produtividade e na qualidade da produção agrícola brasileira.

Inscrições e credenciamento dos agentes – RENASEM

Com a publicação da Lei Nº 10.711 de 05 de agosto de 2003 e do seu regulamento no Decreto nº 5.153 de 23 de julho de 2004 instituiu-se o Sistema Nacional de Sementes e Mudases (SNSM) e foram iniciadas as inscrições e credenciamentos das pessoas físicas e jurídicas que exercem as diversas atividades previstas naquele Sistema. Constata-se, desde então, uma crescente procura pela regularização de sua situação por parte dos abrangidos pela obrigação legal de inscrever-se ou credenciar-se junto ao RENASEM. Esta demanda permanece aquecida em razão da fiscalização exercida no campo por equipes de Fiscais da SFA/SP e Fiscais dos Estados limítrofes. Somem-se a isto as exigências do próprio mercado, as exigências de licitações e o desenvolvimento acelerado do agronegócio brasileiro.

Número de Inscrições e de Credenciamentos no RENASEM (certificados emitidos)							Tabela 157
Tipo de Agente	Un	Até 2006	2007	2008	2009	2010	
Produtor de sementes ou Mudases	nº	323	99	113	127	279	

Comerciante de sementes ou Mudas	nº	271	83	117	132	104
Reembalador, Armazenador ou Beneficiador de Sementes	nº	78	21	25	19	11
Responsável Técnico	nº	384	122	122	118	144
Certificador da Prod. própria	nº	11	3	4	13	0
Entidade de Certificação	nº	0	1	0	0	0
Laboratório Análise Sementes	nº	0	4	2	8	12*
TOTAL		672	333	419	415	550

*mais 60 laboratórios estão em processo de credenciamento

Fonte: SEFIA/SP

Inscrições de campos para produção de sementes e de viveiros ou unidades de propagação in vitro

Às pessoas físicas e jurídicas inscritas no RENASEM, como Produtores de Sementes ou de Mudanças, cabe a obrigação de inscrever seus campos para produção de sementes, viveiros e respectivas plantas ou áreas fornecedoras de materiais de propagação ou unidades de propagação in vitro.

Até a publicação da Instrução Normativa nº 42, de 13 de outubro de 2009, as documentações relativas a essas inscrições deveriam ser encaminhadas ao órgão de fiscalização da unidade da federação depositário de suas inscrições no RENASEM. Aquela Instrução Normativa determina que as inscrições sejam realizadas pelos órgãos de fiscalização das unidades da Federação onde os campos, viveiros e materiais de propagação para produção de sementes e mudas, estejam instalados. Constata-se uma redução significativa nas inscrições, embora este Estado se destaque por sediar um grande número de importantes pessoas físicas e jurídicas inscritas no RENASEM como Produtores de Sementes e Mudanças.

Inscrições e Homologações de Campos de Sementes			Tabela 158				
Campos de Sementes, Viveiros de Mudanças e Unidades de Propagação "in vitro" inscritos			2006	2007	2008	2009	2010
Homologados	Campo de Sementes Genética	Nº	03	68	0	0	42
	Campo de Sementes Básica	Nº	23	61	59	26	52
	Campo de Sementes Certificada 1	Nº	138	259	581	152	214
	Campo de Sementes Certificada 2	Nº	91	133	124	75	170
	Campo de Sementes S1	Nº	501	988	1020	684	469
	Campo de Sementes S2	Nº	1381	2532	2229	1383	1369
	Denegados	Nº	96	24	10	92	125

Fonte: SEFIP/SP

Produção no Estado de São Paulo

Em razão das determinações contidas na Instrução Normativa nº 42, de 13 de outubro de 2009, a produção de sementes de produtores estabelecidos no Estado de São Paulo decresceu quando comparada aos anos anteriores, mas ainda permanece em volumes significativos.

O SEFIA está em intensa atividade de orientação através de palestras oferecidas em vários Simpósios, Reuniões Técnicas e Seminários, em parceria com as lideranças da iniciativa privada deste Setor, orientando sobre a legislação em vigor, no que se refere às inscrições de materiais de propagação, viveiros convencionais e viveiros "in vitro", em um esforço para conscientizar e trazer este segmento para regularizar a sua produção de Mudanças de Frutíferas, Olerícolas, Ornamentais e de Florestais.

Estão em execução, desde 2008, as primeiras inscrições de materiais de propagação de Videira e de Cana-de-açúcar. Em 2010 efetuaram-se as primeiras inscrições de Citros. Este segmento, por seu perfil é, tradicionalmente, mais resistente à legalização apresentando-se como um grande desafio à fiscalização do SEFIA e requer a inclusão, nas próximas safras, de um maior número de regularizações.

Como parte dos esforços para se atingir este objetivo, foi realizado em Campinas, SP, em agosto de 2010, o II Curso de Fiscalização de Mudanças, coordenado pela Divisão de Certificação e Fiscalização de Mudanças/CSM/DFIA/SDA/MAPA, com a participação de FFAs de 19 estados, que tiveram a oportunidade de aprimoramento de conhecimento da legislação, har-

monização de procedimentos fiscais e visitas técnicas em Viveiros de Produção de Mudanças, com tecnologias diversas (frutíferas, ornamentais, olerícolas e de flores).

Produção de Sementes							Tabela 159	
Safra	2006/2007 e 2007/2007		2007/2008 e 2008/2008		2008/2009 e 2009/2009		2009/2010 e 2010/2010	
Categoria	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)
GE	202	477	---	---	---	---	-	-
BA	614	1.662	918	2122	590	2.099	3.146	12.162
C1	10.930	42.772	22035	71701	6.908	24.794	7.370	28.518
C2	6.410	18.594	7556	24322	3.976	10.591	8.078	24.249
S1	48.287	130.739	30779	95629	24.562	75.262	18.909	63.842
S2	97.375	196.022	94056	191201	58.916	132.560	41.844	106.570
total	163818	390266	155344	384975	94.952	245.306	79.347	235.241

(BA) Básica ;(C1) Certificada de primeira geração ;(C2) Certificada de segunda geração ; (GE) Genética
Fonte: SEFIP/SP

Certificação de Sementes

A Lei Nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, ao permitir o credenciamento de Produtor como Certificador da Produção Própria, propiciou maior agilidade nos procedimentos de controle de qualidade, controle de gestão e plena rastreabilidade, sob a responsabilidade e execução direta desse produtor. A partir da safra 2009/2010, o SEFIA deixou de atuar como entidade certificadora, conforme prevê a legislação, sendo o setor atendido por 13 Certificadores da Produção Própria, estimulados pelo MAPA, desde 2005, a se capacitar e implantar seus próprios Sistemas de Gestão de Certificação por meio de Manuais de Procedimentos.

Produção de Sementes Certificadas							Tabela 160	
	Unid	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Produtor	Nº	14	13	14	6	17	12	
	ha	-	105.519	163.614	444	20.703,6	14.306	
Espécies	Nº	10	10	17	6	14	11	
	t	10.168	3.338	15.069	125	37.639,3	20.725,7	
Cultivares	Nº	57	43	129	14	86	65	
Nº Lotes	Nº	1989	539	3349	37	3.732	3.023	
Nº Certificados	Nº	336	80	1189	18	2.329	814	

Fonte: SEFIP/SP

Desde 2006, os produtores que iniciaram seu credenciamento puderam emitir seus próprios Certificados de Sementes referentes às suas produções de Sementes Básica, Certificada 1 e Certificada 2. O aprimoramento exercido pelo órgão fiscalizador na supervisão e controle dessa Certificação, a partir da safra 2008/2009, demonstra pelos dados e informações coletados, que este segmento está estável, sendo a oscilação apresentada normal, inclusive com o uso de cultivares geneticamente modificadas (OGM), levando-se em consideração as cultivares, sua produtividade, as condições de interesse do mercado consumidor e sua adaptação edafoclimática. Destaca-se que a diversidade de espécies e cultivares assim produzidas fornecem sustentação ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças (SNSM) e contribuem para o abastecimento de sementes de alta qualidade para as principais culturas econômicas do Estado de São Paulo, fornecendo também, valioso material básico para outros Estados da Federação. Há ainda dificuldades no abastecimento regular de sementes de Amendoim e de algumas espécies forrageiras tropicais. A organização da produção e certificação de mudas é nosso maior desafio para as próximas safras.

É necessário citar o que se faz e de que não há nenhum Estado que esteja produzindo Mudanças Certificadas. Isto dificilmente virá a ocorrer dentro dos próximos dez a quinze anos. Acredita-se que nesse espaço de tempo poucos materiais de propagação Certificados venham a ser produzidos.

Importação de Material de Propagação Vegetal

A análise dos dados demonstra que em valores monetários, aqui expressos em Reais (R\$), os segmentos que durante o ano de 2010 mais importaram materiais de propagação vegetal foram, respectivamente, o de sementes de espécies olerícolas ou hortaliças, sementes de

diversas espécies, bulbos (notadamente de flores e plantas ornamentais), mudas de espécies ornamentais, seguindo-se o de batatas-sementes, sementes de flores e sementes de grandes culturas. Em menores volumes e valores adentraram em nosso País mudas de espécies frutíferas e mudas de espécies florestais.

A somatória dos valores relativos às importações de bulbos, sementes de flores e mudas de espécies ornamentais coloca esse segmento em segundo lugar de importância, suplantado apenas pelo segmento de sementes de espécies olerícolas. Acredita-se que significativa parte dessas importações foi de materiais destinados à produção de flores e vasos de plantas ornamentais, enquanto uma fração menor foi destinada a ensaios de Valor de Cultivo e Uso – VCU.

O segmento de espécies forrageiras e espécies utilizadas como adubação verde praticamente nada importou durante 2010.

Importação de Material de Propagação Vegetal					Tabela 161
Espécie	UN	Quantidade		Valor (R\$)	
		2009	2010	2009	2010
Olerícolas	kg	277.266,23	273.197,79	53.734.195,97	87.439.996,15
Batata-semente	kg	1.588.592,00	4.987.826,00	4.558.050,00	10.873.452,20
Flores	kg	519,93	2.067,10	2.340.882,00	3.363.131,00
Grandes Culturas	kg	940.879,99	290.590,50	9.026.081,86	1.941.345,00
Sementes Diversas	kg	219.018,80	268.487,30	17.275.356,45	16.435.821,00
Sub – Total Sementes	kg	3.026.276,95	5.822.168,69	86.934.566,28	120.053.475,35
Sub – Total Bulbos	Bulbo	12.361.344	37.114.482,00	7.490.629,00	12.548.859,10
Mudas Frutíferas	Unid	94.580	288.724,00	70.398,00	285.868,00
Mudas Ornamentais	Unid	47.397.484	58.425.789,00	7.238.312,00	12.315.262,20
Mudas florestais	Unid	6.000	134.025,00	350,00	3.725,30
Sub – Total Mudanças	Unid	47.498.064	588.485.38,00	7.309.060,00	126.048.55,5
Total Geral				101.734.255,28	145.207.189,95

Fonte: SEFIP/SP

Exportação de Material de Propagação Vegetal

A análise dos dados demonstra que, em valores monetários, aqui expressos em Reais (R\$), os segmentos que durante o ano de 2010 mais exportaram materiais de propagação vegetal foram, respectivamente, o de espécies forrageiras e espécies utilizadas como adubação verde, seguindo-se o de bulbos (notadamente de flores e plantas ornamentais) e o de sementes de grandes culturas.

Em menores volumes e valores nosso País exportou, mudas de espécies frutíferas, sementes de espécies olerícolas, mudas de espécies florestais e de espécies ornamentais.

A somatória dos valores relativos às exportações de bulbos (notadamente de flores e plantas ornamentais) e mudas de espécies ornamentais coloca esse segmento em segundo lugar de importância, suplantado apenas pelo segmento de sementes de espécies forrageiras e daquelas utilizadas como adubação verde.

Exportação de Material de Propagação Vegetal					Tabela 162
Espécie	UN	Quantidade		Valor (R\$)	
		2009	2010	2009	2010
Forrageiras	kg	6.686.944,68	6.736.336,40	71.913.076,10	82.661.083,00
Florestais	kg	1.262,94	2.188,83	1.433.738,00	2.001.598,03
Grandes Culturas	kg	5.948.599,76	9.366.480,50	30.408.096,00	50.410.062,00
Olerícolas	kg	54.431,03	237.888,93	10.103.433,04	19.872.774,34
Ornamentais	kg	42.251,50	86.073,00	479.998,00	776.731,00
Sub – Total Sementes	kg	12.733.489,91	16.428.967,66	114.338.341,14	155.722.248,37
Sub – Total Bulbos	Unid.	91.714.588	133.897.385,00	66.427.929,00	81.711.049,00

Sub – Total Mudanças	Unid.	561.840.765	629.300.418,00	22.136.433,00	25.259.282,14
Total Geral				202.902.734,14	262.692.579,51

Fonte: SEFIP/SP

Na tabela abaixo nota-se um aumento das autorizações de importação de sementes e mudas no decorrer dos últimos 5 anos, acompanhado pelo aumento das liberações de importação das mesmas.

O número de autorizações de exportação de sementes apresenta tendência de diminuição, levando-se em conta a série histórica. Ao passo que o número de autorizações de exportação de mudas apresentou ligeiro aumento em 2010.

O número de amostras coletadas em 2010 foi menor que no ano anterior, porém ficou bem acima da média histórica.

No que se refere ao atendimento aos clientes, verifica-se uma tendência de diminuição nos últimos três anos, tendo em vista os mesmos já estarem se acostumando à nova legislação.

O número de Processos de retenção de sementes importada teve uma significativa queda em 2010, depois de um aumento expressivo em 2009.

Fiscalização Exportação e Importação						Tabela 163
Descrição da Atividade/Ação /Processo	Un.	2006	2007	2008	2009	2010
Autorização de Importação de Sementes	nº	511	663	781	955	981
Autorização de Importação de Mudanças	nº	387	376	417	515	653
Autorização de Exportação de Sementes	nº	761	843	760	770	691
Autorização de Exportação de Mudanças	nº	634	510	422	414	459
Liberação de Importação de Sementes	nº	472	617	789	899	943
Liberação de Importação de Mudanças	nº	408	374	432	484	626
Coleta de Amostras da Importação de Sementes	nº	1100	1311	1.716	2240	2077
Atendimento a clientes	nº	12.751	10379	11623	10860	9754
Processos de Retenção de sementes Importadas	nº	30	25	20	51	23

Fonte: SEFIP/SP

O indicador de eficiência (ICAp), que mede o número de processos autorizados por número de técnicos envolvidos continua aumentando, evidenciando a necessidade de alocação de recursos humanos nesta área de atuação.

Os indicadores de capacidade têm tendência inversa. Enquanto o IP Ae, número de processos de exportação, diminuiu com o decorrer dos últimos anos, o IP Ai, número de processos de importação, aumentou.

Seguindo esta mesma tendência, os indicadores da balança comercial de sementes (IBC sementes) e de mudas (IBC mudas) tem diminuído, de onde podemos concluir que as exportações, tanto em número quanto em valor financeiro, tem diminuído enquanto as importações tem aumentado.

O indicador de eficácia (IP Ri) tem apresentado queda no decorrer dos anos, com uma diminuição muito significativa em 2010, mostrando claramente a boa qualidade do trabalho desempenhado pelos técnicos desta área no atendimento aos clientes.

Principais Indicadores					Tabela 164
Mnemônico	2006	2007	2008	2009	2010
Eficiência - Eficiência do Serviço na Análise de Processos (ICAp) - N° de Processos Autorizados / N° de Técnicos envolvidos					
ICAp	2.293	3.393	3.601	4.037	4352
Capacidade - Processos de autorização de exportação (IP Ae) - n° de processos de exportação autorizados / ano					
IP Ae	1.395	1.353	1.182	1.184	1150
Capacidade Processos de autorização de importação (IP Ai) - n° de processos de importação autorizados / ano					

<i>IPAi</i>	898	1.039	1.198	1.470	1634
Capacidade - Processos de liberação de importação (IPLi) - n° de processos de liberação de importação / ano					
<i>IPLi</i>	880	991	1.221	1.383	1569
Eficácia - Balança Comercial de Sementes (IBC semente) - Receitas obtidas nas exportações de sementes / Recursos utilizados nas importações					
<i>IBCsementes</i>	2,235	2,175	1,691	1.315	1.072
Eficácia - Balança Comercial de Mudanças (IBC mudas) - Receitas obtidas com as exportações de mudas / Recursos utilizados nas importações					
<i>IBCmudas</i>	75,585	10,84	12,976	3,028	2.004
Eficácia - Processos Retidos (IPRi) - N° de processos não liberados / N° de processos solicitados					
<i>IPRi</i>	0,013	0,0104	0,089	0,059	0,0053

Fonte: SEFIP/SP

Principais recursos humanos envolvidos

Tabela 165

Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação
Fiscal Fed. Agropecuário	15	9,05
Apoio Administrativo	1	0,20
Agentes de Atividades Agropecuárias	1	0,20

Fonte: SEFIA/SP

Recursos Financeiros

Tabela 166

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)	A EXECUTAR
339014	169.382,08	121.038,56	119.795,43		
339030	22.125,00	13.904,58	7.700,28	456,44	
339033	70.120,00	30.003,54	27.653,33		
339036		1.103,90	1.103,90		
339039	57.500,00	30.361,00	19.210,44	1.450,62	
339093	8.000,00	14.563,40	1.796,61	869,54	
SUBTOTAL	327.127,08	180.971,44	177.259,99	2.776,60	
449052	233.710,00	184.874,00	---	64.454,00	120.420,00*

* foram adquiridos veículos que ainda estão em fase de entrega e pagamento

Fonte: SEFIP/SP, DAD/SP e SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 167

	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/RECEBIDO% (custeio)
FINANCEIRO	327.127,08	180.971,44	180.036,59	97,33
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO COR-RIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO%
META SIPLAN* (fiscalização realizada)	1074	1479	2221	150,17

*a meta siplan atual não contempla o segmento de mudas e deve ser alterada

Fonte: SEFIP/SP, DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

2.3.3.6 - Ação 2909 - Fiscalização de agrotóxicos e afins – FISAGROTOX

Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de

vegetais para a importação e exportação; 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).

Áreas responsáveis pela execução

Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA

Esta ação contempla três grandes grupos de atividades, sendo: (a) ações envolvendo os estabelecimentos fabricantes, formuladores e importadores de agrotóxicos; (b) ações envolvendo empresas prestadoras de serviços na área de tratamento fitossanitário e quarentenário, no trânsito internacional de vegetais e suas partes (principalmente madeiras utilizadas como embalagens ou suportes e grãos de soja e milho) e (c) ações envolvendo estações experimentais de ensino, pesquisa e assistência técnica para realização de estudos e emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agrônômica para fins de registro de agrotóxicos.

Empresas de Tratamento Quarentenário/Fitossanitário

A tabela abaixo apresenta a evolução do número de empresas credenciadas para prestação de serviço de tratamento fitossanitário e quarentenário e os dados de fiscalização no período de 2006 a 2010.

Empresas de Tratamento Quarentenário / Fitossanitário	Tabela 168				
	2006	2007	2008	2009	2010
Nº total de empresas credenciadas no Estado de São Paulo	50	62	63	64	64
Nº renovação de credenciamento no ano	42	49	11	04	01
Nº empresas TQ fiscalizadas	18	27	30	24	04
Nº empresas TQ autuadas	-	-	-	-	02
Nº tratamentos fiscalizados	-	-	-	26	01
Nº Inspeções para credenciamento/renovação	-	-	-	16	02
Nº Novas empresas credenciadas no ano	8	13	3	2	02

Fonte: SEFIP/SP

Principais Indicadores	Tabela 169				
Mnemônico	2006	2007	2008	2009	2010
Eficácia - Eficácia na fiscalização de ETQ credenciadas (IETrQe) - Nº de empresas fiscalizadas x 100 / Nº de empresas credenciadas					
IETrQe %	36	44	47,6	37,5	6,25
Eficácia - Conformidade ETQ fiscalizadas (IETrQei)- (Nº de empresas fiscalizadas - Nº empresas autuadas) x 100/ Nº de empresa fiscalizadas					
IETrQei %	11	33	50	54	50
Eficiência - Produtividade do Serviço na análise de solicitação de credenciamento de ETQ (IETrQpi) - Nº de solicitações analisadas/Nº de fiscais envolvidos					
IETrQpi	11	13,8	4,3	3,75	0,38

Fonte: SEFIP/SP

Observando-se no quadro acima os indicadores de desempenho da ação na área de tratamento quarentenário, verifica-se que o indicador relativo à fiscalização das empresas (IETrQe) foi muito inferior à série histórica, devido às diretrizes da Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins em priorizar as fiscalizações de empresas de agrotóxicos em detrimento da fiscalização de empresas de tratamento quarentenário, expressas no Plano Operativo Anual (POA) 2010.

Em razão da reavaliação de competências legais dentro do MAPA e com a publicação da Portaria 428/2010, as ações de fiscalização e credenciamento de empresas prestadoras de serviços na área de tratamento fitossanitário e quarentenário passaram por um período de tran-

sição no ano de 2010, para o Serviço de Sanidade Vegetal, conforme Ofício Circular nº 019/2010/SDA-MAPA, de 22 de outubro de 2010.

O índice de conformidade das empresas (IETrQei) se mantém estável desde 2008, e mesmo não tendo sido estabelecida meta para o ano de 2010, esse índice não atinge as metas estabelecidas nos anos anteriores, de 95 % de conformidade.

A tabela abaixo apresenta a evolução do número de empresas de agrotóxicos e a série histórica de fiscalizações no período de 2006 a 2010. Inicia-se, a partir de 2010, a série histórica de produtos amostrados para análise, em razão de nova diretriz estabelecida pela Coordenação Geral em Brasília e de acordo com o POA 2010.

Atividades Empresas de Agrotóxicos				Tabela 170	
Empresas de Agrotóxicos (EAG)	2006	2007	2008	2009	2010
Nº indústrias de agrotóxicos em atividade em SP	78	78	133	133	189
Nº Estações Experimentais em atividade em SP	-	-	16	18	77
Nº indústrias de agrotóxicos fiscalizadas	35	25	49	52	18
Nº indústrias de agrotóxicos autuadas	10	6	22	22	258
Nº produtos agrotóxicos fiscalizados	236	177	268	247	68
Nº produtos fiscalizados por técnico	47	44	65	47,5	61,51
Nº anuências prévias de importação de Agrotóxicos analisadas	2670	3027	5412	5134	5511
Nº Anuências Prévias analisadas por técnico	490	757	1353	1283	2057

Fonte: SEFIP/SP

A fiscalização de agrotóxicos foi realizada com foco na qualidade dos produtos, com coletas de amostras de agrotóxicos para análises fiscais. Também foram realizadas verificações documentais dos produtos importados e fabricados no Brasil, referentes ao controle de qualidade, análises de impurezas e componentes utilizados nas formulações.

O número de anuências prévias de importação foi o maior dos últimos seis anos. Com a publicação da Instrução Normativa nº 40, de 30 de junho de 2008, verificou-se acréscimo de 37% no número de solicitações de anuências prévias de Licenças de Importação substitutivas, implicando na reavaliação de Licenças de Importação que já haviam sido analisadas. Esta atividade rotineira demanda muito tempo dos Fiscais lotados na sede da SFA-SP, inclusive em atividades administrativas, pois embora tenha aumentado significativamente o número de processos de importação, não houve aumento no quadro de pessoal administrativo neste setor.

Principais Indicadores						Tabela 171
Mnemônico	2006	2007	2008	2009	2010	Meta
Capacidade - Fiscalização de estabelecimentos (IAGCf) - Nº estabelecimentos fiscalizados / Ano						
IAGCf	35	25	49	52	77	80
Eficácia - Conformidades constatadas nas fiscalizações (IAGQi) – (Nº estabelecimentos fiscalizados – Nº estabelecimentos autuados) X 100 / Nº de estabelecimentos fiscalizados						
IAGQi %	71	76	55,1	57,7	76,6	95 %
Eficácia - Eficácia na fiscalização de estabelecimentos de agrotóxicos (IAGQ) - Nº de estabelecimentos fiscalizados x 100 / Nº de estabelecimentos registrados						
IAGQ %	45	32	33	39,1	40,7	100 %
Eficiência - Produtividade do Serviço na fiscalização de estabelecimentos (IAGP) - Nº estabelecimentos fiscalizados / Nº de técnico do serviço						
IAGP	7,8	6,3	12,3	10	14,5	---

Fonte: SEFIA/SP

O atendimento do índice de capacidade (IAGCf) em 96,25% da meta só foi possível com a realização de “forças-tarefas” reforçadas com a participação de fiscais de outros Esta-

dos e da Coordenação Geral de Agrotóxicos, de Brasília. O parque industrial brasileiro concentra-se no Estado de São Paulo e com a equipe de Fiscais Federais Agropecuários no Estado não se poderia atingir a meta do IAgCf estabelecida. Sendo assim, a realização de “forças-tarefas” é imprescindível. Além disso, houve a transferência de um Fiscal Federal Agropecuário para a equipe de fiscalização de agrotóxicos, em julho de 2010, o que contribuiu para a melhora do índice de capacidade.

O índice de conformidade constatado na fiscalização (IAGQi) apresentou uma melhora significativa no ano de 2010, porém não atingiu a meta de 95%. A evolução deste índice de 55,7% para 76,6% demonstra a efetividade da ação fiscal. Com a fiscalização constante e mais freqüente, as empresas se adequaram a legislação, diminuindo o número de autuações no último ano.

Estações Experimentais

Desde a publicação da Instrução Normativa nº 18/2007 e posteriormente da IN 36/2009 que prevêm a obrigatoriedade das instituições de pesquisa pública se credenciarem para o desenvolvimento de atividade de pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins, houve um acréscimo no número de solicitações de credenciamento. Por se tratar de fiscalização diferenciada da fiscalização nas indústrias e com muitas peculiaridades, a partir de 2010 os dados e os principais indicadores de estações experimentais serão apresentados separadamente das informações das empresas de agrotóxicos.

Estações Experimentais (EE)			Tabela 172
Estações Experimentais (EE)	2008	2009	2010
Nº Estações Experimentais em atividade em SP	16	18	18
Nº Estações Experimentais fiscalizadas	-	-	5
Nº Estações Experimentais autuadas	-	-	2
Nº de Novas Estações Credenciadas	-	-	02
Nº Inspeções para credenciamento	2	1	06

Fonte: SEFIA/SP

Principais Indicadores – Estações Experimentais								Tabela 173
Mnemonico	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Meta
Capacidade - Fiscalização de estabelecimentos (IEeCf) - Nº estabelecimentos fiscalizados / Ano								
IEeCf	--	--	--	--	--	--	5	16
Eficácia - Conformidades constatadas nas fiscalizações (IEeQi) – (Nº estabelecimentos fiscalizados – Nº estabelecimentos autuados) X 100 / Nº de estabelecimentos fiscalizados								
IEeQi %	--	--	--	--	--	--	60,0	95%
Eficácia - Eficácia na fiscalização de estabelecimentos de agrotóxicos (IEeQ) - Nº de estabelecimentos fiscalizados + inspeccionados x 100 / Nº de estabelecimentos registrados								
IEeQ %	--	--	--	--	--	--	61,0	94%
Eficiência - Produtividade do Serviço na fiscalização de estabelecimentos (IEeP) - Nº estabelecimentos fiscalizados / Nº de técnico do serviço								
IEeP	--	--	--	--	--	--	2,1	---

Fonte: SEFIA/SP

Por estar-se iniciando uma série história não há possibilidade de comparação com os anos anteriores, sendo o comentário feito levando-se em consideração a meta estabelecida.

Em 2010, a solicitação de novos credenciamentos foi a mais alta dos últimos anos, o que demandou maior tempo de análise de processos e inspeções para credenciamento pelos

técnicos do setor, reduzindo a atividade de fiscalização das empresas já credenciadas, em razão desse fato o indicador de capacidade (IEeCf) está abaixo da meta estabelecida.

O indicador de conformidade (IEeQi) atingiu 63,2% da meta estabelecida, devido ao fato de as instituições estarem se adaptando à nova legislação.

Principais Recursos Humanos Envolvidos

Tabela 174

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação
Fiscal Federal Agropecuário	10	5,3
Apoio Administrativo	1	0,5

Fonte: SEFIA/SP

Recursos Financeiros

Tabela 175

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)	A EXECUTAR
339014	49.300,40	49.931,80	45.062,81		
339030	3.740,00	3.632,00	3.597,63		
339033	12.600,00	15.452,97	14.145,15		
339036	-	4.844,37	4.080,37		
339039	5.000,00	2.000,00			
339093	2.300,00	3.300,00	1.101,55	844,77	
SUBTOTAL	72.940,40	79.161,14	67.987,51		
449052*	63.760,00	50.000,00	5.845,00		

* foram adquiridos moveis que ainda estão em fase de entrega e pagamento

Fonte: SEFIA/SP, DAD/SP, SIPLAN

RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 176

FINANCEIRO	PROGRAMADO (custeio)	RECEBIDO (custeio)	REALIZADO (custeio)	REALIZADO/ RECEBIDO% (custeio)
	72.940,40	79.161,14	68.832,28	86,95%
META SIPLAN (fiscalização realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO COR-RIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/ PROGRAMADO %
	490	266	333	125,19

* corresponde à somatória dos seguintes itens: N° empresas TQ fiscalizadas + N° tratamentos fiscalizados + N° Inspeções para credenciamento/renovação + N° produtos agrotóxicos fiscalizados.

Fonte: SEFIA/SP, DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

2.3.3.7 – ACAO 2177- FISCAGRIC - Fiscalização de Serviços Agrícolas

Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade dos serviços de aviação agrícola, e de máquinas e implementos agrícolas, visando a compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental..
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços aeroagrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços aeroagrícolas e a qualidade de máquinas e implementos agrícolas
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

Atividades Aero-agrícolas Desenvolvidas por Cultura (em ha)

Tabela 177

ha	Cana	Soja	Banana	Milho	Algodão	Laranja	Outros
Total	736.412,75	27.678,50	115.737,01	19.942,91	157,00	362.039,11	15.138,11

%	57,6626452	2,16728394	9,06244786	1,5615712	0,01229343	28,348413	1,1853454
TOTAL DA APLICAÇÃO AÉREA NO ESTADO DE SÃO PAULO (HA) 1.277.105,39							

Fonte:DPDAG/SP

As três culturas que mais utilizaram a aviação agrícola são pela ordem decrescente cana-de-açúcar, correspondendo a 57,66% de toda área trabalhada com operação aero-agrícola, seguida pela laranja (28,35%) e pela banana (9,06%). Notou-se no ano de 2010 o aumento da área nos serviços aeroagrícolas, especialmente em decorrência da aplicação de inseticidas para controle de vetores da doença Greening, em laranjais.

O quadro seguinte apresenta a atividade relacionada com a concessão e alteração de registros de estabelecimentos na área de aviação agrícola, de 2006 a 2010.

Detalhamento das Atividades de Aviação Agrícola					Tabela 178
PROCESSOS	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de Registro de estabelecimentos	2	1	3	2	2
Nº de Estabelecimentos Registrados – acumulado	38	38	41	41	43
Nº de Alteração de Registros	2	4	7	7	11
Nº de Autorização para Prestação de Serviços	6	5	5	5	7
Nº de Cancelamentos de Registro	1	1	-	2	-

Fonte: DPDAG/SP

Fiscalização de Estabelecimentos					Tabela 179
	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de Estabelecimentos Fiscalizados	28	36	27	40	41
Nº de Fiscalização de Cursos Especializados	0	0	4	1	1
Nº de Termo de Fiscalização	28	36	27	40	41
Nº de Autos de Infração Emitidos	5	3	2	8	2
Nº de Notificações de Multas Emitidas	0	0	11	14	4
Nº de Coleta de Dados de Execução Mensal (relatórios entregues)	396	430	452	493	479

Fonte: DPDAG/SP

Participações em Reuniões Técnicas e Cursos					Tabela 180
	2006	2007	2008	2009	2010
Encontro Nacional (ENCAA/RAIA)	1	1	1	1	0
Outras Reuniões	5	4	6	4	1
Cursos Especializados (CCAA)	0	3	0	0	0
Curso de Aviação Agrícola – CAVAG	0	0	0	0	0
Curso de Executores em Aviação Agríc.-CEAA	0	0	2	0	1
Congresso de Aviação Agrícola	2	1	2	1	5
Palestras proferidas	3	1	3	2	1
Demonstração de Equipamentos Especializados	0	3	0	0	0

Fonte: DPDAG/SP

Em, 03 de janeiro de 2008, foi publicada a Instrução Normativa 002/2008, que ajustou as normas técnicas de aplicação aérea em um documento único. Isso veio a facilitar o trabalho de divulgação e orientação para as empresas operadoras, bem como o processo de fiscalização desta área. Por outro lado, foi estabelecido novo modelo de pátio de descontaminação, em atendimento a uma antiga reivindicação do setor de meio ambiente. Nesse novo modelo de pátio, foi introduzido um equipamento de ozonização que visa oxidar os resíduos do produto utilizado, minimizando o risco de contaminação ambiental decorrente da lavagem e descontaminação das aeronaves. Após sucessivas prorrogações, o prazo inicialmente estabelecido para ajustamento das empresas ao novo tipo de pátio expirou-se em 09 de janeiro de 2010.

Para a realização das ações, contou-se com participação eventual de oito fiscais federais agropecuários.

A ação da fiscalização prosseguiu, priorizando a orientação quanto às adaptações a serem adotadas pelos operadores de Aviação Agrícola à nova Instrução Normativa e a atualização das informações cadastrais dos operadores do Estado.

No exercício em análise foram registradas duas novas empresas de Aviação Agrícola, existindo atualmente 43 empresas aeroagrícolas registradas, 1 Entidade de Ensino para Cursos de Coordenador em Aviação Agrícola - CCAA e Executor em Aviação Agrícola – CEAA, 1 Entidade de Ensino para Curso de Aviação Agrícola – CAVAG, 2 Empresas Rurais, além de 7 Empresas Aeroagrícolas de outros estados, que estiveram autorizadas a operar em São Paulo.

A gestão em nível nacional da ação FISCAGRIC1, responsável pelas despesas da fiscalização de Mecanização e Aviação Agrícola, está a cargo da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo, e nas Superintendências Federais de Agricultura passou a ser exercida pela DPDAG – Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário, exigindo novos ajustes na operacionalização da descentralização de crédito orçamentário.

No exercício de 2010, não houve uma liberação sistemática dos recursos orçamentários disponíveis para a Ação. Acumulado à demanda por fiscalização em outras áreas de atuação da fiscalização agropecuária, ocorreu uma significativa redução nas metas de fiscalização inicialmente programadas.

Principais Indicadores						Tabela 181
Mnemônico	2006	2007	2008	2009	2010	Meta
Capacidade - Fiscalização de empresas (Ife) - n° de empresas fiscalizadas / ano						
IFE	28	36	27	40	41	41
Eficácia - Cobertura da Fiscalização de empresas (Ifep) - N° de empresas fiscalizadas x 100 / Total de empresas registradas						
IFEP(%)	73,68	94,74	65,85	97,56	95,34	100
Eficiência - Capacidade operacional do Serviço (Icof) - N° empresas fiscalizadas / n° de fiscais envolvidos						
ICOF	9,6	3,6	3,95	5	32,8	---
Eficácia - Não Conformidade de empresas de aviação (Iceav) - N° de empresas autuadas X100 / n° de empresas fiscalizadas						
ICEav(%)	17,9	8,3	7,4	20	4,9	10
Eficiência - Recebimento de Relatórios Mensais (Irrav) - n° de relatórios recebidos X 100/ 12 x Total de empresas registradas						
IRRav(%)	86,84	94,30	91,87	100,20	92,83	100

Fonte: DPDAG/SP

Em relação ao Número de Fiscalizações por Estabelecimento (IFE), estabeleceu-se uma meta de uma fiscalização por ano por empresa, muito embora se tenha presente que o ideal técnico seria de duas ações por ano, nos períodos de maior atividade aero - agrícola (janeiro a abril e outubro a dezembro). A descentralização não sistemática de recursos orçamentários e o acúmulo de fiscalizações de outras áreas sobre os fiscais federais agropecuários contribuíram para que o indicador não atingisse a totalidade.

Destaca-se o ajustamento do indicador de capacidade operacional (ICOF) que, no corrente ano, utilizou-se para seu cálculo a participação efetiva (equivalente técnico) dos 8 fiscais envolvidos.

Principais Recursos Humanos Envolvidos			Tabela 182
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação	
Fiscal Federal Agropecuário	8	1,25	

Fonte: DPDAG

Recursos Financeiros			Tabela 183	
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)
339014	22.442,48	11.200,00	10.867,66	
339030		8.550,00		548,80
339033	-	1.200,00	820,73	
339039	-	7.150,00	3.650,00	
339093	6.170,00	1.600,00	50,00	
TOTAL	28.612,48	28.500,00	15.388,39	

Fonte: SEFAG/SP, DPDAG/SP, DAD/SP e SIPLAN

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 184
FINANCEIRO	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
	28.612,48	28.500,00	15937,19	55,92
META SIPLAN (estabel.fiscalizado)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO COR-RIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	82	41	41	100

Fonte: SEFAG/SP, DPDAG/SP, DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

2.3.4 - Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do País por meio do agronegócio
Objetivo Específico	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias
Responsável pelo Programa	Gilberto Oliveira do Val – Diretor da Divisão de Defesa Agropecuária - DDA Nelson Romeu Luzin – Diretor da Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Principais ações do programa:

2.3.4.1 - Ação 8592 - RASTREAB - Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar todos os atores da cadeia produtiva (produtores, governo federal e estadual, frigoríficos, entidades certificadoras) em relação à execução das atividades do serviço de rastreabilidade da cadeia produtiva bovina e bubalina - SISBOV, de modo que seja um sistema auditável, seus processos definidos e transparentes e seus produtos rastreáveis.
Descrição	Controles técnico-operacionais envolvendo toda a cadeia de produção bovina relativos ao SISBOV; Certificação primária e secundária de produtos de origem bovina obrigatoriamente para exportação a países que exigem rastreabilidade, mediante o Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva e a Certificação Sanitária emitida pelo SIF, respectivamente.
Áreas responsáveis pela execução	Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

O SISBOV tem como objetivos a identificação individual e o monitoramento de todos os bovinos e bubalinos que foram cadastrados na base nacional de dados - BND, nascidos no Brasil ou importados, assim como o cadastro dos estabelecimentos rurais e respectivos produtores e a devida manutenção de todos os registros a eles pertinentes, ou seja, dados e informações dos manejos alimentar e sanitário, controle de insumos, movimentações, transferências, baixas, abate, etc. Sendo assim, o SISBOV constitui um importante instrumento para a concretização de um processo de certificação da pecuária; paralelamente o conjunto de procedimentos estabelecidos visa a promover subsídios para o processo de rastreamento dos animais cadastrados e seus produtos. O SISBOV representa, acima de tudo, uma ferramenta potencial para a obtenção de garantia de qualidade e inocuidade ao consumidor nacional e estrangeiro dos produtos cárneos advindos desses animais.

Universo de Atuação

O universo de atuação contemplado na ação RASTREAB1 compreende os estabelecimentos rurais cadastrados como aprovados no SISBOV, as certificadoras credenciadas, os frigoríficos exportadores, os fabricantes de elementos de identificação e os escritórios do órgão estadual de defesa sanitária animal.

Estabelecimentos		Tabela 185		
Estabelecimentos do SISBOV	Categorias	2008	2009	2010
Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV	Propriedades rurais	344	217	193
Entidades certificadoras SISBOV – sedes e filiais	Empresa privada	22	16	15
Estabelecimentos de abate bovino com inspeção Federal para exportação	Empresa privada	54	54	54
Fabricantes de elementos de identificação	Empresa privada	10	10	8
Coordenadoria de Defesa Agropecuária - Escritórios Regionais	Órgão Estadual	40	40	40
Total		470	337	310

Fonte: DDA/SP

Conforme o PPA, o indicador para a ação 2487 - Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários - Rastreabilidade do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas definido é o número de certificados emitidos. No caso do SISBOV, os certificados são emitidos exclusivamente pelas certificadoras credenciadas pelo MAPA, para as propriedades que estão em conformidade com a legislação vigente quanto à identificação dos animais e monitoramento formal dos manejos alimentar e sanitário e registros de movimentações e baixas. Conforme a legislação, a análise de conformidade é feita pelos supervisores representantes das certificadoras, a partir de vistorias obrigatórias realizadas nas propriedades. Quando em conformidade, recebem o certificado como Estabelecimento Rural Aprovado no SISBOV (ERAS).

Em 2010, 193 certificados foram emitidos pelas certificadoras para os ERAS no estado de São Paulo.

Resultados

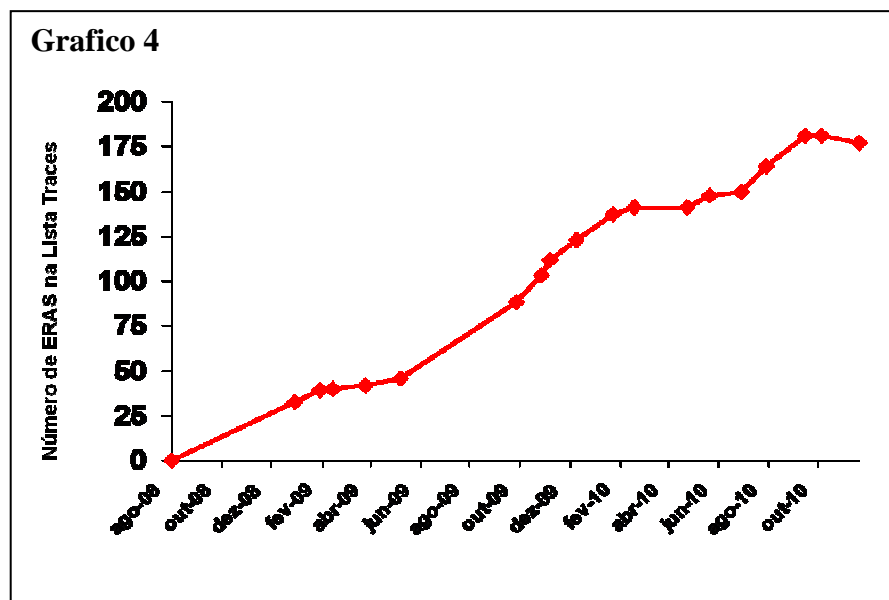
Os resultados obtidos em 2010 compreendem as diversas atividades realizadas pelo corpo técnico do SISBOV no Estado de São Paulo, conforme demonstrado resumidamente no quadro abaixo. Nota-se uma considerável queda nos números tendo em vista que a metodologia usada para contagem, por determinação do órgão central, foi alterada (atualmente só é aberto processo quando encontra-se em situação de não conformidade).

Atividades Realizadas		Tabela 186	
Atividades Realizadas pelo SISBOV no Estado de São Paulo	UNIDADE	2009	2010
Auditorias em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV	Auditoria realizada	187	124
Auditorias em Entidades Certificadoras SISBOV – sedes e filiais	Auditoria realizada	10	01
Auditorias em Empresas Fabricantes de Elementos de Identificação	Auditoria realizada	01	01
Tramitação de processos relativos ao SISBOV	Processo tramitado	136	43

	do		
Recebimento de missão internacional	Missão recebida	01	01
Treinamento em Auditoria de Certificadoras	Auditores treinados	05	25
Treinamento – Reciclagem de auditores	Auditores treinados	100	47

Fonte: DDA/SP

Lista Traces- “TRADE CONTROL AND EXPERT SYSTEM” – lista elaborada pela União Européia com as fazendas aptas a exportar carne bovina *in natura* para aquele mercado.



As auditorias oficiais do SISBOV são realizadas com o objetivo de validar o trabalho feito pelas entidades certificadoras nos ERAS. Como resultado, os ERAS aprovados nas auditorias oficiais são liberados para a exportação de carne *in natura* para a União Européia, através da publicação periódica da “Lista Traces”. Segue, no gráfico abaixo, um

demonstrativo da evolução do número de ERAS na Lista Traces no período compreendido entre agosto de 2008 e outubro de 2010. Convém lembrar que, quanto maior a quantidade de ERAS na referida lista, maior a quantidade de carne exportada para a União Européia, resultando em benefícios para os diversos elos do agronegócio brasileiro envolvidos com essa atividade. Os ERAS são igualmente reauditados, para verificação periódica de sua condição conforme. Os resultados da lista TRACE e os comparativos dos últimos exercícios seguem nos gráficos abaixo apresentados.

Grafico 5

Auditorias em ERAS – Evolução dos resultados 2008 / 2009 / 2010

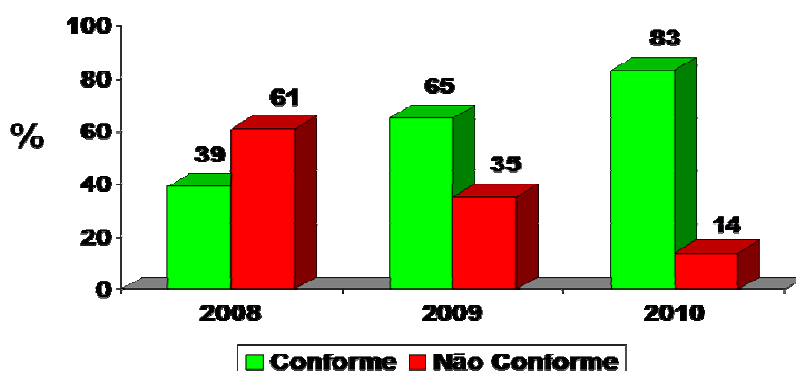
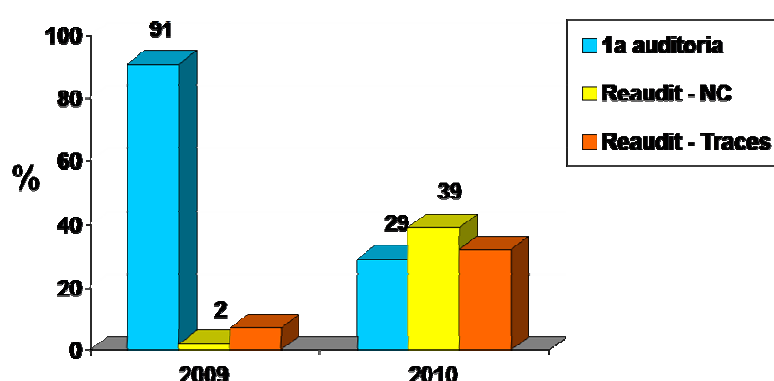


Grafico 6

**Auditorias em ERAS –
Tipo de auditoria 2009 / 2010**



Principais Indicadores					Tabela 187	
Mnemônico	2008	Técnicos envolvidos	2009	Técnicos envolvidos	2010	Técnicos envolvidos
Capacidade – Capacidade anual de análise de processos relativos ao SISBOV (IcPa) ^(a) – N° processos analisados/ ano						
IcPa	9	5	136 ^(a)	5	24	3
Eficácia – Indicador de qualidade na análise do processo (Ian) – N° processos analisados dentro do prazo x 100/ Total processos recebidos						
Ian (%)	100	5	10 ^(b)	5	100	3
Eficiência – Indicador de produtividade na análise de processo (IpAf) – N° processos analisados/ fiscal						
IpAf	9	5	27,2	5	8	3
Capacidade – Capacidade de auditoria de credenciamento (IACr) – Total de auditorias de credenciamento realizadas/ ano						
IACr	2	4	7 ^(c)	5	0	4
Capacidade – Capacidade de auditoria de conformidade em entidades certificadoras (IACoC) – Total de auditorias de conformidade realizadas / ano						
IACoC	0	-	3 ^(c)	5	1	4
Capacidade – Capacidade de auditoria de conformidade em ERAS (IACoE) – Total de auditorias de conformidade realizadas em ERAS / ano						
IACoE (criado em 2008)	137 ^(b)	26	187 ^(d)	23	124	20
Capacidade – Capacidade de cadastramento de animais importados (Ic) – Total de animais importados cadastrados/ ano						
Ic	0	1	0 ^(e)	1	49	1
Eficácia – Produtividade de cadastramento de animais (Ipc) – N° de processos analisados/total de processos recebidos						
Ipc (%)	75,4 ^(f)	1	100 ^(f)	1		1

Fonte: DDA/SP

^(a) O nome do indicador foi alterado para englobar, além dos processos relativos às entidades certificadoras, os processos originados a partir de auditorias não conformes em ERAS.

^(b) Houve a diminuição da quantidade de processos protocolados, graças à estabilização da cadeia produtiva frente ao à adesão ao SISBOV, revelada pelo aumento significativo da proporção de resultados conformes nas auditorias de conformidade nos ERAS

^(c) Em 2009, a Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade promoveu um curso de treinamento para auditorias em entidades certificadoras. Foram treinados 5 FFAs do Estado de São Paulo. O numero de auditorias em certificadoras, agendadas pela CSR, diminuiu em 2010, graças ao trabalho ter sido predominantemente concluído em 2009.

^(d) A realização destas auditorias deveu-se ao trabalho conjunto dos FFAs e dos médicos veterinários da CDA/SAA-SP, capacitados ao longo de 2008 principalmente. Em 2010, foram treinados mais 25 auditores, sendo 5 FFAs, para compensar parte dos auditores anteriormente treinados que deixaram de atuar junto ao SISBOV, por estarem envolvidos em outras atividades técnicas.

^(e) Ao longo de 2010, graças à implantação do funcionamento do módulo 'animais importados' na nova BND/SISBOV, foi possível o cadastramento de animais importados na nova BND/SISBOV (durante os últimos quatro anos, não houve cadastramento, pois a Coordenadoria Geral de Tecnologia da Informação-CGTI/MAPA não havia efetivado a ferramenta para os usuários nas SFAs).

^(f) O indicador corresponde ao conjunto de processos recebidos e analisados dentro do prazo, cuja documentação foi reencaminhada aos demais envolvidos. Permanece a alimentação de um banco de dados específico para o Estado de São Paulo, gerenciado pela CDA, para complementar as informações parciais constantes até o momento na BND.

Principais Recursos Humanos Envolvidos Tabela 188

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação
Fiscal Federal Agropecuário	2	1,20

Obs: conforme necessidade mais 18 FFAs das UTRAs auxiliam nessa ação

Recursos Financeiros Tabela 189

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)
339014	54.024,90	54.024,90	52.513,99	
339030	4.187,50	4.187,50	3.188,01	
339033	6.000,00	6.000,00	5.249,45	
339093	10.200,00	10.200,00	1.850,69	778,82
TOTAL	74.412,40	74.412,40	62.802,14	

RESUMO GERAL DA AÇÃO Tabela 190

	PROGRAMADO	RECEBIDO	REALIZADO	REALIZADO/RECEBIDO%
FINANCEIRO	74.412,40	74.412,40	63.580,96	85,44
	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
META SIPLAN (fiscal realizada)	84	100	124	124

Fonte: DDA/SP, DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

A meta SIPLAN prevista no início de 2010 foi calculada com base na quantidade total de ERAS certificados na BND ao final de 2010. Com a evolução do SISBOV, muitos produtores deixaram de certificar suas propriedades ao longo de 2010, permanecendo somente aqueles que reuniam as condições para manter um sistema de rastreabilidade de acordo com as exigências do MAPA. Deste modo, ao final de 2010, o Estado de São Paulo possuía um total de 193 ERAS certificados. Considerando que somente os ERAS certificados podem ser auditados, conclui-se, de modo simplificado, que foram auditados 124 ERAS dos 193 que estavam certificados até dez/2010, representando, portanto, 64,3%. Além das auditorias em ERAS, o total de auditorias realizadas em 2010 (126) inclui as auditorias em certificadora e fábrica de elementos de identificação.

2.3.4.2. Ação 4720 - CERTORGANI - Aplicação De Mecanismos De Garantia Da Qualidade Orgânica - Nacional

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.
Área responsável pela execução	Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG

O ano de 2010 foi caracterizado pelo final do prazo de adequação dos agentes de rede de produção orgânica ao estabelecido nos regulamentos vigentes. Desta forma, a maior parte dos trabalhos executados pela equipe técnica da DPDAG-SP consistiu em ministrar aulas, palestras e oficinas de

trabalho, abordando a regularização das atividades na produção, processamento, comercialização e certificação de produtos orgânicos.

Foram proferidas aulas nas principais universidades públicas de ensino agropecuário e escolas secundárias, bem como em seminários abertos e cursos de capacitação promovidos por organizações não governamentais ligadas ao setor.

No âmbito da regularização dos Organismos de Avaliação da Conformidade - OACs, foram realizadas auditorias em três organismos sediados nesta unidade da federação – duas certificadoras e um sistema participativo de garantia, além das verificações iniciais de novos quatro organismos, a serem auditados no início de 2011, o que conferirá ao estado de São Paulo a maior concentração de OACs do país.

Na questão da venda direta ao consumidor final sem certificação, foram realizadas oficinas de trabalho a grupos de produtores, destinadas à orientação técnica e institucional para a construção de Organismos de Controle Social.

Esta equipe ainda participou dos trabalhos de organização interna do MAPA para atuação no segmento, através da construção de manuais operacionais, bem como oficinas de construção de cadernos de orientação para a confecção de Planos de Manejo Orgânico aos agricultores familiares em venda direta sem certificação.

Principais Produtos e Ações Desenvolvidas		Tabela 191
Processo	Ações Desenvolvidas	Produto
Palestras, aulas e seminários	Informação a produtores, comerciantes, processadores sobre questões técnicas e inserção dos produtos orgânicos no mercado	Aulas na USP, UFSCar e UNESP (reitoria e Ilha Solteira); seminários em Suzano, Araras, Itapetininga, e Registro.
Certificação da produção	Auditorias de Credenciamento de Organismos da Avaliação da Conformidade Orgânica	Auditorias em Certificadoras (IBD e OIA) e em Organismo Participativo de Garantia (ANC)
Oficinas de trabalho	Orientação técnica e institucional para a construção de Organismos de Controle Social	Grupos organizados de agricultores familiares de Americana, Cunha, Iperó e São Paulo.

Atividades	Tabela 192	
	2009	2010
Organismos de avaliação da conformidade credenciados	-	03
Treinamento de FFA(s)	12	1

Fonte: DPDAG/SP

Principais Recursos Humanos		Tabela 193
Unidade	Fiscal Federal Agropecuário	Equivalente técnico % de dedicação à ação
UTRA Campinas	02	1

Fonte: DPDAG/SP

2.3.5 - Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo	Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva
Responsável pelo Programa	Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE/MAPA
Público-alvo (beneficiários)	Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis

2.3.5.1. Ação 2272 – GAPSUCRO1 – Gestão e Administração do Programa

Dados Gerais

Tipo	Atividade
------	-----------

Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Área responsável pela execução	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

No âmbito da SFA-SP, a execução desta Ação consistiu no atendimento às Decisões Judiciais, onde a União foi condenada a executar a fiscalização do Plano de Assistência Social – PAS do setor Sucroalcooleiro, motivadas por Ações Cíveis Públicas patrocinadas pelo Ministério Público Federal, nas diversas regiões do Estado, visando o cumprimento do estabelecido no Art. 36 da Lei 4870/1965.

Esta Lei obriga os produtores de cana, açúcar e álcool a aplicar, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores, em serviços de assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social, importância correspondente, no mínimo, às seguintes percentagens: 1% do valor oficial da cana e do açúcar e 2% do valor do álcool.

Esta ação é executada tão somente mediante ordem judicial, de modo que não há meta estabelecida, haja a vista que é entendimento da Consultoria Jurídica – CONJUR/MAPA que o Art. 36 da Lei 4870/65 seria inaplicável já que não há mais “valor oficial” dos produtos.

Neste sentido, foi publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União do dia 14/12/2009 o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, estabelecendo o aspecto de ação de cada instituição.

Assim, esta atividade vem sendo desenvolvida desde o ano de 2006, com a geração dos seguintes produtos.

Fiscalização do Plano de Assistência Social – PAS						Tabela 194
ATIVIDADE	Un.	2006	2007	2008	2009	2010
Usinas Fiscalizadas	Nº	14	19	25	26	39
Associações de Produtores Fiscalizadas	Nº	-	01	02	02	3
Termos de Início de Fiscalização	Nº	14	06	07	01	42
Relatórios	Nº	14	20	27	28	40

Fonte: DPDAG/SP

Principais Recursos Humanos			Tabela 195
Unidade	Fiscal Federal Agropecuário	Equivalente técnico % de dedicação à ação	
DPDAG/SFA-SP	03	1,0	
UTRA Campinas	02	0,5	
UTRA São José do Rio Preto	03	0,6	
UTRA Presidente Prudente	01	0,1	
UTRA Marília	01	0,1	

Fonte: DPDAG/SP

Recursos Financeiros				Tabela 196
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)

339014	30.000,00	29.906,50	29.750,87	
339030	4.000,00	3.500,00	3.482,56	
339093	3.000,00	6.300,00	945,74	926,56
TOTAL	37.000,00	39.706,50	34.179,17	926,56

Fonte: DPDAG/SP/ DAD/SP e SIAFI

2.3.6. Programa 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobi-odiversidade

Descrição do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.
Responsável pelo Programa	Secretaria de Desenvolvimento Produção e Cooperativismo SDC/MAPA
Público-alvo	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

2.3.6.1. Ação 8606 – DESENGORG - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; Viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos.
Descrição	Implementação de projetos de acordo com as prioridades definidas para cada unidade da federação pelas Comissões da Produção Orgânica de cada UF e em consonância com as prioridades estabelecidas com os demais parceiros. Os projetos serão executados diretamente pela Coordenação de Agroecologia, pelas Superintendências Federais de Agricultura, ou por meio de contratos ou convênios com outras instituições. Para a aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica serão realizados: o credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos no âmbito da Ministério da Agricultura, tais como alimentos, bebidas e insumos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; e implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos. Em paralelo à regulamentação e implementação das ações para a certificação e fiscalização da produção orgânica deverão estar sendo desenvolvidas ações de pesquisa, desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias que venham a melhorar a capacidade produtiva e a qualidade e diversidade de produtos em conformidade com os padrões de produto orgânico para que possam ser certificados. A promoção, divulgação e esclarecimento ao público sobre as normas para a produção de produtos orgânicos e sobre sua certificação deverão ter início assim que o sistema de certificação esteja implantado.
Área responsável pela execução	Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG

A ação da equipe do DPDAG compreendeu a participação nas principais feiras vinculadas ao setor – realizadas na cidade de São Paulo, onde foram prestados esclarecimentos a consumidores, produtores e instituições voltadas à Produção Orgânica. Naquelas feiras foram

organizadas reuniões da Câmara Temática de Agricultura Orgânica do MAPA, para tomada de decisões técnicas e políticas relacionadas ao desenvolvimento da atividade.

Devido ao crescente interesse mundial pela produção orgânica brasileira, acompanhamos as missões internacionais do governo da Coreia do Sul e da IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica – principal articuladora internacional do segmento interessada no desenvolvimento do mercado nacional e nos sistemas participativos de garantia da qualidade orgânica.

No âmbito do desenvolvimento territorial, participamos nas reuniões dos colegiados territoriais referentes ao Programa “Territórios da Cidadania” em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, além de contatos com prefeituras municipais.

Em relação às tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção, foram realizados: acompanhamentos em agricultores inseridos no Programa “Bancos Comunitários de Sementes de Aduvos Verdes”, com inclusão de novos grupos de produtores familiares, incluindo 60 famílias de alunos do Curso de Agroecologia da UFSCar/Sorocaba residentes em vários municípios do estado

Visando à capacitação de produtores em técnicas apropriadas aos sistemas orgânicos de produção, foram promovidas oficinas técnicas com especialistas na produção de ovos em sistemas orgânicos, um seminário interestadual para discussão de uma política de abastecimento de material de multiplicação adequado aos sistemas orgânicos de produção agropecuária, além da realização da I Feira de Trocas de Sementes Orgânicas, Crioulas e Tradicionais do Estado de São Paulo.

Os trabalhos da CPOrg/SP – Comissão da Produção Orgânica de São Paulo, coordenada por esta equipe, consistiram em reuniões ordinárias, extraordinárias e de grupos de trabalho específicos para tratar de questões como a propostas de alteração no regulamento da produção animal, a regulamentação da produção de cogumelos comestíveis, inclusão de novas substâncias na produção vegetal e no processamento dos produtos orgânicos, e a participação na consulta pública dos regulamentos da produção animal, vegetal, produção de sementes, estabelecimentos, cogumelos comestíveis, produtos têxteis.

Esta equipe foi responsável pela representação da SFA/SP na Câmara Setorial de Agricultura Ecológica (Secretaria da Agricultura e Abastecimento) e do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, bem como pela organização das atividades da VI Semana Nacional do Alimento Orgânico.

Principais Produtos e Ações Desenvolvidas		Tabela 197
Processo	Ações Desenvolvidas	Produto
Promoção comercial	Participação em feiras e eventos nacionais que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos	Participação na <i>Bio Brasil Fair</i> e na <i>BioFach América Latina</i>
Relações institucionais	Acompanhamento de missões internacionais	Missão do governo da Coreia do Sul e da IFOAM
Desenvolvimento Territorial Sustentável	Participação no Programa Territórios da Cidadania e contatos específicos com prefeituras municipais	Planejamento de ações nos colegiados do Vale do Ribeira, Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista
Fomento ao uso de produtos e processos apropriados à produção orgânica	Acompanhamento e expansão do Programa “Bancos Comunitários de Sementes de Aduvos Verdes”	Formação de grupos em Peruíbe, Suzano, Ribeirão Branco, Registro e Cunha
Articulação Institucional	Coordenação e participação em reuniões e grupos de trabalho da Comissão da Produção Orgânica de São Paulo	Seis reuniões ordinárias, 2 extraordinárias e 6 reuniões de grupos de trabalho
Elaboração e Atualização de Normas e Regulamentos	Realização de reuniões da CPOrg/SP para discussão de alterações na proposta de regulamentação	Propostas iniciais e sugestões para alteração das minutas de Instruções Normativas

Fomento ao consumo de orgânicos	Coordenação da V Semana do Alimento Orgânico no Estado de São Paulo	Campanha “Semana do Alimento Orgânico” em onze municípios do estado
---------------------------------	---	---

Fonte: DPDAG/SP

Eventos – Produção Orgânica	Tabela 198		
	2009	2010	2010/2009 (%)
Nº de Reuniões Mensais da Comissão Estadual da Produção Orgânica - CPOrg	10	06	60
Nº de Público alvo e participante na divulgação da Produção Orgânica: Bio Brazil Fair - SP	22.000	20.000	91
Nº. Público alvo e participante na divulgação da Produção Orgânica na Biofach -SP	8.500	Não disponível	-
Quantidade de Sementes redistribuídas (kg) – Convênio MAPA/ FUNFAG - SP	5500	700	13
Nº de Produtores familiares atendidos	550	177	32
Participação de reuniões e apoio as ações do convênio MDA/MAPA nos Territórios da Cidadania - SP	12	4	33
Nº de Participação e Apoio às Semanas de Alimentos Orgânicos em municípios	06	11	183

Fonte: DPDAG/SP

Principais Recursos Humanos	Tabela 199	
Unidade	Fiscal Federal Agropecuário	Equivalente técnico % de dedicação à ação
UTRA Campinas	02	1

Fonte: DPDAG

Recursos Financeiros	Tabela 200			
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2010	EXECUTADO EM 2011 (restos a pagar até 28.02)
339014	15.000,00	14.546,31	9.361,21	
339030	1.000,00	1.000,00	468,25	
339033	1.000,00	665,00		
339036	- o -	7.224,10	4.116,50	
339093	2.500,00	1.500,00	943,96	393,51
TOTAL	19.500,00	17.711,31	14.889,92	393,51

Fonte: DPDAG/SP; DAD/SP e SIAFI

2.3.7 - Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Descrição do Programa

Tipo de programa Finalístico

Objetivo Geral	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Nelson Romeu Luzin – Diretor da Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG
Público-alvo (beneficiários)	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

O Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – PRODESA, é operacionalizado por intermédio da Caixa Econômica Federal, sob gestão da Secretaria de Desenvolvi-

mento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA, conforme contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes.

No âmbito da SFA-SP a execução destas Ações consiste na análise de compatibilidade do objeto proposto, seu respectivo enquadramento em relação aos dados cadastrais, programáticos e orçamentários, sendo de sua responsabilidade o deferimento ou indeferimento do pleito, conforme Portaria MAPA nº 1232, de 23 de dezembro de 2008 que estabelece as diretrizes gerais para implementação dos Programas e Ações relacionadas ao Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - PRODESA. Estas ações são executadas mediante demanda, de modo que não há meta estabelecida.

PLANOS DE TRABALHOS (PT) ANALISADOS E APROVADOS PELA SFA-SP				Tabela 201
Exercício	Quant.PT(s)	Valor do Repasse (R\$)	Valor de Contrapartida (R\$)	TOTAL (R\$)
2010	266	63.772.628,38	7.447.591,70	71.220.220,08

Fonte: DPDAG/SP

2.3.8 - PROGRAMA: 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os Órgãos da União dos meios Administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Sonia Maria Maschio Pinho - Diretora da Divisão de Apoio Administrativo - DAD
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Principais ações do programa:

2.3.8.1 - Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Apoio Administrativo

De acordo com o Regimento Interno da SFA/SP, compete à Divisão de Apoio Administrativo promover e coordenar a execução das atividades de administração geral e processamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados, observando a seguinte estruturação organizacional:

- a) Divisão de Apoio Administrativo - DAD/SFA-SP;
 1. Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD/SFA-SP;
 - 1.1. Setor de Manutenção Predial - SMAP/SAG/SFA-SP;
 2. Setor de Compras e Contratos - SCC/DAD/SFA-SP;
 3. Setor de Material e Patrimônio - SMP/DAD/SFA-SP;
 4. Setor de Protocolo - SPR/DAD/SFA-SP;
 5. Setor de Transporte - STR/DAD/SFA-SP;
 6. Serviço de Gestão de Pessoas - SGP/DAD/SFA-SP;

7. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD/SFA-SP.

Respeitada a subordinação hierárquico-administrativa ao Superintendente Federal da SFA/SP, a Divisão de Apoio Administrativo se incumba de oferecer suporte ao desempenho das ações finalísticas, tendo vinculação operacional direta com as áreas afins da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA/SE/MAPA, operando em estreita consonância com requisitos e normas de conduta, em subsistemas e método de trabalho padronizado pelo Órgão Central. Dentro do programa de Apoio Administrativo, a DAD/SFA/SP, atua diretamente na ação Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas, no Plano Interno MANUTSFAS.

Compete à DAD, anualmente lançar no Sistema Orçamentário, SIOR, um orçamento inicial das despesas obrigatórias de responsabilidade fiscal, tais como aluguel, manutenção de equipamentos, prestação de serviços de segurança e limpeza, fornecimento de energia elétrica, de água e de telecomunicações, custeio das atividades gerais e demais obrigações.

Para a ação governamental 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas não está estipulada produtos e indicadores no PPA, o crédito disponibilizado na LOA para a ação é distribuído pelo Coordenador Nacional para todas as unidades descentralizadas do MAPA, após a indicação dos limites orçamentários, são elaboradas as programações de dispêndios e o plano anual de trabalho. De acordo com as demandas da área fim, a DAD solicita recursos adicionais e realiza as adequações ou realinhamentos pertinentes.

O programa contempla o atendimento das ações orçamentárias dos serviços administrativos de todas as áreas da SFA/SP, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticas.

No exercício de 2010, excluindo o crédito descentralizado para investimento, o limite disponibilizado para custeio foi no valor de R\$ 4.351.716,60, tendo havido um decréscimo em relação ao montante provisionado para o exercício de 2009, fato que ocorre desde 2005, conforme consta na série histórica dos recursos autorizados para o PI MANUTSFAS, valor inferior ao necessário para promoção do apoio logístico e operacional das atividades.

Série histórica dos recursos autorizados e executados – MANUTSFAS				Tabela 202	
Ano	Desp. Autorizada	Evolução em relação a 2005	Desp.Executada	Saldo	%
2005	5.115.406,63	100%	5.108.402,84	7.008,80	99,86%
2006	4.668.634,25	91,3%	4.662.948,83	5.685,42	99,88%
2007	4.138.805,16	80,9%	4.132.693,81	6.111,35	99,85%
2008	4.130.115,00	80,7%	4.130.109,53	5,47	99,99%
2009	4.578.969,55	89,5%	4.578.566,27	403,28	99,99%
2010	6.950.747,79	135,87%	6.491.443,50	409.690,81	93,39%

Fonte: SEOF/DAD/SP

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 203	
FINANCEIRO	RECEBIDO		REALIZADO (incluindo RP até 28.02)	REALIZADO/RECEBIDO%	
	6.950.747,79		6.491.443,50	93,39%	
META SIPLAN (Superintendência mantida)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO COR-RIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %	
	1	1	1	100	

Fonte: DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

Recursos Financeiros Manutsfas					Tabela 204			
ND	Programado	Liberado	Liquidado	PAGO (até 28.02)	A executar	Disponível	Cancelado	%
339014	220.174,30	220.174,00	217.387,71	217.387,71	---	2.786,29	---	98,73
339030		206.540,43	206.540,43	128.978,94	27.553,68	---	50.007,81	75,78

	243.490,00							
339033	37.660,00	34.660,00	34.660,00	28.133,02	2.579,00	---	3.947,98	88,60
339037	2.202.251,79	2.228.051,79	2.228.051,79	2.154.986,80	2.546,39	---	70.518,60	96,83
339039	1.594.448,26	1.567.682,44	1.515.282,44	1.232.459,10	76.703,28	52.400,00	206.120,06	83,50
339047	10.000,00	9.578,94	9.578,94	8.867,22	395,14	---	316,58	96,69
339092	21.000,00	20.955,34	20.955,34	20.955,34	---	---	---	100
339093	8.280,00	8.280,00	8.280,00	4.804,80	1.856,24	---	1.618,96	80,47
339139	12.000,00	15.000,00	15.000,00	9.516,19	2.217,01	---	3.266,80	78,22
339147	0,00	100,00	100,00	1,12	---	---	98,88	1,12
339192	2.423,16	2.423,16	2.423,16	2.423,16	---	---	---	100
449052	2.642.943,00	2.637.301,39	2.637.301,39	251.136,96	2.384.859,42	---	1.305,01	99,95
TOTAL	6.994.670,51	6.950.747,79	6.895.561,20	4.048.636,76	2.442.806,82	55.186,29	351.378,94	93,39

Fonte: DAD/SP

Obs.: A coluna **A EXECUTAR**, objetiva desagregar do índice total de desempenho anual, a parcela dos dispêndios cujo efetivo pagamento se dá no decorrer do ano subsequente.

Conforme demonstra o quadro abaixo, excluindo o montante para investimento, a maior parcela dos créditos disponibilizados para o exercício de 2010 foi utilizado no pagamento dos contratos de prestação de serviços terceirizado – vigilância, limpeza, apoio administrativo, seguido das despesas com telefonia, energia elétrica, rede de água e esgoto, correio, contratos de manutenção de equipamentos/máquinas e locação de imóvel.

Principais Despesas				Tabela 205			
	2008		2009		2010		
MANUTSFAS	PLANEJADO	REALIZADO	PLANEJADO	REALIZADO	PLANEJADO	REALIZADO	
Vigilância	1.151.995,32	1.087.276,30	1.319.240,70	1.104.812,59	1.600.000,00	1.286.665,53	
Limpeza	482.819,52	501.954,04	541.409,76	477.016,84	650.000,00	474.717,19	
Operação mesa telefônica	77.998,92	78.727,58	79.210,91	103.678,82	224.000,00	218.294,92	
Água / Esgoto	66.591,21	78.040,67	98.015,44	76.069,42	85.000,00	84.521,47	
Energia	141.376,14	158.924,35	193.000,00	150.962,09	150.000,00	134.144,66	
Deslocamento	72.000,00	68.893,82	87.169,00	232.367,96	220.000,00	217.387,71	
Telefonia	357.753,70	381.098,20	358.206,07	371.994,28	350.000,00	430.699,60	
Manutenção Veículos	56.094,00	103.416,54	77.400,00	77.400,00	70.000,00	22.772,00	
Combustível	87.000,00	108.110,24	147.000,00	33.484,43	150.000,00	51.952,05	
Correio	119.381,78	144.116,50	210.091,38	141.594,73	150.000,00	165.617,27	
Manut. Equip. Informática	252.000,00	252.000,00	252.000,00	252.000,00	252.000,00	252.122,12	
Manutenção Diversas	49.624,66	59.980,03	57.000,00	90.482,99	100.000,00	43.192,26	
Locação Imóvel	220.000,00	250.240,00	280.500,00	270.043,20	270.000,00	226.015,20	
TOTAL	3.134.635,25	3.272.778,27	3.700.243,26	3.381.907,35	4.121.000,00	3.608.101,98	

Principais Produtos		Tabela 206				
		2006	2007	2008	2009	2010
Inclusão de material permanente		985	1082	411	873	501
Termo transferência externa recebido		09	15	03	15	06
Emissão termo transferência interna			336	396	370	388
Processos de alienação de bens		---	---	2	--	--
Manutenção Frota Veículos		91	109	118	77	68

Processos licitatórios	111	131	118	121	97
Pedidos de serviços e materiais	520	581	618	539	472
Autuação de Processos Administrativos	---	---	24.850	26.092	27.832
Tramitação de Processos Administrativos	26.980	24.412	27.494	34.152	28.160
Elaboração de contratos Prestação de Serviços		4	4	12	08
Emissão de Notas de Empenho (SIASG)	779	966	1.192	837	862
Emissão de Notas de Empenho (SIAFI)	816	746	527	725	646
Diárias processadas na SFA	2.786	3.919	4.178	5.119	5646
Passagens processadas na SFA	240	313	500	510	519
Pagamentos Efetivados	5.912	8.226	8.431	10.019	9944
Recadastramento de inativos	329	465	466	474	504
Recadastramento de Pensionistas	504	711	729	758	777
Concessão Licença-Maternidade	00	09	08	09	15
Concessão de Auxílio-Funeral	34	25	28	18	27
Concessão de Pensão	34	28	27	26	18
Concessão Aposentadorias	15	12	20	30	31
Admissão	00	35	129	36	88
Concessão de licença médica (dias)	--	--	6.197	10.034	10.480
Concessão de licença médica (nº)	306	331	409	464	412
Realização de perícia médica			43	130	58
Concessão de Licença Assiduidade	83	125	139	145	169
Concessão de abono permanência	41	25	67	62	56
Concessão de adicional de Insalubridade	62	68	125	58	43
Revisão de Pensão		17	20	21	275
Revisão de Aposentadoria		45	27	15	13
Instrução de Processos Judiciais		35	53	90	35
Atendimento de Auditoria		30	08	12	07
Processos de Pagamento Anteriores		209	277	167	411
Portaria Homologada	541	495	416	464	403
Publicação em Boletim de Pessoal	3899	5743	6293	8603	8.332
Convênios publicados	2	1	1	0	0

Fonte: DAD/SP

Principais Indicadores			Tabela 207		
Mnemônico	Unidade	2008	2009	2010	
Eficácia - Índice de dias de afastamento de servidores por licença médica (Ialimed) – Quantidade de dias / (Total de funcionários x 365) x 100					
Ialimed	%	1,37	2,31	2,45	
Eficácia – Índice de servidores totais afastados por licença médica (Ialimedn) - Quantidade de funcionários/ (total de funcionários) x 100					
Ialime dn	%	29,53	38,95	35,27	
Eficácia – Índice de fiscais federais agropecuários afastados por licença médica (Iaffa) – Quantidade de fiscais afastados/ (total de fiscais) x 100					
Iaffa	%	32,68	38,57	40,54	
Eficácia – Índice de servidores de outras categorias (sede) com afastamento licença médica (Iaadm) – Quantidade de funcionários de outras categorias (sede) afastados/ (total de funcionários outras categorias (sede) x 100					
Iaadm	%	16,98	82,75	---	
Eficácia – Índice de servidores de outras categorias (interior) com afastamento licença médica (Iaadm) – Quantidade de funcionários de outras categorias (interior) afastados/ (total de funcionários outras categorias (sede) x 100					
Iaadm	%	40,19	36,22	---	
Eficácia – Índice de servidores de outras categorias (sede e interior) com afastamento licença médica (Iaadm) – Quantidade de funcionários de outras categorias (interior) afastados/ (total de funcionários outras categorias (sede) x 100					

<i>Iaadm</i>	%	---	---	30,08
Eficácia - Índice de agentes de inspeção com afastamento licença médica (Iaadm) – Quantidade de agentes de inspeção afastados/ (total de agentes de inspeção) x 100				
<i>Iaadm</i>	%	24,36	37,54	33,39
Eficácia – Conformidade dos Processos licitatórios (Icfplic) - processos licitatórios concluídos / (total processos iniciados) x 100				
<i>Icfplic</i>	%	87,4	100	90
Eficácia - Conformidade da gestão (Icfig) – conformidades atribuídas sem restrição / (total registros de conformidade) x 100				
<i>Icfig</i>	%	100	100	100
Eficácia – Execução Orçamentária e Financeira (Ieof) – recursos empenhados / recursos provisionados) x 100				
<i>Ieof</i>	%	78,54	88,83	92,26
Eficácia – Índice de atendimento do almoxarifado – pedidos atendidos/ (total de pedidos) x 100				
<i>Iaalm</i>	%	100	100	100
Eficiência - Produtividade na concessão de aposentadoria (ipapc) – total aposentadorias concedidas / quantidade de servidores envolvidos na ação				
<i>Ipapc</i>	Nº	10	15	16,5
Eficiência – Produtividade na conclusão de processos de licitação (Iplic) – total processos concluídos / quantidade de servidores envolvidos				
<i>Iplic</i>	Nº	59	40,33	48,5
Eficiência – Produtividade no pagamento de diárias (Ippd) – total diárias pagas / quantidade de servidores envolvidos				
<i>Ippd</i>	Nº	2089	2559	2823
Eficiência – Produtividade na emissão de empenhos (Iemp) – total empenhos emitidos / quantidade de servidores envolvidos				
<i>Iemp</i>	Nº	860	520,66	525

Fonte: DAD/SP

Série Histórica da Distribuição dos Servidores					Tabela 208		
Estrutura	2006	2007	2008	2009	Estrutura	2010	Ideal
DAD	1	1	1	1	DAD	1	3
SEOF	2	2	2	2	SEOF	2	7
SRH	4	4	4	6	SGP	8	16
SAP	2	2	2	2			
SDP	2	2	2	2			
SAG	2	1	1	4	SAG	1	3
SMP	3	3	3	2	SMP	3	6
STR	7	6	6	6	STR	6	10
SPR	4	3	3	3	SPR	3	8
STI	1	1	1	1	SMAP	1	3
					SCC	2	6
Total	28	25	25	29		27	62
Evolução	100%	89%	89%	103%		96%	221%

Fonte: DAD/SP

Evolução do Quadro de Funcionários – SFA/SP					Tabela 209
Situação Funcional	2006	2007	2008	2009	2010
RJU/Ativo Permanente	990	999	1103	1109	1.090
RJU/Cedido	02	03	03	02	03
RJU/ Exced. a Lotação	53	53	52	52	50
Exercício Desc. Carreira	03	01	00	00	00
Exercício Provisório	00	01	01	01	01
CDT/ Contrato Temporário	34	32	00	00	00
Nomeado Cargo de Comissão	01	01	1	00	00
CLT – MAS – DEC 6657/08	00	00	00	22	28
Total Geral de Servidores	1083	1090	1160	1191	1172

Evolução %	100%	100,64%	107%	110%	108,22%
Fonte: DAD/SP					

Estatística dos Servidores da DAD/SFA Por Faixa de Idade X Tempo de Serviço				Tabela 210
Tempo de Serviço	Idade			
	40a 50	51a 60	> 60	
20 a 24	1			
25 a 28	3	5	1	
29 a 30		2		
31	2	2		
32				
33		1	1	
34		2		
35		2		
> 35		2	3	
TOTAL	6	16	5	

Fonte: DAD/SFA/SP

Obs.: - 10 funcionários recebem Abono Permanência por já terem tempo completo de contribuição; não incluído os estagiários.

A Divisão de Apoio Administrativo é composta por: 27 servidores efetivos, 19 estagiários e 89 prestadores de serviço, compreendendo os funcionários terceirizados de empresas, que exercem atividades nas áreas de limpeza, segurança, copa, recepção e telefonista. Sobre o quadro de pessoal, vale ressaltar que o número de servidores vem decrescendo numa relação inversa ao crescimento do quadro funcional da SFA/SP, provocando aumento no volume de trabalho, pois a atividade desenvolvida pelo PI-MANUTSFAS dá suporte operacional, administrativo e logístico as Unidades Descentralizadas e a sede da SFA/SP.

Fica cada vez mais exposta a fragilidade que a área de apoio sofre com a insuficiência de servidores administrativos, gerando atribuições concentradas em pessoas e não em equipes.

A necessidade de concurso público e a criação do plano de carreira para a categoria, são fatores fundamentais para assegurar a continuidade do bom desempenho das atividades executadas. O concurso para contratação de apoio administrativo realizado pelo MAPA, no exercício de 2010, não previu nenhuma vaga para a SFA/SP.

O Treinamento “in loco” para os servidores que não podem se ausentar do local de trabalho, em razão de não haver substituto, está sendo a única forma encontrada para não prejudicar a capacitação dos mesmos, tentando minimizar a insegurança e falta de estímulo no exercício das funções.

Apesar de todas as dificuldades a Divisão de Apoio Administrativo vem, ao longo dos anos, mantendo resultados satisfatórios, principalmente no tocante ao índice de desempenho físico/financeiro.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ									Tabela 211
Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
20		0750	4716	Atividade	4	unid	1	1	1
20	603	0356	4745	Atividade	4	unid	100	149	100
20	603	0356	4746	Atividade	4	ton.	1.500.000	1.802.043	1.500.000
20	604	0356	8938	Atividade	4	unid	740	740	740
20	603	0356	8939	Atividade	4	unid	325	346	325
20	603	0375	2179	Atividade	4	unid	1479	2221	1479

				dade					
20	603	0375	2909	Atividade	4	unid	266	333	266
20	603	0375	2177	Atividade	4	unid	41	41	41
20	603	0375	2141	Atividade	4	unid	1112	1459	1112
20	604	0375	2140	Atividade	4	unid	352	423	352
20	604	0375	2124	Atividade	4	unid	179	236	179
20	604	0375	2019	Atividade	4	unid	170	100	170
20	603	0357	2134	Atividade	4	unid	142.133	142.133	142.133
20	604	0357	2139	Atividade	4	unid	720.000	1.052.997	720.000
20	603	0357	2180	Atividade	4	unid	415.657	510.767	415.657
20	604	0357	2181	Atividade	4	unid	94.857	92.731	94.857
20	603	0357	4738	Atividade	4	Ha	----	----	---
20	604	0357	4842	Atividade	3	KM ²	248.209	248.209	248.209
20	603	0357	8572	Atividade	3	Ha	751.400	751.400	751.400
20	604	0357	8658	Atividade	3	unid	36.000	115.585	36.000
20	604	1442	8592	Atividade	4	unid	100	124	100

Fonte: SIPLAN

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias		Tabela 212
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SFA/SP/FUNCAFE	130167	----
Superintendência Federal de Aquicultura e Pesca	110008	-----

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ						Tabela 213
Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada			Exercícios	Despesa Liquidada	
	2008	2009	2010		2008	2009
Convite	9.114,46	---	---		9.114,46	---
Tomada de Preços	37.905,92	---	---		37.905,92	---
Concorrência	914.847,97	337.974,72			914.847,97	337.974,72
Pregão	7.684.184,80	5.618.471,66	10.683.078,24		7.684.184,80	5.618.471,66
Concurso	---	---	---		---	---
Consulta	---	---	---		---	---

Não Aplicável	1.566.227,85	2.255.683,63	2.849.631,28	1.566.227,85	2.255.683,63	2.849.631,28
Contratações Diretas						
Dispensa	841.440,97	1.961.345,95	925.104,74	841.440,97	1.961.345,95	925.104,74
Inexigibilidade	744.075,34	804.084,60	851.295,74	744.075,34	804.084,60	851.295,74
Regime de Execução Especial						
Suprimento de Fundos	22.847,39	---	---	22.847,39	---	---
Pagamento de Pessoal						
Pagamento em Folha	68.375,11	84.026,72	40.656,86	68.375,11	84.026,72	40.656,86
Diárias	1.316.934,11	1.926.350,64	2.493.455,88	1.316.934,11	1.926.350,64	2.493.455,88

Valores em R\$ 1,00
Fonte: SEOF/DAD/SFA/SP

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação				Tabela 214	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2009	2010	2009	2010	
Licitação					
Convite	---	---	---	---	
Tomada de Preços	---	---	---	---	
Concorrência	337.974,72	---	337.964,72	---	
Pregão	5.618.471,66	10.683.078,24	3.834.764,81	4.505.132,60	
Concurso	---	---	---	---	
Consulta	---	---	---	---	
Contratações Diretas					
Dispensa	1.961.345,95	925.104,74		807.526,05	
Inexigibilidade	804.084,60	851.295,74	752.322,66	630.498,87	
Regime de Execução Especial					
Suprimento de Fundos	---	---		---	
Pagamento de Pessoal					
Pagamento em Folha	84.026,72	40.656,86	84.026,72	40.656,86	
Diárias	1.926.350,64	2.493.455,88	1.926.350,64	2.493.455,88	
Não Aplicável	2.255.683,63	2.744.198,28	2.101.082,75	2.613.079,98	

Valores em R\$ 1,00
Fonte:SEOF/DAD

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação							Tabela 215	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
319008	84.026,72	40.656,86	84.026,72	40.656,86	---	---	84.026,72	40.656,80
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes								
339037	2.616.809,73	2.885.358,00	2.616.809,73	2.931.737,72	424.171,03	272.543,70	2.857.196,95	2.617.264,55
339039	3.131.919,96	2.107.692,55	3.313.919,96	6.725.692,55	368.860,07	390.480,58	3.300.174,90	1.588.208,82

339014	2.007.156,78	2.493.455,88	1.926.350,64	2.493.455,88	---	---	1.926.350,64	2.493.455,88
Demais elementos do grupo	1.619.111,61	1.276.832,20	1.618.911,95	1.276.832,20	875.341,36	339.649,80	2.072.963,55	882.464,84

Valores em R\$ 1,00
Fonte: SEOF/DAD

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação								Tabela 216
Grupos de Despesa	2009	Tabela 2010	Despesa Liquidada 2009	2010	RP não processados 2009	2010	Valores Pagos 2009	2010
4 - Investimentos								
449052	1.164.709,72	2.780.405,50	1.164.709,72	6.169.366,95	494.400,91	5.542.365,89	2.660.396,43	1.495.686,70
449051	434.831,84	228.300,73	434.831,84	228.300,73	295.914,78	228.300,73	479.764,88	44.933,04

Valores em R\$ 1,00
Fonte: SEOF/DAD

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores					Tabela 217
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	
2010	872.947,15	---	860.731,78	12.215,37	
2009	78.555,89	---	73.770,45	4.785,44	
2008	88.422,53	218.280,71	88.020,25	402,28	
2007	---	---	381.712,69	394.462,00	
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	
2010	6.937.673,68	1.309.752,66	663.020,31	5.981.153,48	
2009	2.458.688,15	---	759.427,50	1.699.260,65	
2008	5.788.614,16	217.658,44	6.233,00	5.318.921,09	
2007	6.771.164,54	397.599,11	6.233.324,99	394.462,00	
Observações: Restos a pagar processados permanecem no sistema tendo em vista compromissos assumidos aguardando pagamento; Restos a pagar não processados serão automaticamente cancelados pelo sistema de acordo com a macro função vigente, após publicação do Decreto.					

Valores em R\$ 1,00
Fonte: SEOF/DAD

5. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Tipologias dos Cargos		Lotação	
		Autorizada	Efe
1	Provimento de cargo efetivo	1.172	1.172
1.1	Membros de poder e agentes políticos	-	-
1.2	Servidores de Carreira	1.109	1.109
1.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	1.109	1.109
1.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.2.3	Servidor de carreira em exercício provisório	1	1
1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-

1.3	Servidores com Contratos Temporários	-	
1.4	Servidores Cedidos ou em Licença	35	3
1.4.1	Cedidos	3	1
1.4.2	Removidos	-	
1.4.3	Licença remunerada	29	2
1.4.4	Licença não remunerada	3	1
2	Provimento de cargo em comissão	59	5
2.1	Cargos Natureza Especial	-	
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior	24	2
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	24	2
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	-	
2.2.4	Sem vínculo	-	
2.2.5	Aposentado	-	
2.3	Funções gratificadas	35	3
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	35	3
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	-	
3	Total	1.172	1.1

Fonte: SGP/DAD

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária		
Tipologias do Cargo	Até 30	De 31 a 40
1. Provimento de cargo efetivo		
1.1. Membros de poder e agentes políticos	70	152
1.2. Servidores de Carreira	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	66	145
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	4	7
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-
Funções gratificadas	2	4

Fonte: SGP/DAD

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade			
Tipologias do Cargo	1	2	3
1. Provimento de cargo efetivo	-	8	19
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	8	19
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - A

Obs.: Não foi possível quantificar a partir do sistema SIAPE/SIAPENET a formação adicional dos servidores de nível superior em relação a esp

Fonte: SGP/DAD

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos

Regime de proventos / Regime de aposentadoria		Quantitativo de
1 Integral		
1.1 Voluntária		505
1.2 Compulsório		350
1.3 Invalidez Permanente		12
1.4 Outras		45
2 Proporcional		-
2.1 Voluntária		98
2.2 Compulsório		91
2.3 Invalidez Permanente		4
2.4 Outras		2

Fonte: SGP/DAD

Regime de proventos originário do servidor		Quantitativo de B
1. Integral		704
2. Proporcional (Redutor)		43

Fonte: SGP/DAD

Quantitativo de contratos de estágio vigentes				
Nível de escolaridade	1º Tri- mestre	2º Trimestre	3º Tri- mestre	4º Tri- mestre
Nível superior				
Área Fim	92	72	73	75
Área Meio	21	12	12	12
Nível Médio				
Área Fim	13	6	8	10
Área Meio	19	8	8	7
Total	145	98	101	104

Fonte: SGP/DAD

5.4 . QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010								Tabela 224
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Retribuições	Gratificações	Total
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	53.537.235,93	19.175,79	44.210.492,50	8.410.346,49	4.973.072,95	6.558,03	738.072,56	111.894.954,25
2009	67.064.467,00	7.610,17	64.530.563,70	11.037.407,30	4.346.551,73	608,07	398.458,00	147.385.665,97
2010	80.208.408,20	16.049,26	77.973.294,79	14.236.823,31	5.348.324,51	596.376,86	582.239,16	178.961.561,09
Servidores com Contratos Temporários								
2008	16.883,65	-	29.640,00	38.567,18	51.437,74	-	161.500,00	298.028,57
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	108.164,41	-	70.614,44	-	1.988,72	-	1.447,08	182.214,65
2009	146.936,00	-	123.487,34	-	1.727,88	-	6.117,52	278.268,74

2010	193.557,86	-	125.929,77	-	7.145,87	1.266,00	-	327.899,50
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	1.034.304,65	395.290,50	690.222,44	157.198,87	46.143,69	6.120,77	1.745,36	2.331.026,28
2009	1.266.553,02	388.018,58	1.150.349,93	212.755,76	42.082,87	8.549,47	9.472,61	3.077.782,24
2010	1.513.721,98	377.405,33	1.557.502,70	254.181,30	83.057,17	19.090,68	4.182,97	3.809.142,13
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	1.651.752,03	188.314,00	1.023.955,03	261.502,23	105.217,07	15.795,41	6.863,98	3.253.399,75
2009	2.130.496,54	192.983,47	1.468.389,07	350.028,01	95.807,32	15.374,32	6.642,32	4.259.721,05
2010	2.368.519,18	197.543,99	1.826.347,05	464.256,65	174.718,15	54.380,64	12.807,14	5.098.572,80

Fonte: SIAPE

Quadro de Custos de Recursos Humanos - Resumo		Tabela 225
Ano	Total	Média Mês
2008	117.959.623,50	9.829.968,63
2009	155.001.438,00	12.916.786,50
2010	188.197.130,52	15.683.094,21

Fonte: DAD/SP

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva										Tabela 226			
Unidade Contratante													
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/SP													
UG/Gestão: 130067						CNPJ: 00.396.895/0028-45							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	02/2008	Treze Listas 62.874094/0001-85	01/05/08	30/04/11	15	10		6		1	P
2009	L	O	03/2009	Maxlimp Serv. 09.508.389/0001-55	01/08/09	31/07/11	19	18		5			P
2009	L	O	04/2009	Appa Sol. Empres. 09.445.502/001-09	01/08/09	31/07/09	2	2					E
2009	L	O	05/2009	Style Serv. Esp. 08.294.692/0001-30	01/08/09	31/07/09	1	1					E
2009	L	O	06/2009	Professional Clean 08.279.353/0001-84	01/08/09	31/07/10	12	12					E
2010	L	E	01/2010	Rio Limpo 11.275.539/0001-70	13/08/10	12/02/11	15	15					A
Observação:													
Contrato 02/2008:													
1º termo aditivo (inclusão de 2 postos)													
3º termo aditivo (prorrogação da vigência do contrato de 01/05/09 a 30/04/10)													
5º termo aditivo (prorrogação da vigência do contrato de 01/05/10 a 30/04/11)													
Contrato 03/2009:													
1º termo aditivo (inclusão de 6 postos)													
2º termo aditivo (prorrogação da vigência do contrato de 01/08/10 a 31/07/11) e redução de 2 postos.													
Contrato 04/2009: Não prorrogado													
Contrato 05/2009: Não prorrogado													
Contrato 06/2009: Não prorrogado													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Quadro A.5.9 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra											Tabela 227		
Unidade Contratante													
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/SP													
UG/Gestão: 130067							CNPJ: 00.396.895/0028-45						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	07/2007	Butterfly 02.697.774/0001-49	08/11/07	07/08/11			2	2	1	1	P
2009	1, 3	O	07/2009	Falk 09.312.676/0001-95	03/09/09	31/08/11	3	3	10	13			P
Observação:													
Contrato 07/2007:													
1º termo aditivo (prorrogação da vigência do contrato de 08/09/08 a 08/11/09)													
2º termo aditivo (prorrogação da vigência do contrato de 08/11/09 a 07/11/10)													
3º termo aditivo (prorrogação da vigência do contrato de 08/11/10 a 07/11/11)													
Contrato 07/2009:													
1º termo aditivo (prorrogação da vigência do contrato de 01/09/10 a 31/08/11)													
2º termo aditivo (acréscimo de 3 postos)													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SCC/DAD

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra										Tabela 228
Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa							
02/2008	8	2	SFA/SP							
	8	1	UTRA/ Guaratinguetá							
	8	2	UTRA/Ipanema							
	8	2	SVA/Santos							
	8	2	UTRA/Campinas							
	8	5	Est. Quarentenária Cananéia							
	8	1	Arq. Central São Roque							
	8	1	UTRA/Marília							
	8	1	UTRA/Araraquara							
03/2009	7	16	SFA/SP							
	7	3	UTRA/Campinas							
	7	4	Est. Quarentenária Cananéia							
04/2009	7	2	Arq. Central São Roque							
05/2009	7	1	CEAGESP							

06/2009	7	1	UTRA/Guaratinguetá
	7	2	SVA/Santos
	7	2	UOP/Piracicaba
	7	1	UTRA/Ribeirão Preto
	7	1	UTRA/Marília
	7	1	UTRA/Presidente Prudente
	7	1	UTRA/Araçatuba
	7	1	UTRA/Araraquara
	7	2	Armazém do café
01/2010	7	2	Arq. Central São Roque
	7	1	UTRA/Guaratinguetá
	7	1	UTRA/Metropolitana
	7	2	SVA/Santos
	7	2	UOP/Piracicaba
	7	1	UTRA/Ribeirão Preto
	7	1	UTRA/Marília
	7	1	UTRA/Presidente Prudente
	7	1	UTRA/Araçatuba
	7	1	UTRA/Araraquara
	7	2	Armazém do café
07/2007	1	3	SFA/SP
07/2009	1	13	SFA/SP
	3	3	SFA/SP

LEGENDA
Área:
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: SCC/DAD

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência								Tabela 229	
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo									
CNPJ: 00.396.895/0028-45					UG/GESTÃO: 130067/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	702770 - SICONV	49729932/001-69	3.117.778,50	623.555,70		2.494.222,80	31/12/08	31/08/10	4
Obs: Valores em R\$ 1,00									
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: DPDAG

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios						Tabela 230
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo						
CNPJ: 00.396.895/0028-45				UG/GESTÃO: 130067/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	1	0	0	0	2.494.222,80	0
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Parceria	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0		0
Totais	1	0	0	0	2.494.222,80	0

Fonte DPDAG

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes					Tabela 231
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo					
CNPJ: 00.396.895/0028-45			UG/GESTÃO: 130067/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	0	0	0	0	0
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Parceria	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0	0

Fonte: DPDAG

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.			Tabela 232
Unidade Concedente			
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo			
CNPJ: 00.396.895/0028-45		UG/GESTÃO: 130067/00001	
Exercício da presta-	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos
(Quantidade e Montante Repassa-;			

ção de con- tas				do)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		01	0
		Montante Repassado		2.494.222,80	0
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas pres- tadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)		0
2009	Contas prestadas	Quantidade	01	0	
		Montante Repassado (R\$)	2.500.000,00	0	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	0	0	
2008	Contas prestadas	Quantidade	02	0	
		Montante Repassado (R\$)	2.174.160,00	0	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	0	0	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	0	0	

Fonte: DPDAG

6.1.5. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse				Tabela 233	
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo					
CNPJ: 00.396.895/0028-45			UG/GESTÃO: 130067/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			01	0
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		0	0
		Montante repassado (R\$)		0	0
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	01	0
Montante repassado (R\$)	2.494.222,80		0		
2009	Quantidade de contas prestadas			01	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		01	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0
		Montante repassado (R\$)		0	0

2008	Quantidade de contas prestadas		02	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	02	0
		Quantidade Reprovada	0	0
		Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante repassado	0	0
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante repassado	0	0

Fonte: DPDAG

No exercício de 2010 esta SFA não celebrou nenhum convênio, tendo sido o último celebrado em 2008, e as contas apresentadas dentro do prazo em conformidade com a Portaria Interministerial MPOG 127, de 29.05.2008. Informamos que o procedimento desta Superintendência quanto a análise da prestação de contas inicia-se na checagem dos documentos apresentados pelo conveniente, verificando a existência dos documentos obrigatórios exigidos no art. 58 da Portaria Interministerial 127 de 29.05.2008. Estando a documentação em ordem, procede-se a autuação dos documentos encaminhando aos servidores responsáveis pelo acompanhamento in loco e elaboração do referido relatório técnico conclusivo. Após a emissão do parecer técnico, sendo favorável, o processo é encaminhado ao Serviço de Execução Orçamentária e Financeira para análise e emissão do parecer sobre a execução financeira do convênio em conformidade com o art. 43 da Portaria MAPA 428 de 09.06.2010.

Com relação à estrutura de controle definida para gestão das transferências, o órgão técnico local detalha o processo de elaboração do plano de trabalho juntamente com a organização interessada na transferência (celebração de convênio). Para essa elaboração, é feita uma avaliação da factibilidade do plano de trabalho por técnico da respectiva área.

Antes da celebração do convênio são nomeados no mínimo 2 (dois) fiscais, um para elaborar o parecer de viabilidade e o outro para o acompanhamento in loco objetivando a avaliação periódica da execução das ações constantes no plano de trabalho. Este fiscal emitirá ao longo da vigência do convênio relatórios de acompanhamento e, ao final, quando da prestação de contas o parecer conclusivo aprovando ou não o convênio do ponto de vista técnico. Paralelamente a área financeira da UG faz a avaliação da prestação de contas quanto aos aspectos financeiros e contábeis para que seja lançada nos sistemas de controle, a comprovação e aprovação.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

7.1 - Declaramos que no exercício de 2010, este Ministério não celebrou nenhum convênio através desta Superintendência.

7.2 - Declaramos também que no exercício de 2010, foram analisados e homologados por esta Superintendência 266 propostas de contratos de repasse, todas cadastradas no SICONV, referente ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – PRODESA, a contratação, liberação e pagamento dos recursos são feitos através da Caixa Econômica Federal. Todos em conformidade com o artigo 19 da Lei 12.309, de 9 de agosto de 2010, Decreto 6.170, de 25.07.2007, Portaria Interministerial MPOG nº 127, de 29.05.2008.

7.3 - O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – PRODESA, é operacionalizado por intermédio da Caixa Econômica Federal, sob gestão da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA, conforme contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes.

7.4 – Declaramos que os contratos formalizados no exercício de 2010 estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, em conformidade com o artigo 19 da Lei 12.309, de 9 de agosto de 2010.

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

8.1 – Informamos que os servidores lotados nesta SFA/SP, ocupantes de cargos de DAS, FG e FCT, em cumprimento a Lei 8703/93, combinada com a Instrução Normativa nº 12/96, artigo 15, inciso VIII, apresentaram no Serviço de Gestão de Pessoas – SGP/DAD/SFA/SP, tempestivamente, as respectivas Declarações de Bens e Rendimentos, referente ao ano calendário 2009, ano base 2010, onde as cópias encontram-se arquivadas.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ		Tabela 234				
Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.						X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.						X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.						X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.						X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.						X
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.						X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por					X	

Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ		Tabela 234				
Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
transformações nos ambientes interno e externo.						
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16.	Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25.	A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento		1	2	3	4	5
28.	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29.	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30.	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Considerações gerais:						
LEGENDA						
Níveis de Avaliação:						
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						

Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ	Tabela 234
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
<p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>	

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	Tabela 235				
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			X		
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).			X		
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis						Tabela 235
Aspectos sobre a gestão ambiental						Avaliação
Licitações Sustentáveis						1 2 3 4 5
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).						
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 						x
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.						x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.						x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.						x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.						x
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 						
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.						x
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 						
LEGENDA						
Níveis de Avaliação:						
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

11. Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº107, de 27/10/2010.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União				Tabela 236
Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ		
		2009	2010	
BRASIL	UF SÃO PAULO			
	Município de Araraquara	01	01	
	Município de Barretos	01	01	
	Município de Barueri	01	01	
	Município de Campinas	01	01	
	Município de Cananéia	01	01	
	Município de Cananéia Vila	01	01	
	Município de Guaratinguetá	01	01	
	Município de Iguape	01	01	

	Município de Itapetininga	01	01
	Município de Itapevi	01	01
	Município de Jundiaí	01	01
	Município de Pirajú	01	01
	Município de Ribeirão Preto	01	01
	Município de Santos	01	01
	Município de São Paulo	01	01
	Município de São Paulo	01	01
	Município de São Vicente	01	01
	Município de São Roque	01	01
	Município de Ipaussu	01	01
	Município de Mogi das Cruzes	01	01
	Município de São Caetano do Sul	01	01
	Subtotal Brasil	21	21
EXTERIOR	PAÍS	--	--
	cidade	--	--
	Subtotal Exterior	--	--
	Total (Brasil + Exterior)	21	21

Fonte: SAG/DAD

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros				Tabela 237
Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ		
		2009	2010	
BRASIL	UF - SÃO PAULO			
	Município de Santos	1	1	
	Subtotal Brasil			
EXTERIOR	PAÍS			
	Cidade			
	Subtotal Exterior			
	Total (Brasil + Exterior)	1	1	

Fonte: SAG/DAD

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da SFA/SP								Tabela 238
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130067	616300008.500-3	13	3	100.257,90	12/12/2006		-	-
130067	620900009.500-0	13	3	655.881,06	29/08/2001		-	-
130067	621300015.500-1	13	3	57.395.833,69	06/12/2001		-	-
130067	629100042.500-0	11	3	822.000,00	21/08/2001		-	-
130067	629900007.500-0	11	3	183.766.216,83	28/11/2001		77.877,03	-
130067	629900007.500-5	11	4	488.663,68	30/07/2001		-	-
130067	646900012.500-3	11	3	204.729,92	12/11/2001		157.930,00	-
130067	650700012.500-0	11	4	23.221.632,00	28/11/2001		-	-
130067	651900006.500-0	11	4	1.019.628,74	28/11/2001		-	-

13006 7	654700003.500- 0	11	3	346.065,18	16/11/2001	-	-
13006 7	654900007.500- 8	11	3	812.328,51	12/11/2001	-	-
13006 7	661900009.500- 3	11	3	1.256.847,78	04/09/2001	-	-
13006 7	671300010.500- 6	13	4	506.625,65	15/08/2001	-	-
13006 7	687700003.500- 0	11	4	666.753,41	08/10/2001	-	-
13006 7	696900035.500- 0	13	3	147.817,93	04/12/2001	-	-
13006 7	707700003.500- 5	12	4	613.423,00	29/05/2001	-	-
13006 7	707100186.500- 2	13	4	35.566,42	30/11/2005	-	-
13006 7	710700418.500- 7	11	3	577.773,38	27/11/2001	-	-
13006 7	710700446.500- 0	13	3	350.811,39	07/12/2001	-	-
13006 7	712700023.500- 5	11	4	18.444.050,00	23/11/2001	-	-
13006 7	711300030.500- 2	11	3	326.931,43	28/11/2001	-	-
Total							235.807,03

Codificação do Regime de utilização do Imóvel

1 – Aquicultura

2 – Arrendamento

3 – Cessão – Adm. Federal Indireta

4 – Cessão – Outros

5 – Cessão – Prefeitura e Estados

6 – Cessão Onerosa

7 – Comodato

8 – Disponível para Alienação

9 – Em processo de Alienação

10 – Em regularização – Cessão

11 – Em regularização – Entrega

Classificação do Estado de Conservação do Imóvel

1 – Novo

2 – Muito Bom

3 – Bom

4 – Regular

12 – Em regularização – Outros

13 – Entrega – Adm. Federal Direta

14 – Esbulhado (Invadido)

15 – Imóvel Funcional

16 – Irregular – Cessão

17 – Irregular – Entrega

18 – Irregular – Outros

20 – Locação para Terceiros

21 – Uso em Serviço Público

22 – Usufruto Indígena

23 – Vago para Uso

5 – Reparos Importantes

6 – Ruim

7 – Muito Ruim (valor residual)

8 – Sem Valor

Fonte: SAG/DAD

Os imóveis jurisdicionados a esta SFA/SP, estão sendo utilizados em sua plenitude com a sede e as regionais desta Superintendência. No exercício de 2011, uma Comissão irá reavaliar os valores, as condições de conservação e a necessidade de utilização dos mesmos.

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ		Tabela 239				
Quesitos a serem avaliados		Avaliação				
		1	2	3	4	5
Planejamento						
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				x		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				x		

2008	---	13.032,00	---	---	---
2009	---	---	---	---	---
2010	---	---	---	---	---

Obs: Nos anos de 2009 e 2010 este órgão não fez uso de cartão de crédito corporativo

Fonte: SEOF/DAD

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício						Tabela 241
Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						Código SIORG
Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária - MAPA						
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
1	021.509/2006-4	2130/2010	1	Não há	18619-TCU/Sefip	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP						2783
Descrição da Deliberação:						
ACORDAM, por unanimidade, em julgar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil - Hubes Vasconcelos de Menezes (228.659.268-34); Izaac Ettinger Junior (054.356.747-86).						
Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação						Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos – SRH/DAD/SFA/SP						
Síntese da providência adotada:						
Síntese dos resultados obtidos						
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor						
Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						Código SIORG
Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária - MAPA						
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Or-dem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
2	008.124/2010-8	4474/2010	1	Não há	22325-TCU/Sefip	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP						2783
Descrição da Deliberação:						
Considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato a seguir discriminação, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da beneficiária, conforme dispõe o art. 6º da Resolução TCU nº 206/2007 - Maria Lourenço de Jesus (160.141.598-27).						
Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação						Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos – SRH/DAD/SFA/SP						
Síntese da providência adotada:						

Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária - MAPA					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Or-dem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	015.300/2010-2	5222/2010	1	Não há	22325-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação:					
ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público - Elisabeth Oliveira Pinto Simoni (164.362.738-40); Yvonne Silveira da Mota da Silva (246.213.348-83).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos – SRH/DAD/SFA/SP					
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária - MAPA					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Or-dem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	020.262/2010-8	6682/2010	1	Não há	25919-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação:					
ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria de Eliseu Gonçalves Elias Junior (057.577.208-59)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos – SRH/DAD/SFA/SP					
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção					

de providências pelo gestor

16. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

17. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.**1.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa****QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA**

Denominação completa (UJ):	
SUPERINTENDENCIA FED.DE AGRIC.,PEC.E ABASTECIMENTO/SP	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentários) que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:	
a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000.	
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.	
Local	Brasília, DF
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira

Resultados e Conclusões

Para fazer frente aos objetivos estratégicos do Mapa, a SFA/SP contou com um sistema colegiado de gestão, equipes multidisciplinares que compartilham missão, visão e princípios, com habilidade e capacidade para desenvolver ações de interesse do cidadão e da sociedade.

Atuou para a manutenção da saúde pública ao evitar que produtos fora dos padrões e/ou contaminados chegassem à mesa do consumidor. Também executou planos dos programas 06003, 1409 e 1442 que impactam no objetivo “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade”.

Neste sentido é importante observar alguns indicadores. Em 2010, foram analisadas 112.113 amostras de produtos de origem animal, com 108.533 resultados conformes, 98% do total avaliado (Tabela 4). O Serviço de Inspeção Federal da SFA/SP registrou o abate de 674.821.112 de animais - bovinos, suínos, aves e ovinos (Tabela 6). Esta ação de inspeção e fiscalização impediu que mais de 3 milhões de carcaças de bovinos e de suínos, portadoras de cisticercose e tuberculose fossem comercializadas em todo o Estado de São Paulo .

No que se refere à qualidade de produtos de origem vegetal, foi superada a meta prevista para o período, com resultados de conformidade de alguns produtos, como bebidas alcoólicas e não alcoólicas, atingindo índice superior a 80% (Tabela 38).

Esses índices tiveram efeitos positivos sobre um dos objetivos da SFA/SP – garantir a segurança alimentar - mostrando que quanto maior a conformidade de alimentos, maior será a

inocuidade e a qualidade dos produtos. Outros índices igualmente significativos ligados aos Programas Segurança na Sanidade Agropecuária e Qualidade de Insumos Agropecuários (ver o item 2.3) também contribuíram para o desempenho global da SFA/SP no exercício.

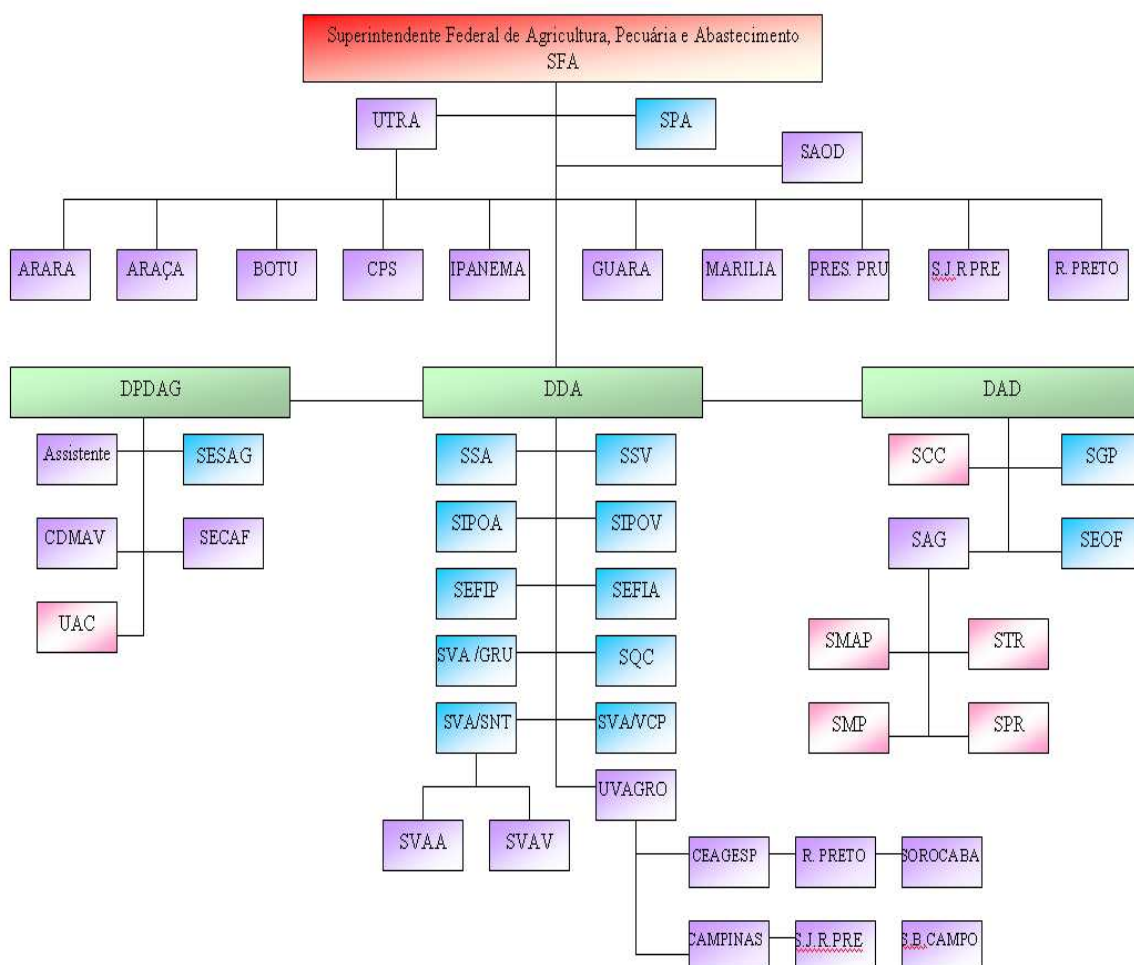
É importante observar mais uma vez que, em termos de cenário interno, registrou-se uma mudança na estrutura organizacional (ver introdução) com redistribuição de competências, criação de novos serviços e de uma divisão que, mesmo considerando-se o pouco tempo de sua vigência, já demonstra ganhos em termos de gestão de processos e de gestão de pessoas.

As principais dificuldades enfrentadas, no exercício, pela SFA/SP estiveram, de modo geral, ligadas ao *gap* existente entre a força de trabalho disponível e a demanda crescente de clientes x cidadão x sociedade. Outra barreira é a centralização de processos nos órgãos centrais do MAPA, com impactos na gestão do atendimento no que se refere à rapidez e pontualidade na prestação de serviços.

Também os mandados de segurança concedidos, em número considerável, concedidos sobre atos legítimos de fiscais em razão da função exercida são, de certa forma, obstáculos à gestão, notadamente os que envolvem a vigilância internacional e os Organismos Geneticamente Modificados, OGMs, uma vez que demandam tempo dos próprios fiscais para a elaboração de respostas bem como para a preparação de subsídios necessários à defesa da União.

Vale observar que as ações que poderiam mitigar essas dificuldades fogem do gerenciamento da SFA/SP por dependerem da competência de outras esferas e/ou poder. Em que pesem estas variáveis, não houve registro de desvios dos objetivos da SFA/SP.

Organograma – SFA/SP



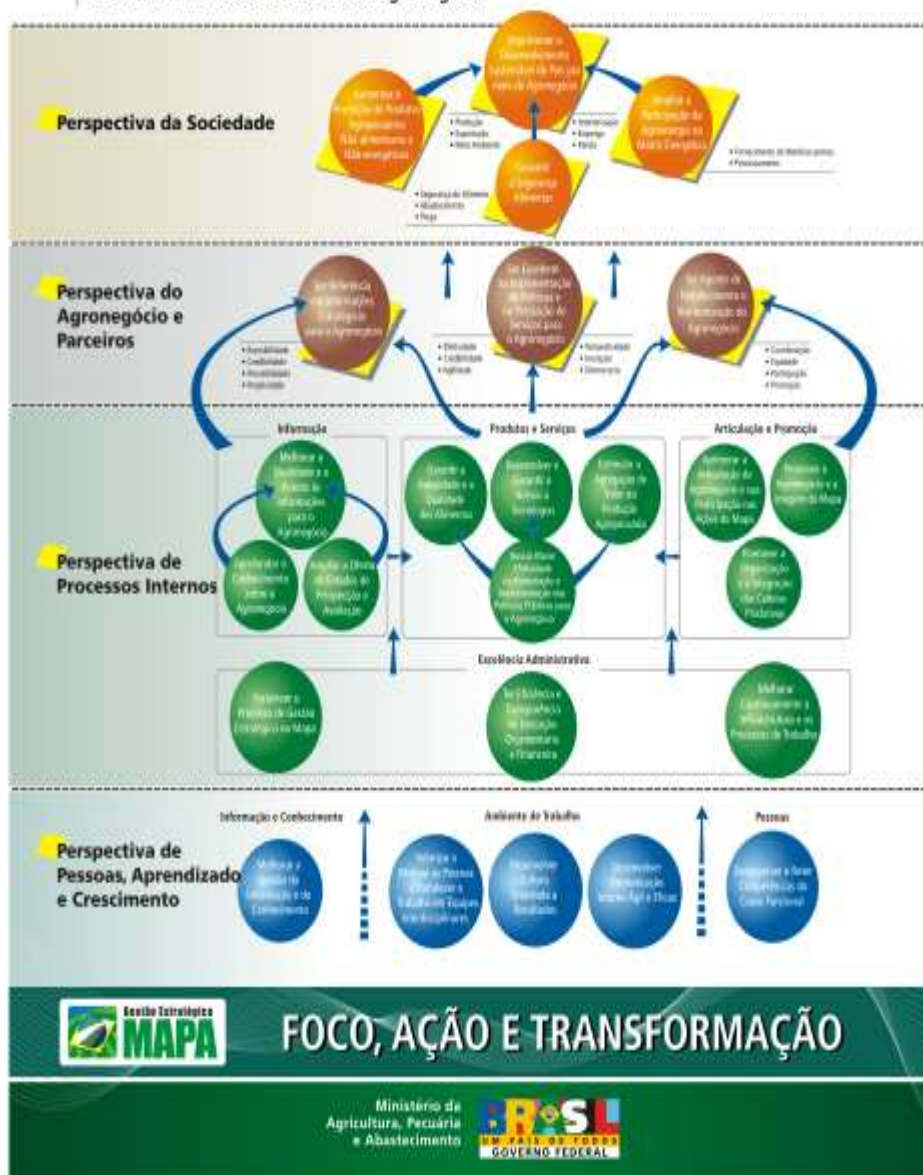
MAPA ESTRATÉGICO

■ Missão Institucional

Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da soc

■ Visão 2006 - 2015

Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviço desenvolvimento sustentável do agronegócio.



ÍNDICE DAS TABELAS

Quantitativo de Estabelecimentos Registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF)	Tabela 1	14
Quantitativo de Estabelecimentos Relacionados (ER)	Tabela 2	15
Indicadores de Desempenho	Tabela 3	15
Índice de conformidade das análises laboratoriais em produtos de origem animal e de água de abastecimento – IQ Cal	Tabela 4	16
Número de animais abatidos e inspecionados pelo SIF em SP	Tabela 5	17
Nº de carcaças detectadas	Tabela 6	17
Nº de carcaças detectadas	Tabela 7	18
Condenação de pescados realizada pela Inspeção Federal – Kg	Tabela 8	18
Condenação de Leite	Tabela 9	19
Supervisões programadas X realizadas em estabelecimentos por ano – IQ sra	Tabela 10	19
Número de processos analisados e tramitados	Tabela 11	20
Número de Rótulos analisados e tramitados	Tabela 12	20
Requerimentos de anuência de importação analisados	Tabela 13	20
Nº de Autos de Infração, Termos de Advertência, Autos de Multa e Cobranças Executivas emitidos	Tabela 14	21
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela 15	22
Recursos Financeiros	Tabela 16	22
Resumo Geral da Ação	Tabela 17	22
Fiscalização da Classificação Vegetal	Tabela 18	23
Principais Indicadores	Tabela 19	24
Classificação de Produtos Vegetais Importados	Tabela 20	25
Número de Multas e Valores Aplicados e Recolhidos	Tabela 21	25
Principais recursos humanos	Tabela 22	26
Recursos Financeiros	Tabela 23	26
Resumo Geral da Ação	Tabela 24	26
Demanda de serviço por FFA	Tabela 25	27
Estabelecimentos	Tabela 26	27
Produtos	Tabela 27	27
Estabelecimentos Produtores Fiscalizados	Tabela 28	27
Resultados Obtidos	Tabela 29	27
Processos Administrativos	Tabela 30	28
Atividades Relacionadas aos Produtos	Tabela 31	28
Resultados Analíticos	Tabela 32	28
Principais Indicadores	Tabela 33	28
Resultados Financeiros	Tabela 34	29
Principais recursos humanos	Tabela 35	29
Recursos Financeiros	Tabela 36	29
Resumo Geral da Ação	Tabela 37	29
Coletas de Produtos Agrícolas – Ano Safra 09/10	Tabela 38	31
Resultados do Monitoramento do PNCRC – Safra 2009/2010	Tabela 39	31

Principais recursos humanos	Tabela 40	31
Programa de Controle de Resíduos e Contaminantes em Carne-PCRCC	Tabela 41	32
Principais Indicadores	Tabela 42	32
Principais recursos humanos	Tabela 43	32
Principais processos	Tabela 44	33
Campos Experimentais de Organismos (Vegetais) Geneticamente Modificados	Tabela 45	34
Fiscalização das distâncias mínimas exigidas para o cultivo de milho GM em relação a outros cultivos	Tabela 46	34
Principais Indicadores	Tabela 47	34
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela 48	34
Recursos Financeiros	Tabela 49	34
Resumo Geral da Ação	Tabela 50	35
Principais Indicadores	Tabela 51	35
Desempenho operacional	Tabela 52	36
Desempenho Operacional por Unidade	Tabela 53	37
Recursos Financeiros	Tabela 54	38
Resumo Geral da Ação	Tabela 55	38
Principais Indicadores	Tabela 56	38
Desempenho operacional	Tabela 57	39
Desempenho Operacional por Unidade	Tabela 58	39
Recursos Financeiros	Tabela 59	40
Resumo Geral da Ação	Tabela 60	40
Fiscalização de Passageiros no Aeroporto de Guarulhos	Tabela 61	41
Curso / Treinamento	Tabela 62	42
Recursos Humanos Necessários	Tabela 63	42
Controle do Trânsito Internacional de Animais e de Produtos de Origem Animal	Tabela 64	43
Principais Indicadores	Tabela 65	43
Interceptação de Pragas na Importação de Material de Propagação Vegetal	Tabela 66	44
Principais Indicadores	Tabela 67	44
Solicitações de importação/exportação de Material de Propagação Vegetal Recebidas	Tabela 68	44
Principais Indicadores	Tabela 69	44
Supervisão de quarentena de Material de Pesquisa Científica	Tabela 70	45
Principais Indicadores	Tabela 71	45
Principais recursos humanos	Tabela 72	45
Recursos Financeiros	Tabela 73	46
Resumo Geral da Ação	Tabela 74	46
Monitoramento da Mosca da Carambola	Tabela 75	47
Principais Indicadores	Tabela 76	47
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela 77	47
Recursos Financeiros	Tabela 78	47
Resumo Geral da Ação	Tabela 79	47
Prevenção e controle da Sigatoka Negra (<i>Mycosphaerella fijiensis</i>)	Tabela 80	48
Principais Indicadores	Tabela 81	48
Monitoramento da Anastrepha Grandis em Cucurbitáceas para Exportação	Tabela 82	49
Principais Indicadores	Tabela 83	49
Exportação de Citros para CE	Tabela 84	50

Principais Indicadores	Tabela 85	50
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela 86	50
Recursos Financeiros	Tabela 87	50
Resumo Geral da Ação	Tabela 88	51
Ações Realizadas	Tabela 89	52
Médicos Veterinários treinados e habilitados a emitir GTA e CIS-E	Tabela 90	52
Atividades Desenvolvidas	Tabela 91	53
Principais Indicadores	Tabela 92	53
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela 93	53
Recursos Financeiros	Tabela 94	53
Resumo Geral da Ação	Tabela 95	54
Atividades Relacionadas ao Trânsito de Biungulados para Recria ou Engorda entre Areas de Diferentes Classificações de Risco	Tabela 96	54
Vacinação em Propriedades	Tabela 97	55
Principais Indicadores	Tabela 98	55
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela 99	56
Recursos Financeiros	Tabela 100	56
Resumo Geral da Ação	Tabela 101	56
Cursos Ministrados	Tabela 102	58
Principais Indicadores	Tabela 103	58
Avaliação quanto às Atividades Profiláticas em Raiva	Tabela 104	58
N de Focos de Raiva nos Herbívoros ocorridos no Estado	Gráfico 1	59
Total de Amostras Coletadas de Herbívoros com Sintomas Neurológicos e n de diagnósticos positivos para a Raiva	Gráfico 2	60
Numero de Amostras Encaminhadas para o Exame Histopatológico ou Imunoistoquímica	Gráfico 3	61
Fiscalizações e amostragens realizadas	Tabela 105	62
Principais Indicadores	Tabela 106	62
Controle de Laboratórios de Diagnóstico de AIE	Tabela 107	64
Exames Sorológicos	Tabela 108	64
Situação da Anemia Infecciosa Equina no Estado de São Paulo 2005 A 2010	Tabela 109	64
Estabelecimentos Fiscalizados e Amostrados para Certificação de Livres e/ou Controlados para Salmonela e Mycoplasmas	Tabela 110	65
Principais Indicadores	Tabela 111	66
Certificações em Estabelecimentos	Tabela 112	66
Autorização de Importação	Tabela 113	67
Atividades Desenvolvidas	Tabela 114	67
Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – Nº de Matrizes	Tabela 115	68
Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – Nº de Cachaços	Tabela 116	68
Ações do Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS)	Tabela 117	68
Amostras Coletadas por Enfermidades em Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas	Tabela 118	68
Principais Indicadores	Tabela 119	69
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela 120	69
Recursos Financeiros	Tabela 121	69
Resumo Geral da Ação	Tabela 122	69
Quarentenas e Outros Eventos na EQC em 2010	Tabela 123	70
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela 124	71
Registro de Novos Estabelecimentos	Tabela 125	72
Novas Categorias de Atividade em Estabelecimentos já Registrados	Tabela 126	72

Registro de Produto	Tabela 127	72
Atividades	Tabela 128	73
Atividades Laboratoriais	Tabela 129	74
Principais Indicadores	Tabela 130	74
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela 131	76
Recursos Financeiros	Tabela 132	76
Resumo Geral da Ação	Tabela 133	77
Atividades	Tabela 134	77
Principais Indicadores	Tabela 135	78
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela 136	78
Recursos Financeiros	Tabela 137	78
Resumo Geral da Ação	Tabela 138	79
Fiscalização de Estabelecimentos de Produtos de Uso Veterinário	Tabela 139	79
Atividades Desenvolvidas pela Área de Produtos Veterinários	Tabela 140	79
Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário	Tabela 141	80
Produtos Reprovados em Análise Fiscal	Tabela 142	80
Infrações e Penalidades Aplicadas aos Estabelecimentos	Tabela 143	81
Principais Indicadores	Tabela 144	81
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela 145	82
Recursos Financeiros	Tabela 146	82
Resumo Geral da Ação	Tabela 147	82
Resultados da ação	Tabela 148	83
Estabelecimentos Produtores, Importadores e Comerciais Registrados	Tabela 149	84
Atividades de Fiscalização Desenvolvidas	Tabela 150	84
Amostras Coletadas de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	Tabela 151	85
Quantidade Amostrada de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	Tabela 152	85
Principais Indicadores	Tabela 153	86
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela 154	87
Recursos Financeiros	Tabela 155	87
Resumo Geral da Ação	Tabela 156	87
Número de Inscrições e de Credenciamentos no RENASEM	Tabela 157	88
Inscrições e Homologações de Campos de Sementes	Tabela 158	89
Produção de Sementes	Tabela 159	89
Produção de Sementes Certificadas	Tabela 160	90
Importação de Material de Propagação Vegetal	Tabela 161	90
Exportação de Material de Propagação Vegetal	Tabela 162	91
Fiscalização Exportação e Importação	Tabela 163	92
Principais Indicadores	Tabela 164	92
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela 165	92
Recursos Financeiros	Tabela 166	93
Resumo Geral da Ação	Tabela 167	93
Empresas de Tratamento Quarentenário / Fitossanitário	Tabela 168	94
Principais Indicadores	Tabela 169	94
Atividades Empresas de Agrotóxicos	Tabela 170	94
Principais Indicadores	Tabela 171	95
Estações Experimentais (EE)	Tabela 172	96
Principais Indicadores – Estações Experimentais	Tabela 173	96
Principais Recursos Humanos Envolvidos	Tabela 174	96

Recursos Financeiros	Tabela 175	96
Resumo Geral da Ação	Tabela 176	97
Atividades Aero-agrícolas Desenvolvidas por Cultura (em ha)	Tabela 177	97
Detalhamento das Atividades de Aviação Agrícola	Tabela 178	97
Fiscalização de Estabelecimentos	Tabela 179	98
Participações em Reuniões Técnicas e Cursos	Tabela 180	98
Principais Indicadores	Tabela 181	99
Principais Recursos Humanos Envolvidos	Tabela 182	99
Recursos Financeiros	Tabela 183	99
Resumo Geral da Ação	Tabela 184	99
Estabelecimentos	Tabela 185	100
Atividades Realizadas	Tabela 186	101
Lista Traces	Gráfico 4	102
Auditorias em ERAS-Evolução dos Resultados	Gráfico 5	102
Auditorias em ERAS-Tipo de Auditoria	Gráfico 6	103
Principais Indicadores	Tabela 187	103
Principais Recursos Humanos Envolvidos	Tabela 188	103
Recursos Financeiros	Tabela 189	104
Resumo Geral da Ação	Tabela 190	104
Principais Produtos e Ações Desenvolvidas	Tabela 191	105
Atividades	Tabela 192	105
Principais Recursos Humanos	Tabela 193	105
Fiscalização do Plano de Assistência Social – PAS	Tabela 194	106
Principais Recursos Humanos	Tabela 195	106
Recursos Financeiros	Tabela 196	106
Principais Produtos e Ações Desenvolvidas	Tabela 197	108
Eventos – Produção Orgânica	Tabela 198	108
Principais Recursos Humanos	Tabela 199	109
Recursos Financeiros	Tabela 200	109
Planos de Trabalhos (PT) Analisados e Aprovados pela SFA-SP	Tabela 201	109
Série histórica dos recursos autorizados e executados	Tabela 202	111
Resumo Geral da Ação	Tabela 203	111
Recursos Financeiros Manutfsas	Tabela 204	111
Principais Despesas	Tabela 205	112
Principais Produtos	Tabela 206	112
Principais Indicadores	Tabela 207	113
Série Histórica da Distribuição dos Servidores	Tabela 208	114
Evolução do Quadro de Funcionários – SFA/SP	Tabela 209	114
Estatística dos Servidores da DAD/SFA Por Faixa de Idade X Tempo de Serviço	Tabela 210	114
Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	Tabela 211	115
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	Tabela 212	116
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	Tabela 213	116
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	Tabela 214	117
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	Tabela 215	117
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	Tabela 216	117

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	Tabela 217	118
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos	Tabela 218	118
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária	Tabela 219	119
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade	Tabela 220	119
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos	Tabela 221	120
Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão	Tabela 222	120
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários	Tabela 223	120
Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010	Tabela 224	121
Quadro de Custos de Recursos Humanos - Resumo	Tabela 225	121
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	Tabela 226	121
Quadro A.5.9 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	Tabela 227	122
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	Tabela 228	123
Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	Tabela 229	124
Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	Tabela 230	124
Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigem em 2011 e Exercícios Seguintes	Tabela 231	124
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.	Tabela 232	125
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	Tabela 233	125
Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ	Tabela 234	127
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	Tabela 235	129
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	Tabela 236	131
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	Tabela 237	131
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da SFA/SP	Tabela 238	132
Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ	Tabela 239	133
Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo	Tabela 240	134
Quadro A.15.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	Tabela 241	134